



AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 – DPE-GO

A Defensoria Pública do Estado de Goiás, por intermédio do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta licitação, nesta unidade, a ser realizada em sessão pública eletrônica por meio do site www.gov.br/compras.

Tipo: Menor Preço por Lote

Processo: 202410892011337

Contratante: Defensoria Pública do Estado de Goiás - DPE-GO (UASG 926931)

Objeto: Contratação de empresas especializadas para o fornecimento, instalação e manutenção de circuitos IP dedicados para as Unidades e Salas de Apoio da Defensoria Pública do Estado de Goiás, fornecimento, instalação e manutenção de enlaces de fibra óptica (fibra apagada) para interligação da Unidade Marista, Unidade Aparecida de Goiânia e o Data Center Corporativo do Estado de Goiás, e fornecimento, instalação e suporte técnico de solução de firewall de próxima geração (NGFW) , todos com vigência de 60 (sessenta) meses, atendendo às condições e especificações técnicas do Edital e seus anexos.

Obs: Fica estabelecido que os Lotes 01 e 02 (referentes ao fornecimento de Link de Fibra Apagada) e os Lotes 03 e 04 (referentes ao fornecimento de Link de Acesso à Internet do tipo IP Dedicado) deverão ser obrigatoriamente contratados com empresas distinta, visando assegurar a continuidade dos serviços, a segurança institucional e a alta disponibilidade da infraestrutura tecnológica da Defensoria Pública do Estado de Goiás.

Data de início para apresentação das propostas : 20/02/2026 **Horário:** 09:00 h

Início da sessão pública: 10/03/2026 **Horário:** 09:00 h

O Edital de Licitação encontra-se disponível nos sites www.gov.br/compras e www.dpe.go.gov.br.

GOIANIA, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **MURILO SANTIAGO PERES DA SILVA, Agente de contratação**, em 19/02/2026, às 08:07, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **86375105** e o código CRC **63A959EE**.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DPE-GO
ALAMEDA CORONEL JOAQUIM DE BASTOS 282 Qd.217 Lt.14, S/C - Bairro SETOR
MARISTA - GOIANIA - GO - CEP 74175-150 - (62)3157-1120.



Referência: Processo nº 202410892011337



SEI 86375105

**Edital****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 – DPE-GO****TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE**

OBJETO: Contratação de empresas especializadas para o fornecimento, instalação e manutenção de circuitos IP dedicados para as Unidades e Salas de Apoio da Defensoria Pública do Estado de Goiás, fornecimento, instalação e manutenção de enlaces de fibra óptica (fibra apagada) para interligação da Unidade Marista, Unidade Aparecida de Goiânia e o Data Center Corporativo do Estado de Goiás, e fornecimento, instalação e suporte técnico de solução de firewall de próxima geração (NGFW) , todos com vigência de 60 (sessenta) meses, atendendo às condições e especificações técnicas do Edital e seus anexos.

OBS: Fica estabelecido que os Lotes 01 e 02 (referentes ao fornecimento de Link de Fibra Apagada) e os Lotes 03 e 04 (referentes ao fornecimento de Link de Acesso à Internet do tipo IP Dedicado) deverão ser obrigatoriamente contratados com empresas distinta, visando assegurar a continuidade dos serviços, a segurança institucional e a alta disponibilidade da infraestrutura tecnológica da Defensoria Pública do Estado de Goiás.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90002/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

PROCESSO Nº 202410892011337

UASG: 926931

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, no exercício de sua autonomia administrativa (art. 134, §2º da CRFB/88, e art. 120, §3º da Constituição Estadual), inscrita no CNPJ sob o nº 13.635.973/0001-49, com sede à Alameda Coronel Joaquim de Bastos, nº 282, Quadra 217, Lote 14, Setor Marista, CEP 74.175-15, Goiânia-GO, ora representada pelo seu Defensor Público-Geral, **Dr. TIAGO GREGÓRIO FERNANDES**, nomeado por Decreto, publicado no Suplemento do Diário Oficial do Estado de Goiás nº 24.411 do dia 11/11/2024, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.982.621-XX, determina o procedimento licitatório a ser realizado pelo pregoeiro, usando a competência delegada na Portaria Administrativa nº 138/2024 – GABINETE/DPG, torna público que se acha aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 90002/2026**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, a ser realizado em sessão pública eletrônica, através do site www.gov.br/compras, oriundo do Processo nº

202410892011337, objetivando a contratação de empresas especializadas para o fornecimento, instalação e manutenção de circuitos IP dedicados para as Unidades e Salas de Apoio da Defensoria Pública do Estado de Goiás, fornecimento, instalação e manutenção de enlaces de fibra óptica (fibra apagada) para interligação da Unidade Marista, Unidade Aparecida de Goiânia e o Data Center Corporativo do Estado de Goiás, e fornecimento, instalação e suporte técnico de solução de firewall de próxima geração (NGFW) , todos com vigência de 60 (sessenta) meses, atendendo às condições e especificações técnicas do Edital e seus anexos. O presente certame será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Este Edital está disponível aos interessados no endereço acima e publicado no site www.gov.br/compras e www.dpe.go.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresas especializadas para o fornecimento, instalação e manutenção de circuitos IP dedicados para as Unidades e Salas de Apoio da Defensoria Pública do Estado de Goiás, fornecimento, instalação e manutenção de enlaces de fibra óptica (fibra apagada) para interligação da Unidade Marista, Unidade Aparecida de Goiânia e o Data Center Corporativo do Estado de Goiás, e fornecimento, instalação e suporte técnico de solução de firewall de próxima geração (NGFW) , todos com vigência de 60 (sessenta) meses, atendendo às condições e especificações técnicas do Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será em lotes, conforme quadro quantitativo do item 1.2 do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, observadas as condições contidas neste Edital e seus Anexos.

1.4. Fica estabelecido que os Lotes 01 e 02 (referentes ao fornecimento de Link de Fibra Apagada) e os Lotes 03 e 04 (referentes ao fornecimento de Link de Acesso à Internet do tipo IP Dedicado) deverão ser obrigatoriamente contratados com empresas distinta, visando assegurar a continuidade dos serviços, a segurança institucional e a alta disponibilidade da infraestrutura tecnológica da Defensoria Pública do Estado de Goiás, conforme item 14 do Termo de Referência.

1.5. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras e as especificações técnicas constantes no Anexo A - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

2. DO LOCAL, DA DATA E DA HORA

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras, no dia **10/03/2026, a partir das 09:00 horas**, horário de Brasília, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

2.2. As Propostas Comerciais deverão ser encaminhadas de forma eletrônica, no período compreendido entre as **09:00 horas o dia 20/02/2026 e as 09:00 horas do dia 10/03/2026**.

2.3. A fase competitiva (lances) terá início previsto para o dia **10/03/2026 às 09:00 horas**, com seu encerramento por prorrogação automática 2+2 ativado às **09:10 horas** do mesmo dia.

2.4. O prazo fixado para a apresentação das propostas não será inferior a 10 (dez) dias úteis, contados da data de publicação do aviso do edital.

2.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

2.6. Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 3.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar os termos do Edital, por meio eletrônico, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 3.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do e-mail dlc@defensoria.go.def.br.
- 3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 3.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 3.6. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 4.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 4.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos.
- 4.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- 4.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- 4.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 4.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na

licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

4.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante.

4.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.9. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas. A DPE-GO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.10. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123/ 2006, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no artigo terceiro da referida Lei.

5. DO APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.3.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.4. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.7. Quando do cadastramento da proposta, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

5.7.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.7.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o item anterior.

5.8. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado o valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.9. As propostas, a serem cadastradas no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras, deverão ser elaboradas levando em consideração a Planilha Quantitativa e Preços Estimados do Anexo A – Termo de Referência.

5.10. A Proposta Comercial deverá ser formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico, indicando o VALOR TOTAL DO LOTE**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. O ônus de comprovação de sua exequibilidade caberá, exclusivamente, à licitante.

5.11. A etapa do item anterior será encerrada com a abertura da sessão pública.

5.12. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.13. A licitante detentora da melhor Oferta, após a fase de lances, deverá enviar Proposta readequada, em até **3 (três) horas**, no sistema www.gov.br/compras (**Modelo de Proposta – ANEXO B**), devendo a mesma conter, obrigatoriamente, ainda:

- a) Nome da Empresa, CNPJ, endereço, fone, e-mail, nome do responsável para assinatura do contrato;
- b) Nº do pregão;
- c) **Valor Unitário e Valor Total (Modelo de Proposta – ANEXO B)**, onde deverão estar inclusas todas as despesas que influam nos custos, tais como: tributos, obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os demais custos diretos e indiretos. O valor apresentado deverá ser aquele resultante da fase de lances e/ou negociação com o Pregoeiro.
- d) O prazo de **validade da proposta** não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- e) Data e assinatura responsável.
- f) Os valores dos itens não poderão apresentar valor superior à média estimada.

5.14. No julgamento das propostas, atendidas as condições prescritas neste Edital, será vencedora do certame, a proposta que apresentar o **Menor Preço por LOTE**.

5.15. Os prazos de envio deverão ser respeitados, sob pena de desclassificação e inabilitação da empresa vencedora, e ainda o enquadramento nas sanções previstas na legislação vigente.

5.16. O preço ofertado deverá ser em Real (R\$).

5.17. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino, mão de obra para carga e descarga e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da vencedora.

5.18. Todas as empresas deverão cotar seus preços com todos os tributos cabíveis inclusos, bem como todos os demais custos diretos e indiretos necessários ao atendimento das exigências do Edital e seus anexos. Entretanto, as empresas enquadradas no regime normal de tributação (empresas não optantes do simples), estabelecidas em Goiás, deverão registrar a proposta com preços desonerados do ICMS conforme disposições do Art. 6º, Inc. XCI do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás - RCTE, que concede isenção de ICMS nas operação e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas fundações e autarquias, ficando mantido o crédito, observado, dentre outras coisas, à transferência do valor correspondente ao ICMS ao adquirente mediante a redução do preço do bem, mercadoria e serviço, devendo a redução ser demonstrada no documento fiscal.

5.19. Para as empresas estabelecidas em Goiás, isentas do ICMS, as propostas comerciais, enviadas pelas empresas detentoras das melhores ofertas após a fase de lances, deverão conter, obrigatoriamente, além do preço normal de mercado dos produtos ou serviços ofertados (valor bruto), o preço resultante da isenção do ICMS conferida (valor líquido), que deverá ser o preço considerado como base de julgamento. O valor líquido será aquele registrado no Sistema, e será considerado como base para etapa de lances. O valor bruto (com ICMS) servirá apenas para efeito de análise do desconto concedido e para que as ordens de fornecimento possam apresentar os dois valores, facilitando a execução do contrato ou instrumento equivalente.

5.20. O Imposto de Renda (IR) quando devido, em razão do objeto, será retido de acordo com os valores recebidos devendo obrigatoriamente ser identificado pela empresa na nota fiscal, conforme orientação prevista na Portaria 261, de 18 de julho de 2023, da Secretaria de Estado da Economia e na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 da Receita Federal.

5.21. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título.

5.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.23. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.24. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição dos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos. Se a documentação de habilitação não estiver conforme as exigências editalícias ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada.

5.25. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.26. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.27. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da apresentação da proposta. Após este período, será utilizado o IPC-A (IBGE) como índice de reajustamento.

6. DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

- 6.1. A partir do horário previsto no edital de licitação, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.
- 6.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.
- 6.4. Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.5. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
- 6.6. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances de **R\$ 100,00 (cem reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.7. O valor acima se refere ao último lance do licitante e não ao valor da menor proposta verificado na disputa, ou seja, ainda que haja um lance menor, o sistema aceitará o lance do licitante, desde que dentro do limite do intervalo mínimo de diferença estabelecido.
- 6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.9. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.
- 6.10. Eventual exclusão de proposta do licitante, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 6.11. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.12. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.13. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.14. A não desclassificação da proposta inicialmente, não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.15. A partir das **09:00 horas do dia 10/03/2026**, a fase competitiva (lances) será aberta e terá duração de 10 (dez) minutos, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.17. Caso a licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta eletrônica apresentada para efeito da classificação final.
- 6.18. O procedimento seguirá o modo de disputa aberto para o envio de lances.
- 6.19. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 6.20. Na hipótese de não haver novos lances, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances.

- 6.21. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.
- 6.22. Após o reinício, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.23. O sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 6.24. Não havendo novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 6.25. Após encerradas as operações referidas nos itens acima, o sistema ficará impedido de receber novos lances.
- 6.26. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 6.27. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.28. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 6.29. A Defensoria Pública não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação dos documentos. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 6.30. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.31. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.32. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.33. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o item anterior.
- 6.34. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7. DO JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.
- 7.2. Desde que previsto no edital, o órgão ou entidade promotora da licitação poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência.
- 7.3. O edital de licitação deverá estabelecer prazo de, no mínimo, 03 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado.

7.4. A prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

7.4.1. por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou

7.4.2. de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade.

7.5. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.6. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.7. O licitante que apresentar a melhor oferta poderá encaminhar documento(s) requerido(s) pelo pregoeiro para a complementação de informações relevantes à contratação.

7.8. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no edital.

7.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

7.10. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

7.11. No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

7.12. O critério de julgamento é baseado no **Menor Preço por Lote**.

7.13. Considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, ofertar o menor preço, após a fase de lances e aplicação dos critérios de desempate da Lei Complementar nº 123/2006, e ainda, for devidamente habilitada após apreciação da documentação.

7.14. Os Lotes 01 e 02 deverão ser contratados, obrigatoriamente, com empresas distintas, como medida de mitigação de riscos, visando assegurar a continuidade dos serviços, a redundância operacional, a segurança institucional e a alta disponibilidade da infraestrutura tecnológica da Defensoria Pública do Estado de Goiás, em consonância com os arts. 11 e 12 da Lei nº 14.133/2021.

7.14.1. Na hipótese de uma mesma licitante ser classificada em primeiro lugar simultaneamente nos Lotes 01 e 02, será considerada vencedora apenas no lote de maior valor global estimado, em atendimento ao princípio da continuidade do serviço público.

7.14.2. O lote remanescente será adjudicado à empresa subsequente na ordem de classificação, desde que esta atenda a todos os requisitos de habilitação e apresente proposta dentro do valor máximo estimado pela Administração, assegurando-se a observância aos princípios da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

7.15. Os Lotes 03 e 04, referentes ao fornecimento de Link de Acesso à Internet do tipo IP Dedicado, também deverão ser contratados com empresas distintas, de modo a reduzir a possibilidade de falha única de fornecimento, assegurar a continuidade dos serviços e garantir maior resiliência da infraestrutura tecnológica da Defensoria Pública do Estado de Goiás.

7.15.1. Na hipótese de uma mesma licitante ser classificada em primeiro lugar simultaneamente nos Lotes 03 e 04, será considerada vencedora apenas no lote de maior valor global estimado, em atendimento ao princípio da continuidade do serviço público.

7.15.2. O lote remanescente será adjudicado à empresa subsequente na ordem de classificação, desde que esta atenda a todos os requisitos de habilitação e apresente proposta dentro do valor máximo estimado pela Administração, assegurando-se a observância aos princípios da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

7.16. Ressalta-se que a restrição de contratação com empresas distintas aplica-se exclusivamente aos pares de lotes (01 e 02; 03 e 04). Assim, não há impedimento de que uma mesma empresa seja contratada simultaneamente em um lote do par 01/02 e em outro lote do par 03/04.

7.17. O valor final da proposta, após eventual negociação, não poderá ser superior ao valor máximo estimado pela Administração para cada lote, conforme definido no Anexo A – Termo de Referência.

7.17.1. Para fins de julgamento, será considerada vencedora a proposta de menor preço por lote, desde que dentro do valor máximo estimado, em observância ao art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

7.18. O resultado final será disponibilizado no site www.gov.br/compras e no site www.dpe.go.gov.br

7.19. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro deverá publicar novo aviso de pregão e estabelecer outra data, para o recebimento de novas propostas.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

8.3. Os documentos solicitados do licitante vencedor a serem exigidos para fins de habilitação serão:

8.4. REGULARIDADE JURÍDICA

8.4.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

8.4.2. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, incluindo a última alteração contratual, devidamente registrados na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, deverão ser acompanhadas dos documentos de eleição de seus administradores.

8.4.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

8.4.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada a certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.5. REGULARIDADE FISCAL

8.5.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

8.5.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.5.3. Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal.

8.5.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal.

8.5.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

8.5.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás.

8.5.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

8.5.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.6. REGULARIDADE ECONOMICO-FINANCEIRA

8.6.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.6.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

8.6.2.1. Os documentos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.6.3. O Balanço Patrimonial, bem como as demonstrações contábeis e a DRE, também poderão ser disponibilizados via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão destes à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED).

8.6.4. A comprovação da boa situação financeira da empresa através de no mínimo um dos seguintes índices contábeis, o qual deverá ser maior ou igual a 1:

- **ILC:** Índice de Liquidez Corrente ou,

- **ILG:** Índice de Liquidez Geral ou,

- **GS:** Grau de Solvência

ILC =	$\frac{AC}{PC}$	=	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
ILG =	$\frac{AC + RLP}{PC + PNC}$	=	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
GS =	$\frac{AT}{PC + PNC}$	=	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

8.6.5. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

8.6.6. A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

8.6.7. É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

8.6.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.6.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

8.7 – DECLARAÇÃO

8.7.1. Apresentar Declarações informando que:

- a) atende plenamente ao que dispõe o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de 18 anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não possui nenhum funcionário menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- b) não possui em seus quadros de empregados e em seu corpo acionário cônjuge, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de membros da Administração Superior da Defensoria Pública do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual;
- c) é microempresa/empresa de pequeno porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, não estando incurso nas exclusões do § 4º do citado artigo;
- d) inexistente fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- e) haverá a elaboração independente de proposta.
- f) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

8.7.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na Lei Federal 14.133/2021 e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.7.2.1. SICAF.

8.7.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

8.7.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.7.2.4. Cadin Estadual GO.

8.8 - ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

8.8.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS LOTES 01 E 02:

8.8.1.1. Para comprovação de que a empresa LICITANTE possui capacitação técnica e experiência na execução de serviços correlatos aos do objeto deste Termo de Referência, a empresa deverá, nos termos do item I do Art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021, juntamente com a documentação de habilitação necessária, comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente desta licitação, por meio da apresentação de ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA, em nome da LICITANTE, em documento timbrado, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta e/ou empresa privada que comprove ter a LICITANTE executado ou que esteja executando serviços de características técnicas semelhantes ao objeto desta contratação.

8.8.1.2. Esclarece-se que, para serviços contínuos inerentes aos itens que compõem os Lotes 1 e 2, as quantidades a serem comprovadas por meio de Atestado de Capacidade Técnica deverão corresponder a, no mínimo, 50% do quantitativo estimado de cada lote. Esse percentual é considerado razoável e plenamente compatível em termos de quantidades e características, garantindo que o fornecedor possua

a experiência necessária para a execução integral dos serviços a serem contratados, em conformidade com o Art. 67, § 5º, da Lei 14.133/2021.

8.8.1.3. A licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou esteja executando, de forma satisfatória, serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, correspondentes ao fornecimento de link de dados e/ou comunicação de dados.

8.8.1.4. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deve(m) conter, de forma explícita:

8.8.1.4.1. A identificação completa da pessoa jurídica emissora do atestado;

8.8.1.4.2. O nome e cargo do responsável pelo setor encarregado do objeto atestado;

8.8.1.4.3. Os contatos atualizados para a realização de diligências;

8.8.1.4.4. A especificação detalhada dos serviços executados ou em execução, de forma a evidenciar a compatibilidade com o objeto licitado.

8.8.1.5. No caso de atestados emitidos por empresas do setor privado, não serão aceitos documentos provenientes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da empresa proponente. Para efeito de qualificação, considera-se que pertencem ao mesmo grupo econômico:

8.8.1.5.1. Empresas controladas ou controladoras da empresa proponente;

8.8.1.5.2. Empresas que possuam pelo menos um sócio em comum, seja pessoa física ou jurídica, entre a empresa emitente do atestado e a empresa proponente.

8.8.1.6. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão ser válidos e conter a descrição detalhada dos serviços prestados, incluindo o quantitativo, além de informações sobre o número do contrato vinculado, sua vigência, e a data de início dos serviços executados.

8.8.1.7. O(s) Atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes informações:

8.8.1.7.1. Nome completo do cliente;

8.8.1.7.2. Endereço completo do cliente;

8.8.1.7.3. Identificação do contrato vinculado ao serviço prestado;

8.8.1.7.4. Descrição detalhada dos serviços executados;

8.8.1.7.5. Vigência do contrato;

8.8.1.7.6. Assinatura e identificação do signatário, incluindo:

8.8.1.7.6.1. Nome completo;

8.8.1.7.6.2. Cargo ou função que exerce junto ao emitente e que o habilite a expedir o atestado;

8.8.1.7.6.3. Telefone ou e-mail de contato para verificação.

8.8.1.7.7. Declaração expressa que os serviços foram prestados conforme o contrato, atendendo plenamente às expectativas do cliente em relação ao cumprimento de prazos e à qualidade dos produtos e serviços entregues.

8.8.1.8. A Administração, a seu critério, poderá realizar diligências junto à pessoa jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica, com o objetivo de obter informações objetivas sobre os serviços prestados.

8.8.1.9. Caso seja constatada qualquer divergência entre as informações especificadas nos atestados ou certificados de capacidade técnica e os dados apurados durante a diligência, a licitante poderá ser desclassificada do processo licitatório e ficará sujeita às penalidades legais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.8.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS LOTES 03 E 04:

8.8.2.1. As exigências previstas neste item deverão ser comprovadas no momento da habilitação técnica da proposta comercial apresentada pela licitante.

8.8.2.2. A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens e serviços com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação ou com o item correspondente, mediante apresentação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.8.2.3. Para fins de comprovação da aptidão técnica, os atestados apresentados deverão se referir a contratos executados que contemplem, no mínimo, as seguintes características:

8.8.2.3.1. Execução de serviços de instalação e configuração compatíveis com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, comprovando que foram realizados dentro dos prazos contratuais estipulados.

8.8.2.4. Todos os custos relativos à preparação e apresentação da proposta são de inteira responsabilidade da licitante, não cabendo à CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, ressarcir quaisquer despesas, independentemente do resultado do processo licitatório.

8.8.2.5. A licitante deverá apresentar Termo de Autorização de SCM – Serviço de Comunicação Multimídia, emitido pela ANATEL. A não apresentação desta licença implicará desclassificação imediata da proposta.

8.8.2.6. Para fins de habilitação quanto à qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar atestado ou declaração de capacidade técnica, em seu nome, que comprove a efetiva prestação de serviços semelhantes aos requeridos nesta contratação, em quantidade e com recursos compatíveis.

8.8.2.7. A licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou esteja executando, de forma satisfatória, serviços compatíveis e pertinentes com o objeto deste Termo de Referência, correspondentes ao fornecimento de link de dados e/ou comunicação de dados.

8.8.2.8. Todos os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado da instituição ou empresa declarante e conter, obrigatoriamente:

8.8.2.8.1. Descrição detalhada dos serviços executados;

8.8.2.8.2. Nome e cargo do responsável pela emissão (compatível com a função — ex.: fiscal de contrato, coordenador, gerente ou diretor);

8.8.2.8.3. Data de emissão;

8.8.2.8.4. Dados de contato do declarante (e-mail e/ou telefone).

8.8.2.9. A CONTRATANTE poderá realizar diligências ou solicitar documentação complementar, a qualquer tempo, com o objetivo de verificar a autenticidade dos atestados e a efetiva execução do objeto declarado.

8.8.2.10. O Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, deverá comprovar que a licitante prestou ou presta, de forma satisfatória, por período mínimo de 12 (doze) meses, os serviços requeridos nesta contratação, considerando a essencialidade do serviço.

8.8.2.11. O objeto da contratação compreende Fornecimento de Rede Internet, Gerência de Rede WAN e Serviço Anti-DDoS Volumétrico, conforme especificações detalhadas no presente Termo de Referência.

8.8.2.12. A licitante deverá comprovar, por meio de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que fornece ou forneceu serviços de Internet com conectividade IPv4 e IPv6, com links de no mínimo 1 Gbps, compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação.

8.8.2.13. A licitante deverá apresentar declaração formal de que o seu backbone encontra-se em operação com canais dedicados, exclusivos e redundantes, interligando-o diretamente a outros backbones de Internet, com Sistemas Autônomos (AS – Autonomous System) distintos, observando-se os seguintes requisitos mínimos:

8.8.2.13.1. Conectividade com, no mínimo, 2 (dois) backbones nacionais com abrangência nacional;

8.8.2.13.2. Suporte a IPv4 e IPv6.

8.8.2.14. A não apresentação dos dados de conectividade e respectivos números de AS, para verificação da conectividade nacional, acarretará desclassificação da licitante.

8.8.2.15. A licitante deverá declarar compromisso de disponibilização, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da assinatura do contrato, de Centro de Roteamento de Internet (roteador de backbone) na cidade de Goiânia – GO, com saída de backbone terrestre para a rede nacional de Internet e capacidade mínima de 10 Gbps de banda agregada, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.8.2.16. A licitante deverá declarar que possui capacidade de comunicação de dados direta e dedicada com, no mínimo, 2 (dois) provedores nacionais de backbone IPs ou Pontos de Troca de Tráfego (PTT/IXs), com capacidade total mínima de 50 Gbps, bem como infraestrutura de rede robusta que assegure a entrega do serviço com a capacidade, disponibilidade e continuidade exigidas.

8.8.2.17. A licitante deverá informar quais são os seus Sistemas Autônomos (AS), de modo a demonstrar que o seu backbone possui canais diretos com AS nacionais e internacionais, bem como rotas alternativas que assegurem redundância e alta disponibilidade.

8.8.2.17.1. A comprovação será realizada por meio de consulta pública em ferramentas de peering, como:

- <http://asrank.caida.org/>
- <http://bgp.he.net/>
- <https://www.peeringdb.com>
- ou outros serviços equivalentes que forneçam informações sobre BGP Peering, permitindo verificação online pela CONTRATANTE.

8.8.2.18. A proponente deverá comprovar, por meio de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que fornece ou forneceu serviços de link de dados, incluindo funcionalidade de mitigação e limpeza de ataques DDoS (Distributed Denial of Service), com capacidade mínima de 1 Gbps, compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação.

8.8.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO LOTE 05:

8.8.3.1. O licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.8.3.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- A quantidade de Firewalls Tipo 1 a serem fornecidos deverá contemplar, no mínimo, 1 (um) conjunto de firewalls configurados em alta disponibilidade (HA), conforme especificações estabelecidas no item 1 do Lote 5 do Termo de Referência.
- As quantidades de Firewalls Tipo 2 e Tipo 3 a serem fornecidas deverão ser compatíveis com o objetivo deste Termo de Referência, devendo representar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da soma das quantidades especificadas nos itens 2 e 3 do Lote 5 deste Termo de Referência.

8.8.3.3. O fornecimento de Softwares de Gerência e Análise deverá ser compatível com o objeto deste Termo de Referência e corresponder ao quantitativo especificado no item 4, referente ao Lote 5.

8.8.3.4. Serviço de instalação e configuração compatível com as condições deste Termo de Referência que explicita que o serviço foi prestado dentro do prazo estipulado em contrato;

8.8.3.5. Serviço de treinamento compatível com objeto da licitação.

8.8.4. EXIGÊNCIAS QUANTO AO(S) ATESTADO(S) APRESENTADO(S):

8.8.4.1. Terá que ser comprovada a entrega e prestação de serviço dentro do prazo contratual, contendo informações que permitam estabelecer, por proximidade de características técnicas, comparação entre o objeto descrito no Termo de Referência e o objeto fornecido.

8.8.4.2. Diferentes atestados de objetos compatíveis fornecidos por entidades distintas poderão ser somados pelos licitantes.

8.8.4.3. A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

8.8.4.4. Não será aceito pela Administração atestado ou declaração emitido pelo próprio licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, pois o licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

8.8.4.5. Deverão constar do(s) atestado(s) de capacidade técnica em destaque, os seguintes dados: identificação do emitente, especificação completa do fornecimento/serviço executado, prazo de vigência do contrato, local e data de expedição, data de início e término do contrato.

8.8.4.6. A exigência de atestado de Capacidade Técnico-Operacional decorre da necessidade de garantir que o licitante tenha alguma experiência em fornecer e dar suporte ao tipo de equipamento oferecido e minimizar o risco de uma má contratação. A contratação de uma empresa sem capacidade de entrega ou de prestar os serviços de suporte poderá acarretar graves prejuízos para o Poder Público.

8.9. O prazo para envio da proposta e documentação poderá ser prorrogado pelo pregoeiro, desde que informado no chat a todos os licitantes.

8.10. Os documentos extraídos via internet terão seus dados conferidos perante o site correspondente.

8.11. Microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento ao artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 147/2014, que possuam alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.12. O tratamento favorecido previsto no item anterior somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal e trabalhista exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

8.13. O motivo da irregularidade fiscal e trabalhista pendente será registrado pelo Pregoeiro em ata, com a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

8.14. A verificação dos documentos de habilitação será aferida por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, ou em outras bases de dados mantidas pelo Poder Público, assegurado o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.15. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

8.16. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.17. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

8.18. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.19. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.20. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.21.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.21.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.22. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. A decisão do recurso será postada no site www.gov.br/compras.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

11.1. Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato no prazo de 10 (dez) dias.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

11.4. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

11.4.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.6. Como condição para celebração do contrato e durante a vigência contratual, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.7. A licitante deverá apresentar, antes da assinatura do contrato, comprovação de que possui, em seu quadro de pessoal, no mínimo um profissional com certificação técnica vigente emitida pelo fabricante da solução ofertada, a qual deve comprovar as competências do profissional na implantação e suporte dos produtos ofertados.

12. DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO

12.1. A Contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratada, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Fica vedada a subcontratação, admitindo-se, excepcionalmente, a sua utilização apenas para os circuitos de dados destinados à reserva técnica do Lote 3 e do Lote 4, conforme especificado no Anexo I do Termo de Referência (Endereço de Instalações), nos casos em que a Contratada não disponha de infraestrutura própria no Município.

13.2. A empresa responsável pelo fornecimento e instalação dos circuitos dedicados será incumbida de todo o suporte relacionado a essa solução. Por sua vez, a empresa contratada para fornecer a solução de firewalls será exclusivamente responsável pelo fornecimento, instalação, suporte e treinamento relacionados a esse serviço.

13.3. Cada contratada terá responsabilidade direta sobre a respectiva solução, garantindo que todos os aspectos dos serviços sejam integralmente cumpridos.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. As SANÇÕES serão as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo A do Edital.

15. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta das Dotações Orçamentárias: 2026.0850.03.92.4200.4242.03 e 2026.0850.03.92.4200.4242.04 – Fonte 17990163.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Após a homologação da licitação será emitida Nota de Empenho a favor da Adjudicatária, que será convocada para assinatura do Contrato.

16.2. O pagamento será efetuado sob demanda, após a prestação do serviço e mediante Nota Fiscal ou Fatura.

16.3. A Contratada deverá protocolizar a nota fiscal até o quinto dia útil após a entrega do objeto licitado.

16.4. O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias, após protocolização e aceitação pela DPE-GO da Nota Fiscal correspondente, devidamente atestada, pelo Gestor do Contrato.

16.5. A CONTRATADA deverá entregar ao GESTOR DO CONTRATO, servidor da Defensoria Pública do Estado de Goiás, os seguintes documentos:

16.5.1. Nota Fiscal relativa ao fornecimento do objeto, devidamente atestada pelo setor competente da Defensoria Pública;

16.5.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante;

16.5.3. Certidão Negativa de Débitos inscritos em Dívida Ativa Estadual do domicílio ou sede do licitante;

16.5.4. Certidão Negativa de Débitos inscritos em Dívida Ativa da Fazenda Pública do Estado de Goiás;

16.5.5. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos e a Dívida Ativa da União;

16.5.6. Certificado de Regularidade do FGTS;

16.5.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

16.6. O gestor do contrato será responsável pela fiscalização da execução do objeto da presente licitação, devendo validar o objeto fornecido pela licitante vencedora, conforme a Nota Fiscal, em até 5 dias úteis, contados da data em que a referida área realizar a recepção dos documentos de que trata o subitem anterior.

16.7. Tendo o gestor optado por atestar os objetos fornecidos como desconformes em relação ao especificado no Termo de Referência, a contratada deverá sanar os problemas apresentados primeiro e apresentar nova Nota Fiscal com as devidas correções.

16.8. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao reajustamento de preços ou correção monetária.

16.9. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outro CNPJ, mesmo aquele de filiais ou da matriz.

16.10. A critério da Defensoria Pública, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da licitante vencedora.

16.11. Ocorrendo atraso no pagamento em que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, a CONTRATADA fará jus a compensação financeira devida, desde a data limite fixada para

pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$EM = N \times Vp \times (I / 365)$ onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

As OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE e da CONTRATADA constam no Termo de Referência - Anexo A do Edital.

18. DA VEDAÇÃO

Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, consoante disposto no artigo 48, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. O resultado do presente certame será divulgado no D.O.E.. e nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras e www.dpe.go.def.br.

19.2. Na contagem dos prazos previstos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando houver disposição em contrário. Somente se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente regular e integral na Defensoria Pública do Estado de Goiás.

19.3. Os casos omissos do presente Pregão Eletrônico serão solucionados pelo Pregoeiro.

19.4. Fica assegurado a DPE-GO, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

19.5. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.6. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do processo pelo site www.gov.br/compras.

19.7. Caberá também à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

19.8. O agente de contratação poderá, no julgamento das propostas e na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

19.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no sistema.

19.10. Informações complementares que visem obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, no endereço deste preâmbulo, no horário de 08:00 às 12:00 ou de 13:00 às 17:00, de segunda a sexta-feira, pelo telefone (62) 3157-1120 ou pelo e-mail dlc@defensoria.go.def.br.

19.11. Integram o presente Edital:

19.11.1. Anexo A – Termo de Referência

19.11.2. Anexo I - Endereços de Instalações

19.11.3. Anexo B – Modelo de Propostas de Preço

19.11.4. Anexo C – Minuta de Contrato

19.11.5. Anexo D - Modelo de Declarações

19.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Goiânia, capital do Estado de Goiás.

GOIANIA, 12 de fevereiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINE KELI MACHADO LOPES ROVAGNOL**, **Agente de contratação**, em 19/02/2026, às 09:18, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **86375328** e o código CRC **2317DF79**.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DPE-GO
ALAMEDA CORONEL JOAQUIM DE BASTOS 282 Qd.217 Lt.14, S/C - Bairro SETOR
MARISTA - GOIANIA - GO - CEP 74175-150 - (62)3157-1120.



Referência: Processo nº 202410892011337



SEI 86375328



ESTADO DE GOIÁS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS - DPE-GO

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "A" DA LEI N.º 14.133/21)

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresas especializadas para o fornecimento, instalação e manutenção de circuitos IP dedicados para as Unidades e Salas de Apoio da Defensoria Pública do Estado de Goiás, fornecimento, instalação e manutenção de enlaces de fibra óptica (fibra apagada) para interligação da Unidade Marista, Unidade Aparecida de Goiânia e o Data Center Corporativo do Estado de Goiás, e fornecimento, instalação e suporte técnico de solução de firewall de próxima geração (NGFW), todos com vigência de 60 (sessenta) meses, atendendo às condições e especificações técnicas descritas neste documento.

1.2. Quantitativo

LOTE 01 – FIBRA APAGADA (INTERLIGAÇÃO DOS DATA CENTERS DAS SEGUINTE UNIDADES) MARISTA -> APARECIDA APARECIDA -> SECRETARIA DA ECONOMIA									
ITEM	CATS ER	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 60 MESES	
1.1	2650 6	Fibra Apagada - Principal	UNIDADE	2	R\$ 7.574,74	R\$ 15.149,48	R\$ 181.793,76	R\$ 908.968,80	
Total Lote 01							R\$ 908.968,80		
LOTE 02 – FIBRA APAGADA FIBRA APAGADA (INTERLIGAÇÃO DO DATA CENTER DAS SEGUINTE UNIDADES) MARISTA -> SECRETARIA DA ECONOMIA									
ITEM	CATS ER	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 60 MESES	
2.1	2650 6	Fibra Apagada - Secundária	UNIDADE	1	R\$ 7.574,74	R\$ 5.574,74	R\$ 90.896,88	R\$ 454.484,40	
Total Lote 02							R\$ 454.484,40		
LOTE 03 – CIRCUITOS IP DEDICADOS PRINCIPAIS (INTERNET 1)									
ITEM	CATS ER	DESCRIÇÃO	VELOCIDA DE (Mbps)	METRICA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 60 MESES
3.1	2648 4	Circuito IP Dedicado - Principal	1024	UNIDADE	2	R\$ 6.697,80	R\$ 13.395,60	R\$ 160.747,20	803.736,00
3.2		Circuito IP Dedicado - Principal	400	UNIDADE	11	R\$ 5.037,50	R\$ 55.412,50	R\$ 664.950,00	3.324.750, 00
3.3		Circuito IP Dedicado - Principal	50	UNIDADE	11	R\$ 1.714,73	R\$ 18.862,03	R\$ 226.344,36	1.131.721, 80
Total Lote 03							R\$ 5.260.207,80		
LOTE 04 – CIRCUITOS IP DEDICADOS SECUNDÁRIOS (INTERNET 2)									

ITEM	CATS ER	DESCRIÇÃO	VELOCIDA DE (Mbps)	MÉTRICA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 60 MESES
4.1	2648 4	Circuito IP Dedicado - Secundário	1024	UNIDADE	2	R\$ 6.697,80	R\$ 13.395,60	R\$ 160.747,20	803.736,00
4.2		Circuito IP Dedicado - Secundário	200	UNIDADE	13	R\$ 2.303,67	R\$ 29.947,71	R\$ 359.372,52	1.796.862, 60
Total Lote 04								2.600.598,60	
Lote 05 – FIREWALLS NGFW									
ITEM	CAT MAT	DESCRIÇÃO		METRICA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL 60 MESES		
5.1	6189 79	Firewall de Próxima Geração (NGFW) - Tipo 01		Unidade	3	R\$ 587.660,98	R\$ 1.762.982,94		
5.2		Firewall de Próxima Geração (NGFW) - Tipo 02		Unidade	11	R\$ 95.000,00	R\$ 1.045.000,00		
5.3		Firewall de Próxima Geração (NGFW) - Tipo 03		Unidade	11	R\$ 27.061,00	R\$ 297.671,00		
5.4		Solução de Gerenciamento e Análise (SG1) (HA)		Unidade	1	R\$ 125.000,00	R\$ 125.000,00		
5.5		Treinamento de utilização dos Firewalls e Softwares de Gerência e Análise (TN1)		Serviço	1	R\$ 117.450,00	R\$ 117.450,00		
Total Lote 05								R\$ 3.348.103,94	

1.3. Vigência

1.3.1. 1.3.1. Os Contratos oriundos deste procedimento licitatório terá vigência de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B” DA LEI N.º 14.133/21)

2.1. Justificativa da Contratação

2.1.1. A rede de dados corporativa é de fundamental importância para a Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO), por constituir a espinha dorsal que sustenta todos os sistemas, serviços e operações críticas de tecnologia da informação da instituição. Essa infraestrutura garante que Membros e Colaboradores realizem suas atividades de forma eficiente e segura, atendendo às demandas institucionais e assegurando a continuidade dos serviços prestados à sociedade.

2.1.2. Atualmente a DPE-GO possui os contratos administrativos N° 010/2020 (000015200620 45223095), N° 011/2020 (000015218817 45548454) e 004/2021 (000019254157 51797694), para a prestação de serviços circuitos de dados. Por meio desses contratos que a DPE-GO provê a comunicação de dados para seus sistemas de telecomunicações, sistemas corporativos, acesso à Internet e à Intranet, transferência de arquivos, autenticação de usuários, integração de sistemas, gerência e segurança da informação, entre outros serviços de tecnologia da informação.

2.1.3. Os contratos citados tem suas vigências encerradas no decorrer do ano de 2025, assim, considerando que o processo de instalação de novos circuitos e desativação dos atuais pode levar mais de 120 dias, entendemos que a contratação almejada precisa ocorrer com certa celeridade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "C" DA LEI Nº 14.133/21)

3.1. A solução de infraestrutura com circuito de dados dedicados para as unidades da Defensoria Pública do Estado de Goiás abrange todas as etapas do ciclo de vida do projeto. Desde o planejamento inicial, passando pela aquisição e instalação dos equipamentos, até o gerenciamento, suporte e manutenção contínuos, o projeto visa atender, de maneira abrangente e eficiente, às necessidades tecnológicas da instituição. O ciclo de vida da solução tem como ponto de partida o Plano de Metas da DTI, com destaque para a Meta 33, que busca fortalecer a infraestrutura tecnológica de todas as unidades da DPE-GO por meio da implementação de uma rede dedicada, segura e de alto desempenho. Essa iniciativa inclui o levantamento das necessidades técnicas e operacionais, fundamentado em estudos preliminares que identificaram os requisitos de conectividade essenciais para o pleno funcionamento dos sistemas internos da DPE-GO. Além disso, a solução garante acesso seguro à internet, permitindo que Membros e Colaboradores desempenhem suas atividades de forma eficiente, segura e integrada.

3.1.1. Ressalta-se que a solução de infraestrutura está diretamente ligada a diversos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico 2025-2027 da DPE-GO, sendo relevante para o alcance de metas inerentes a estes objetivos e suas respectivas ações

prioritárias, podendo destacar:

3.1.1.1. **Objetivo:** Ampliar a atuação da Defensoria Pública em todo o Estado de Goiás:

a) **Ação:** Instalar novas Unidades de Atendimento e ampliar o número de Defensores (as) Públicos (as), alcançando municípios ainda não atendidos, priorizados a partir do Plano de Expansão da Instituição.

3.1.1.2. **Objetivo:** Promover a melhoria contínua dos serviços institucionais por meio de ações internas e externas:

a) **Ação:** Implementar ferramentas de atendimento virtual e remoto para facilitar o acesso da(o) assistida(o) ao serviço.

3.1.1.3. **Objetivo:** Aumentar o investimento em soluções inovadoras, tecnológicas, infraestrutura e em segurança institucional:

a) **Ação:** Garantir infraestrutura física e operacional adequada para o desempenho das atividades.

b) **Ação:** Investir em ferramentas de inteligência artificial e automação para otimizar processos.

3.2. A solução proposta abrange a implementação de uma infraestrutura de circuito de dados robusta, de alta performance e segurança, garantindo cobertura e capacidade adequadas para atender à população que busca os serviços da Defensoria Pública em suas unidades. Adicionalmente, os equipamentos e softwares que integram a solução devem estar alinhados às melhores práticas do setor, incorporando mecanismos avançados de gestão e proteção da rede, como controle de acesso e ferramentas de prevenção contra ameaças cibernéticas.

3.3. Durante o ciclo de vida do objeto, será realizada a instalação completa dos circuitos de dados e do firewall. Paralelamente, será configurada uma solução de gerenciamento centralizado, que possibilitará o monitoramento contínuo e a manutenção proativa da rede, garantindo sua operação eficiente e ininterrupta.

3.4. Após a implementação, a solução contará com suporte técnico especializado e um período de garantia de 60 meses, assegurando a manutenção preventiva e corretiva, além de atualizações de firmware e software, de modo a preservar a vida útil dos equipamentos e garantir o desempenho ideal da rede.

3.5. Por fim, a solução foi concebida para acompanhar a evolução das demandas institucionais da Defensoria Pública ao longo do tempo, garantindo escalabilidade e flexibilidade para expansões futuras, seja pela implantação de novas unidades, pelo aumento da demanda por conectividade ou pela adoção de novas tecnologias. A arquitetura da infraestrutura permite a adaptação dinâmica a diferentes cenários operacionais, com capacidade para suportar atualizações tecnológicas sem comprometer a estabilidade e a segurança da rede. Dessa forma, a solução abrange integralmente o ciclo de vida do projeto, desde a implementação inicial até a gestão contínua da infraestrutura, garantindo alta disponibilidade, desempenho otimizado e sustentabilidade operacional a longo prazo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "D" DA LEI Nº 14.133/21)

4.1. Natureza do Serviço

4.1.1. Trata-se de uma contratação para fornecimento de circuitos de dados destinados a serviços de internet e intranet, incluindo a aquisição de firewalls e solução integrada de gerenciamento e análise, bem como a prestação de serviços de instalação, suporte técnico e treinamento.

4.1.2. Os serviços contínuos são aqueles destinados a atender a necessidade pública de forma permanente e ininterrupta, garantindo o funcionamento da rede da internet e intranet com alta disponibilidade. Qualquer interrupção desses serviços pode comprometer o cumprimento da missão institucional, conforme estabelecido no presente processo.

4.1.3. A solução de circuito de dados e firewalls a ser contratada é classificada como serviço comum, conforme o inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021, por apresentar um padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, com base nas especificações usuais do mercado.

4.1.4. O fornecimento e a implementação da solução serão realizados sob demanda, conforme as necessidades da CONTRATANTE.

4.2. Padrões Mínimos de Qualidade.

4.2.1. O serviço de fornecimento, instalação e suporte da solução de circuitos dados e firewalls deverá atender aos mais elevados padrões de qualidade, garantindo que todos os produtos e serviços entregues estejam em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3. Critérios de Sustentabilidade

4.3.1. A CONTRATADA deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do Decreto 7.746/2012, garantindo que a infraestrutura e os equipamentos fornecidos sigam as diretrizes ambientais e de consumo eficiente de energia.

4.4. Subcontratação

4.4.1. Será permitida a subcontratação exclusivamente para os circuitos de dados destinados à reserva técnica do lote 3 e do lote 4 conforme descrito no Anexo I (74201348) do Termo de Referência, isto para os casos onde a Contratada não possuir infraestrutura própria no Município.

4.4.2. A empresa responsável pelo fornecimento e instalação dos circuitos dedicados será incumbida de todo o suporte relacionado a essa solução. Por sua vez, a empresa contratada para fornecer a solução de firewalls será exclusivamente responsável pelo fornecimento, instalação, suporte e treinamento relacionados a esse serviço.

4.4.3. Cada contratada terá responsabilidade direta sobre a respectiva solução, garantindo que todos os aspectos dos serviços sejam integralmente cumpridos.

4.5. **Qualificação Técnica**

4.5.1. **Qualificação Técnica Lote 1 e 2**

4.5.1.1. Para comprovação de que a empresa LICITANTE possui capacitação técnica e experiência na execução de serviços correlatos aos do objeto deste Termo de Referência, a empresa deverá, nos termos do item I do Art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021, juntamente com a documentação de habilitação necessária, comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente desta licitação, por meio da apresentação de ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA, em nome da LICITANTE, em documento timbrado, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta e/ou empresa privada que comprove ter a LICITANTE executado ou que esteja executando serviços de características técnicas semelhantes ao objeto desta contratação nos termos da Lei, comprovando:

4.5.1.2. Esclarece-se que, para serviços contínuos inerentes aos itens que compõem os Lotes 1 e 2, as quantidades a serem comprovadas por meio de Atestado de Capacidade Técnica deverão corresponder a, no mínimo, 50% do quantitativo estimado de cada lote. Esse percentual é considerado razoável e plenamente compatível em termos de quantidades e características, garantindo que o fornecedor possua a experiência necessária para a execução integral dos serviços a serem contratados, em conformidade com o Art. 67, § 5º, da Lei 14.133/2021.

4.5.1.3. A licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou esteja executando, de forma satisfatória, serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, correspondentes ao fornecimento de link de dados e/ou comunicação de dados.

4.5.1.4. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deve(m) conter, de forma explícita:

- A identificação completa da pessoa jurídica emissora do atestado;
- O nome e cargo do responsável pelo setor encarregado do objeto atestado;
- Os contatos atualizados para a realização de diligências;
- A especificação detalhada dos serviços executados ou em execução, de forma a evidenciar a compatibilidade com o objeto licitado.

4.5.1.5. No caso de atestados emitidos por empresas do setor privado, não serão aceitos documentos provenientes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da empresa proponente. Para efeito de qualificação, considera-se que pertencem ao mesmo grupo econômico:

4.5.1.5.1. Empresas controladas ou controladoras da empresa proponente;

4.5.1.5.2. Empresas que possuam pelo menos um sócio em comum, seja pessoa física ou jurídica, entre a empresa emitente do atestado e a empresa proponente.

4.5.1.6. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão ser válidos e conter a descrição detalhada dos serviços prestados, incluindo o quantitativo, além de informações sobre o número do contrato vinculado, sua vigência, e a data de início dos serviços executados.

4.5.1.7. O(s) Atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes informações:

4.5.1.7.1. Nome completo do cliente;

4.5.1.7.2. Endereço completo do cliente;

4.5.1.7.3. Identificação do contrato vinculado ao serviço prestado;

4.5.1.7.4. Descrição detalhada dos serviços executados;

4.5.1.7.5. Vigência do contrato;

4.5.1.7.6. Assinatura e identificação do signatário, incluindo:

4.5.1.7.6.1. Nome completo;

4.5.1.7.6.2. Cargo ou função que exerce junto ao emitente e que o habilite a expedir o atestado;

4.5.1.7.6.3. Telefone ou e-mail de contato para verificação;

4.5.1.7.7. Declaração expressa que os serviços foram prestados conforme o contrato, atendendo plenamente às expectativas do cliente em relação ao cumprimento de prazos e à qualidade dos produtos e serviços entregues.

4.5.1.8. A Administração, a seu critério, poderá realizar diligências junto à pessoa jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica, com o objetivo de obter informações objetivas sobre os serviços prestados.

4.5.1.9. Caso seja constatada qualquer divergência entre as informações especificadas nos atestados ou certificados de capacidade técnica e os dados apurados durante a diligência, a licitante poderá ser desclassificada do processo licitatório e ficará sujeita às penalidades legais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

4.5.2. **Qualificação Técnica Lote 3 e 4**

4.5.2.1. As exigências previstas neste item deverão ser comprovadas no momento da habilitação técnica da proposta comercial apresentada pela licitante.

4.5.2.2. A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens e serviços com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação ou com o item correspondente, mediante apresentação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.5.2.3. Para fins de comprovação da aptidão técnica, os atestados apresentados deverão se referir a contratos executados que contemplem, no mínimo, as seguintes características:

4.5.2.3.1. Execução de serviços de instalação e configuração compatíveis com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, comprovando que foram realizados dentro dos prazos contratuais estipulados.

4.5.2.4. Todos os custos relativos à preparação e apresentação da proposta são de inteira responsabilidade da licitante, não cabendo à CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, ressarcir quaisquer despesas, independentemente do resultado do processo licitatório.

4.5.2.5. A licitante deverá apresentar Termo de Autorização de SCM – Serviço de Comunicação Multimídia, emitido pela ANATEL. A não apresentação desta licença implicará desclassificação imediata da proposta.

4.5.2.6. Para fins de habilitação quanto à qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar atestado ou declaração de capacidade técnica, em seu nome, que comprove a efetiva prestação de serviços semelhantes aos requeridos nesta contratação, em quantidade e com recursos compatíveis.

4.5.2.7. A licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou esteja executando, de forma satisfatória, serviços compatíveis e pertinentes com o objeto deste Termo de Referência, correspondentes ao fornecimento de link de dados e/ou comunicação de dados.

4.5.2.8. Todos os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado da instituição ou empresa declarante e conter, obrigatoriamente:

- a) Descrição detalhada dos serviços executados;
- b) Nome e cargo do responsável pela emissão (compatível com a função — ex.: fiscal de contrato, coordenador, gerente ou diretor);
- c) Data de emissão;
- d) Dados de contato do declarante (e-mail e/ou telefone).

4.5.2.9. A CONTRATANTE poderá realizar diligências ou solicitar documentação complementar, a qualquer tempo, com o objetivo de verificar a autenticidade dos atestados e a efetiva execução do objeto declarado.

4.5.2.10. O Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, deverá comprovar que a licitante prestou ou presta, de forma satisfatória, por período mínimo de 12 (doze) meses, os serviços requeridos nesta contratação, considerando a essencialidade do serviço.

4.5.2.11. O objeto da contratação compreende Fornecimento de Rede Internet, Gerência de Rede WAN e Serviço Anti-DDoS Volumétrico, conforme especificações detalhadas no presente Termo de Referência.

4.5.2.12. A PROPONENTE deverá comprovar, por meio de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que fornece ou forneceu serviços de Internet com conectividade IPv4 e IPv6, com links de no mínimo 1 Gbps, compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação.

4.5.2.13. A PROPONENTE deverá apresentar declaração formal de que o seu backbone encontra-se em operação com canais dedicados, exclusivos e redundantes, interligando-o diretamente a outros backbones de Internet, com Sistemas Autônomos (AS – Autonomous System) distintos, observando-se os seguintes requisitos mínimos:

- a) Conectividade com, no mínimo, 2 (dois) backbones nacionais com abrangência nacional;
- b) Suporte a IPv4 e IPv6.

A não apresentação dos dados de conectividade e respectivos números de AS, para verificação da conectividade nacional, acarretará desclassificação da licitante.

4.5.2.14. A proponente deverá declarar compromisso de disponibilização, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da assinatura do contrato, de Centro de Roteamento de Internet (roteador de backbone) na cidade de Goiânia – GO, com saída de backbone terrestre para a rede nacional de Internet e capacidade mínima de 10 Gbps de banda agregada, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.5.2.15. A PROPONENTE deverá declarar que possui capacidade de comunicação de dados direta e dedicada com, no mínimo, 2 (dois) provedores nacionais de backbone IPs ou Pontos de Troca de Tráfego (PTT/IXs), com capacidade total mínima de 50 Gbps, bem como infraestrutura de rede robusta que assegure a entrega do serviço com a capacidade, disponibilidade e continuidade exigidas.

4.5.2.16. A PROPONENTE deverá informar quais são os seus Sistemas Autônomos (AS), de modo a demonstrar que o seu backbone possui canais diretos com AS nacionais e internacionais, bem como rotas alternativas que assegurem redundância e alta disponibilidade.

A comprovação será realizada por meio de consulta pública em ferramentas de peering, como:

- <http://asrank.caida.org/>
- <http://bgp.he.net/>
- <https://www.peeringdb.com>
- ou outros serviços equivalentes que forneçam informações sobre BGP Peering, permitindo verificação online pela CONTRATANTE.

4.5.2.17. A proponente deverá comprovar, por meio de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que fornece ou forneceu serviços de link de dados, incluindo funcionalidade de mitigação e limpeza de ataques DDoS (Distributed Denial of Service), com capacidade mínima de 1 Gbps, compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação.

4.5.3. **Qualificação Técnica Lote 5**

4.5.3.1. O licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.5.3.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.5.3.3. A quantidade de Firewalls Tipo 1 a serem fornecidos deverá contemplar, no mínimo, 1 (um) conjunto de firewalls configurados em alta disponibilidade (HA), conforme especificações estabelecidas no item 1 do Lote 5 do Termo de Referência.

4.5.3.4. As quantidades de Firewalls Tipo 2 e Tipo 3 a serem fornecidas deverão ser compatíveis com o objetivo deste Termo de Referência, devendo representar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da soma das quantidades especificadas nos itens 2 e 3 do Lote 5 deste Termo de Referência.

4.5.3.5. O fornecimento de Softwares de Gerência e Análise deverá ser compatível com o objeto deste Termo de Referência e corresponder ao quantitativo especificado no item 4, referente ao Lote 5.

4.5.3.6. Serviço de instalação e configuração compatível com as condições deste Termo de Referência que explicita que o serviço foi prestado dentro do prazo estipulado em contrato;

4.5.3.7. Serviço de treinamento compatível com objeto da licitação.

4.5.3.8. Exigências quanto ao(s) atestado(s) apresentado(s):

4.5.3.9. Terá que ser comprovada a entrega e prestação de serviço dentro do prazo contratual, contendo informações que permitam estabelecer, por proximidade de características técnicas, comparação entre o objeto descrito no Termo de Referência e o objeto fornecido.

4.5.3.10. Diferentes atestados de objetos compatíveis fornecidos por entidades distintas poderão ser somados pelos licitantes.

4.5.3.11. A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

4.5.3.12. Não será aceito pela Administração atestado ou declaração emitido pelo próprio licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, pois o licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

4.5.3.13. Deverão constar do(s) atestado(s) de capacidade técnica em destaque, os seguintes dados: identificação do emitente, especificação completa do fornecimento/serviço executado, prazo de vigência do contrato, local e data de expedição, data de início e término do contrato.

4.5.3.14. A exigência de atestado de Capacidade Técnico-Operacional decorre da necessidade de garantir que o licitante tenha alguma experiência em fornecer e dar suporte ao tipo de equipamento oferecido e minimizar o risco de uma má contratação. A contratação de uma empresa sem capacidade de entrega ou de prestar os serviços de suporte poderá acarretar graves prejuízos para o Poder Público.

4.5.3.15. A licitante deverá apresentar, antes da assinatura do contrato, comprovação de que possui, em seu quadro de pessoal, no mínimo um profissional com certificação técnica vigente emitida pelo fabricante da solução ofertada, a qual deve comprovar as competências do profissional na implantação e suporte dos produtos ofertados.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "E" DA LEI Nº 14.133/21)**

5.1. **Serviço de Suporte Técnico Especializado.**

5.1.1. O prazo de suporte da solução ofertada deverá ser de **60 (sessenta) meses**, contados a partir da data do aceite definitivo da implantação da solução.

5.1.2. O suporte deverá ser prestado pela CONTRATADA e pelo Fabricante do Equipamento/Desenvolvedor do Software, também por um período mínimo de 60 (sessenta) meses;

5.1.3. A CONTRATADA deve garantir para a CONTRATANTE o fornecimento de acesso irrestrito (24 horas x 7 dias da semana) à área de suporte do fabricante, especialmente ao endereço eletrônico (web site), a toda a documentação técnica pertinente (guias de instalação/configurações atualizadas, FAQ's, bases de conhecimento e bases de soluções, com pesquisa efetuada através de ferramentas de busca);

5.1.4. Manutenção preventiva é o conjunto de ações efetuadas em intervalos predeterminados, ou de acordo com critérios prescritos pelo Fabricante, ou Boas Práticas destinadas a reduzir a probabilidade de falha, ou a degradação do funcionamento de um item;

5.1.5. Manutenção corretiva é aquela destinada a identificar e corrigir os defeitos apresentados no hardware ou software e deverá ocorrer em todas as ocasiões que demandado pela CONTRATANTE ou naquelas que forem detectadas pela CONTRATADA em

suas ações de manutenção preventiva;

5.1.6. Durante todo o período de garantia, não haverá limites para quantidade de abertura dos chamados técnicos para hardwares: substituição de equipamentos ou de peças defeituosas por itens novos e de primeiro uso, atualizações de firmware, bem como outros componentes pertinentes;

5.1.7. A não correção preventiva de alguma falha que tenha sido detectada pela CONTRATADA antes do seu agravamento, será caracterizada como negligência e estará passível a aplicação de penalidades;

5.1.8. As atividades de manutenção preventiva, corretiva ou evolutiva deverão ser realizadas preferencialmente por técnicos do Fabricante devidamente certificados e autorizados;

5.1.9. Serão permitidas a realização de manutenção preventiva, corretiva ou evolutiva por técnicos da CONTRATADA devidamente certificados e autorizados pelo Fabricante, devendo nesta situação a CONTRATADA ser parceira, representante ou autorizada técnica do Fabricante na solução com autorização para executar manutenções;

5.1.10. A garantia e o suporte de toda a solução deverá respeitar os períodos estipulados - tendo o início da contagem após 1 (um) dia útil da emissão do Termo de Recebimento Definitivo -, e ser emitida em nome da CONTRATANTE, sendo devidamente comprovada através de documentação emitida pelo Fabricante da solução de Hardware/Software;

5.1.11. Os serviços de atualização, de suporte ou de reparo dos equipamentos especificados devem ser executados no local onde se encontram instalados;

5.1.12. Deverá ser disponibilizada Central de Atendimento (0800) e Website em português do Brasil para abertura e acompanhamento dos chamados de garantia e suporte técnico, comprometendo-se a manter seus registros e descrições completas;

5.1.13. As respostas do suporte técnico contratado deverão ser efetuadas na língua portuguesa (português do Brasil), tanto por e-mail, quanto por contato telefônico.

5.1.14. O suporte técnico deverá ser prestado em caso de falhas, dúvidas e/ou esclarecimentos de qualquer um dos produtos, módulos e programas referentes aos equipamentos que compõem a solução.

5.1.15. A abertura de chamados pela CONTRATANTE será efetuada por correio eletrônico, por sistema de controle de chamados, com e-mail de resposta do chamado aberto apresentando o número do ticket aberto, para acompanhamento.

5.2. **Níveis de serviços**

5.2.1. **Acordos níveis de serviços para os Lotes 1 e 2.**

5.2.1.1. Os níveis de serviço – SLA – especificados neste Termo de Referência consideram a continuidade das atividades, a essencialidade e a qualidade no atendimento prestado aos cidadãos do Estado de Goiás. A LICITANTE, ao participar deste pleito, estará automaticamente aceitando as condições de níveis de serviço (SLA) descritos ao longo deste documento.

5.2.1.2. Todos os serviços contratados, incluindo o atendimento técnico, devem estar disponíveis no período de 24 horas por dia e 7 dias por semana, por todo o período de vigência do contrato.

5.2.1.3. Caso haja necessidade de interrupção dos serviços pela CONTRATADA, inclusive em função de mudança de tecnologia, a CONTRATADA deverá solicitar, por escrito, autorização com antecedência mínima de 5 dias úteis e a janela de interrupção deverá ser acordada com a CONTRATANTE. Havendo autorização para a interrupção, o serviço não será considerado indisponível durante o período indicado. Entretanto, caso a CONTRATADA exceda o período previsto, o serviço será considerado indisponível no tempo excedente.

5.2.1.4. O serviço contratado será considerado disponível desde que esteja plenamente funcional e operacional, atendendo a todas as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência. O serviço não será considerado indisponível em razão de fatos que estejam sob a responsabilidade da CONTRATANTE.

5.2.1.5. Caso a CONTRATADA necessite de acesso físico em local sob a responsabilidade da CONTRATANTE para a reparação ou disponibilização de qualquer serviço e o referido local encontre-se fechado, o prazo para reparação e/ou disponibilização do serviço ficará suspenso até que seja providenciado pela CONTRATANTE o referido acesso, sendo que o prazo começará a contar a partir deste momento.

5.2.1.6. **Verificação da Qualidade dos Serviços**

5.2.1.6.1. O preço estipulado em contrato para a execução do objeto deste Termo de Referência está condicionado à entrega dos serviços com qualidade adequada. Caso a execução contratual não atenda aos parâmetros estabelecidos, tais como latência, velocidade e perda de pacotes, o pagamento será proporcional ao serviço efetivamente prestado, conforme os critérios previstos neste Termo de Referência.

5.2.1.6.2. Esses ajustes pretendem garantir ao CONTRATANTE a prestação adequada dos serviços contratados, mesmo diante de eventuais imperfeições em sua execução, assegurando o cumprimento do Acordo de Nível de Serviço (SLA).

5.2.1.6.3. Ao final do período de faturamento, a CONTRATADA apresentará o “Relatório de Verificação dos Eventos” quando houver descumprimento das métricas e SLAs previstos neste termo.

5.2.1.7. **Lista de Imperfeições e Efeitos Remuneratórios**

5.2.1.7.1. O cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas no presente Termo de Referência será objeto de fiscalização contínua pelos agentes designados como Fiscais do Contrato, os quais procederão à verificação da aderência da execução contratual aos parâmetros estipulados no Acordo de Nível de Serviço (ANS), identificando eventuais descumprimentos ou imperfeições na prestação dos serviços.

5.2.1.7.2. Os dados apurados no âmbito do Acordo de Nível de Serviço serão analisados e tabulados pelo CONTRATANTE, com o objetivo de mensurar o nível de conformidade dos serviços prestados. A depender do resultado dessa aferição, poderão ser adotadas medidas administrativas cabíveis, incluindo, se necessário, ajustes no pagamento mensal, nos termos do contrato e da legislação vigente.

5.2.1.7.3. O CONTRATANTE desconsiderará eventuais violações aos níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência caso sejam verificadas, ao menos, uma das seguintes circunstâncias:

5.2.1.7.3.1. Falha em equipamentos sob responsabilidade do CONTRATANTE;

5.2.1.7.3.2. Falha decorrente de procedimentos operacionais executados pelo CONTRATANTE;

5.2.1.7.3.3. Falha em equipamentos da CONTRATADA cuja correção tenha sido inviabilizada por restrições de acesso impostas pelo CONTRATANTE;

5.2.1.7.3.4. Interrupções programadas necessárias para melhorias e adequações dos links de dados, desde que previamente acordadas entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

5.2.1.7.4. Sempre que houver qualquer interrupção no circuito, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente o CONTRATANTE. A comunicação deverá ser feita por e-mail para toda a equipe técnica e gestores responsáveis pelo contrato. Além disso, pelo menos um dos gestores deverá ser contatado por telefone, garantindo que o problema seja prontamente identificado e tratado. A lista de contatos será definida pelo CONTRATANTE em uma reunião de alinhamento.

5.2.1.7.5. A lista de contatos da equipe técnica do CONTRATANTE pode ser alterada a qualquer momento. Caso isso ocorra, o CONTRATANTE deverá comunicar formalmente à CONTRATADA, informando o novo responsável pela comunicação, conforme definido na reunião de alinhamento.

5.2.1.7.6. O tempo máximo para a resolução de qualquer falha que cause a inoperância do serviço será de **até 2 (duas) horas** a partir da comunicação do incidente. Esse prazo garante a rápida restauração dos serviços e minimiza impactos operacionais.

5.2.1.7.7. Se houver necessidade de interrupção programada do serviço (por exemplo, para manutenção ou atualizações), a CONTRATADA deverá planejar previamente essa ação junto ao Gestor do Contrato. A interrupção só poderá ocorrer no horário acordado entre as partes, evitando impactos imprevistos às operações do CONTRATANTE.

5.2.1.8. Acordo de Nível de Serviço

SLA	Métrica	Valores de Limites	Medidas Administrativas
SLA 1	<p>O link será considerado indisponível nas seguintes condições:</p> <p>1) Interrupção do Serviço: A partir do momento em que uma interrupção for detectada, seja pela CONTRATADA ou pelo CONTRATANTE, até o momento em que o serviço for restabelecido e as condições normais de operação forem restauradas.</p> <p>2) Retardo da Rede: Caso o tempo de retardo da rede (latência) seja superior a 4 milissegundos (ms).</p> <p>3) Perda de Pacotes: Quando a taxa de perda de pacotes ultrapassar 1%. A perda de pacotes é um indicativo de que o tráfego de dados está sendo comprometido.</p> <p>4) Variação de Latência (Jitter): Se a taxa de variação de latência</p>	Disponibilidade mínima mensal aceitável 99,44%	<p>Glosa: Desconto relativo ao tempo de inconformidade do link no mês, aplicado ao valor mensal do link conforme Quadro de Disponibilidade.</p> <p>*DLM: Medida administrativa relativa ao tempo de indisponibilidade do link no mês, aplicado ao valor mensal do link, quando a disponibilidade apurada for menor que 98,88%</p>

SLA	Métrica	Valores de Limites	Medidas Administrativas
	<p>(jitter) for superior a 2. Jitter alto pode afetar a qualidade de serviços sensíveis, como VoIP ou videoconferências.</p> <p>5) Banda Ofertada Abaixo do Contratado: Quando a banda disponibilizada para o serviço ficar abaixo da banda contratada, comprometendo o desempenho esperado da conexão.</p>		

5.2.1.9. Disponibilidade

Índice de disponibilidade	Percentual de Glosa (%) sobre o valor mensa	*DLM Faixas de Disponibilidade
>= 98,88% e < 99,44%	10%	Tempo de indisponibilidade entre 242 e 480 minutos (4 a 8 horas no mês).
>= 50,00% e < 98,88%	30%	Tempo de indisponibilidade entre 484 minutos e 21.600 minutos (8 horas a 15 dias no mês).
< 50,00%	100%	Tempo de indisponibilidade superior a 21.601 minutos (mais de 15 dias no mês)

5.2.1.10. Fórmula de cálculo:

5.2.1.10.1. Cálculo da disponibilidade:

$$DLM = (1 - TI / 43200) * 100$$

Onde:

DLM = Disponibilidade do link no mês (%).

TI = Tempo de **indisponibilidade** (em minutos).

43200 = Total de minutos em um mês de 30 dias.

5.2.1.10.2. O valor da penalidade por indisponibilidade será **calculado com base no valor mensal do circuito**, conforme a seguinte fórmula:

$$P = Vm \times Pg / 100$$

Onde:

- **P** = Valor da penalidade a ser aplicada
- **Vm** = Valor mensal do circuito
- **Pg** = Percentual de Glosa

5.2.2. Acordos níveis de serviços para os Lotes 3 e 4.

5.2.2.1. A LICITANTE, ao participar deste pleito, estará automaticamente aceitando as condições de acordo de níveis de serviço (SLA) descritos a seguir:

5.2.2.2. Os serviços de acesso à Internet deverão possuir obrigatoriamente garantia mínima de 99% (noventa e nove por cento) da velocidade de banda estipulada neste instrumento, para download e upload;

5.2.2.3. A latência deverá ser de no máximo de 150ms;

5.2.2.4. Taxa de erros máxima admitida de 10-6;

5.2.2.5. **Indicadores:**

5.2.2.5.1. Indicador 1: disponibilidade do link:

Descrição do Indicador	<p>1.1. Percentual de tempo, durante o período do mês de operação, em que o LINK (incluindo o CPE) venha a permanecer em condições normais de funcionamento;</p> <p>1.2. O chamado somente deverá ser fechado/finalizado mediante autorização da CONTRATADA após testes de restabelecimento do LINK.</p>
Fórmula de Cálculo	<p>1.1. $IDM = [(To - Ti) / To] * 100$;</p> <p>1.2. Onde: IDM = índice de disponibilidade mensal do LINK em % (porcentagem);</p> <p>1.3. To = período de operação (um mês) em minutos;</p> <p>1.4. Ti = somatório dos tempos de inoperância durante o período de operação (um mês) em minutos;</p> <p>1.5. No caso de inoperância recorrente num período inferior a 3 (três) horas, contado a partir do restabelecimento do link da última inoperância, considerar-se-á como tempo de indisponibilidade do enlace o início da primeira inoperância até o final da última inoperância, quando o link estiver totalmente operacional;</p> <p>1.6. Os tempos de inoperância serão os tempos em que os links apresentarem problemas que serão obtidos dos chamados abertos no sistema de abertura de chamados técnicos (Trouble Ticket) e os tempos de indisponibilidade computados pela violação do indicador de Retardo;</p> <p>1.7. Somente serão desconsiderados os tempos de inoperância, causados por manutenções programadas com a CONTRATADA, ressalvados, contudo, os casos fortuitos e de força maior.</p>
Periodicidade de Aferição	1.1. Mensal.
Limiar de Qualidade	1.1. Disponibilidade mensal mínima (em %) - 99,35%.
Pontos de Controle	1.1. O FORNECEDOR REGISTRADO realizará, por meio da solução de gerenciamento, a coleta e o armazenamento de informações a respeito dos links estipulados neste instrumento pelo tempo de duração de prestação dos serviços.
Relatórios de Níveis de Serviço (SLR)	<p>1.1. O FORNECEDOR REGISTRADO deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATADA, relatórios com os índices apurados diariamente, totalizados e apresentados mensalmente por link;</p> <p>1.2. Para todos os links, inclusive para os que apresentarem operabilidade plena, deverão ser apresentados: o tempo de indisponibilidade (horas e minutos), o tempo de interrupções programadas e o tempo de interrupções de responsabilidade da CONTRATADA;</p>

	1.3. O FORNECEDOR REGISTRADO deverá disponibilizar relatório analítico com os tempos de falhas (com hora de início e fim da inoperância), minutos excedentes ao prazo máximo para reparo e disponibilidade no período (mês).
Glosa de não atendimento deste indicador	1.1. 1% (um por cento) por percentual (%) de perda de pacotes acima do estipulado no limiar de qualidade. Calculado sobre o valor mensal do enlace no mês de referência.

5.2.2.5.2. Indicador 2: perda de pacotes:

Descrição do Indicador	1.1. Representa a quantidade de pacotes perdidos.
Periodicidade de Aferição	1.1. Mensal.
Limiar de Qualidade	1.1. Menor ou igual a 2%.
Relatórios de Níveis de Serviço (SLR)	1.1. O FORNECEDOR REGISTRADO deverá disponibilizar, quando solicitado pela CONTRATADA, relatórios com os valores das medições solicitadas referentes ao percentual de perda de pacotes.
Glosa de não atendimento deste indicador	1.1. 1% (um por cento) por percentual (%) de perda de pacotes acima do estipulado no limiar de qualidade. Calculado sobre o valor mensal do enlace no mês de referência.

5.2.2.5.3. Indicador 3: prazo de reparo/restabelecimento de um link:

Descrição do Indicador	1.1. Prazo limite para reparo/restabelecimento de um link (com 100% de operabilidade ou pleno), na ocorrência de inoperância ou falha.
Fórmula de Cálculo	1.1. Apuração do tempo de restabelecimento de um enlace, a partir de consulta na base de dados relativa à solução de gerenciamento do FORNECEDOR REGISTRADO e comparação com o valor descrito no limiar de qualidade deste indicador.
Periodicidade de Aferição	1.1. Mensal.
Limiar de Qualidade	1.1. 8 (oito) horas. Salvo em situações que tiverem necessidades específicas, sendo necessário a operadora apresentar as considerações de alongamento de prazo nestes casos.
Pontos de Controle	1.1. Solicitações abertas na central de atendimento do FORNECEDOR REGISTRADO para reparo de um enlace.
Relatórios de Níveis de Serviço (SLR)	1.1. O FORNECEDOR REGISTRADO deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATADA relatório com os valores apurados, por link; 1.2. Os relatórios deverão fornecer, para cada unidade predial, os valores de tempo de atendimento gasto para reparo/restabelecimento do link com indicação das violações dos prazos e consolidação mensal por unidade regional.
Glosa de não atendimento deste indicador	1.1. 1% (um por cento) por hora acima do estipulado no limiar de qualidade. Calculado

sobre o valor mensal do enlace no mês de referência para cada evento.

5.2.3. Requisitos do backbone:

5.2.3.1. A fim de garantir um “throughput” compatível com a banda de passagem do enlace contratado, a interligação externa do PoP da CONTRATADA, deverá atender aos seguintes requisitos:

5.2.3.2. Interligação a “Backbones Nacionais” - deverá possuir canais dedicados, interligando-o diretamente a, pelo menos, dois principais Sistemas Autônomos (Autonomous Systems) nacionais com velocidade mínima de 1 Gbps Mbps.

5.2.3.3. A CONTRATADA deverá possuir no mínimo o dobro do valor da banda do link dedicado entre o POP da CONTRATADA com o backbone nacional de internet (AS/NAP).

5.2.4. Acordos níveis de serviços para o LOTE 5.

5.2.4.1. A Contratada deverá fornecer garantia, suporte técnico e atualização de versões das licenças fornecidas pelo período de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo das referidas licenças.

5.2.4.2. Inclui todas as atualizações de versões, pequenas atualizações de release e reparos de defeitos (bug fixing patches);

5.2.4.3. Os serviços de suporte técnico aos produtos deverão incluir, dentre outros:

5.2.4.3.1. Orientações sobre uso, configuração e instalação do software ofertado;

5.2.4.3.2. Questões sobre compatibilidade e interoperabilidade do produto ofertado (hardware e software);

5.2.4.3.3. Interpretação da documentação do software ofertado;

5.2.4.3.4. Orientações para identificar a causa de uma falha de software;

5.2.4.3.5. Orientação para solução de problemas de “performance” e “tuning” das configurações do software ofertado;

5.2.4.3.6. Orientação quanto às melhores práticas para implementação do software adquirido;

5.2.4.3.7. Apoio na recuperação de ambientes em caso de panes ou perda de dados;

5.2.4.3.8. Apoio para execução de procedimentos de atualização para novas versões do software instalado;

5.2.4.4. A contratada deverá gerar relatório mensal, analítico e sintético, indicando todos os eventos relevantes ocorridos durante o período de execução do mesmo a ser entregue até o 5 (quinto) dia útil do mês subsequente.

5.2.4.5. Durante o período de garantia, suporte técnico e manutenção, a Contratada deverá atender às solicitações da DPE-GO, em qualquer horário, respeitando as condições e níveis de serviços especificados a seguir:

5.2.4.5.1. SEVERIDADE ALTA: Aplicado quando há indisponibilidade do ambiente tecnológico;

5.2.4.5.2. SEVERIDADE MÉDIA: Aplicado quando há falha no uso dos softwares, estando ainda disponíveis, porém apresentando problemas ou instabilidade;

5.2.4.5.3. SEVERIDADE BAIXA: Aplicado para instalação, configuração, manutenção preventivas, aplicações de atualização e esclarecimento técnico relativo ao uso das ferramentas.

5.2.4.6. Os prazos estabelecidos nos níveis de serviços serão contados a partir da abertura do chamado, o qual será classificado conforme as severidades especificadas no item anterior.

5.2.4.7. Os prazos máximos para o atendimento dos chamados obedecerão ao disposto na tabela a seguir, contados a partir da data e hora de abertura do chamado:

SEVERIDADE	ATENDIMENTO	SOLUÇÃO / PALIATIVO
ALTA	4 (QUATRO) HORAS	12 (DOZE) HORAS
MÉDIA	6 (SEIS) HORAS	24 (VINTE E QUATRO) HORAS
BAIXA	24 (VINTE E QUATRO) HORAS	48 (QUARENTA E OITO) HORAS

5.2.4.8. Para os chamados de severidade ALTA (paralisação de pelo menos 1 (uma) das funcionalidades elencadas nas especificações técnicas), o início do atendimento deverá ocorrer no máximo em 4 (quatro) horas corridas, a contar da abertura do chamado e a solução deverá ocorrer em até 12 (doze) horas corridas a contar do início do atendimento.

5.2.4.9. Para os chamados severidade MÉDIA (degradação na performance, funcionamento ou serviço da solução), o início do atendimento deverá ocorrer no máximo em 6 (seis) horas corridas, a contar da abertura do chamado e a solução deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas corridas a contar do início do atendimento.

5.2.4.10. Para os chamados severidade BAIXA (quando há comprometimento do desempenho), o início do atendimento deverá ocorrer no máximo em 24 (vinte e quatro) horas corridas, a contar da abertura do chamado e a solução deverá ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas corridas a contar do início do atendimento.

5.2.4.11. Para os chamados de qualquer severidade, a critério da DPE-GO, poderá ser agendado o melhor horário para atendimento.

5.2.4.12. O fechamento de qualquer chamado só poderá ocorrer mediante consulta prévia à DPE-GO quanto à efetiva solução do problema.

5.2.4.13. Qualquer chamado fechado, sem anuência da DPE-GO ou sem que o problema tenha sido resolvido, será reaberto e os prazos serão contados a partir da abertura original do chamado, inclusive para efeito de aplicação das sanções previstas.

5.2.4.14. A Contratada manterá cadastro das pessoas indicadas pela DPE-GO que poderão efetuar abertura e autorizar o fechamento de chamados.

5.2.4.15. A Contratada deverá fornecer relatório de atendimento técnico, referente a cada chamado, contendo no mínimo as seguintes informações:

- Data e hora da abertura do chamado;
- Data e hora do início do atendimento;
- Responsável pelo atendimento da solicitação;
- Motivo da ocorrência (indicação do defeito);
- Status do chamado (aberto, em tratamento, fechado, etc.);
- Data e hora do fechamento do chamado;
- Solução adotada (resolução);

5.2.4.16. O atendimento de suporte para a solução deverá ser do tipo 8 x 5 (oito horas por dia, cinco dias por semana), e deverá ser realizado por profissionais especializados.

5.2.4.17. Não haverá limite para o número de chamados de suporte técnico.

5.2.4.18. Nos casos em que as manutenções necessitem de paradas do ambiente, a CONTRATANTE deverá ser imediatamente notificada para que se proceda à aprovação da manutenção, ou para que seja agendada nova data, a ser definida pelo CONTRATANTE, para execução das atividades de manutenção;

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART.9º, INCISO IV DA IN 81/2022)

Requisitos legais:

6.1.1. A CONTRATADA será integralmente responsável por todas as despesas decorrentes da execução contratual, incluindo, mas não se limitando a, renovação, encargos e trabalhistas, seguros, sociais, impostos e contribuições, despesas administrativas e quaisquer outros insumos necessários à aplicação do objeto, sem ônus adicional à Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO).

6.1.2. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por quaisquer danos, prejuízos pessoais ou materiais causados ao CONTRATANTE, a terceiros ou a bens públicos e privados, seja por ação, omissão, culpa ou dolo, seus ou de seus prepostos, no curso da celebração do contrato. A CONTRATADA responderá integralmente por eventuais demandas judiciais e administrativas decorrentes da prestação dos serviços, isentando a DPE-GO de qualquer ônus, indenização ou responsabilidade.

6.1.3. Todos os produtos, gerados durante a execução do contrato serão de propriedade exclusiva da DPE-GO, independentemente de terem sido solicitados formalmente à Ordem de Serviço. A CONTRATADA deverá entregar integralmente tais produtos, sob pena de descumprimento contratual e aplicação das avaliações cabíveis.

6.1.4. A utilização de soluções ou componentes proprietários, da CONTRATADA ou de terceiros, na construção dos programas ou quaisquer artefatos relacionados ao contrato, que possam afetar a propriedade do produto, deve ser formal e previamente autorizada pela DPE-GO.

6.1.5. Fica expressamente vedada à CONTRATADA qualquer forma de publicidade, divulgação, menção ou referência pública aos serviços prestados no âmbito deste contrato, salvo autorização prévia e por escrito da DPE-GO. O descumprimento desta cláusula poderá ensejar a aplicação das avaliações contratuais e legais pertinentes.

7. PRAZOS, LOCAIS, FORMA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

Prazo de entrega:

7.1.1. Toda a infraestrutura necessária para a prestação dos serviços deverão ser instaladas, configuradas e estar disponíveis para utilização no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão de ordem de fornecimento.

7.1.2. O prazo de entrega dos equipamentos, e a instalação e configuração das soluções de software é de até 60 (sessenta) dias corridos após a emissão da Ordem de Fornecimento;

7.1.3. Com relação aos softwares, os mesmos deverão ser entregues em formato eletrônico (CD ou DVD) ou podem ser disponibilizados através de portal web do Fabricante do software, desde que sejam providos mecanismos de controle de acesso e integridade apropriados;

7.1.4. Os itens adquiridos referentes ao Lote 5 deverão ser entregues na cidade de Goiânia-GO, na sede da Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO), situada na Alameda Cel. Joaquim de Bastos, nº 282, Setor Marista, CEP 74175-150, ou em outro local que venha a ser indicado pela Contratante, conforme os endereços de instalação dos links no Estado de Goiás relacionados no anexo (74201348).

7.1.5. Os treinamentos deverão ser obrigatoriamente realizados antes da entrega e instalação da solução;

7.1.6. Com relação aos equipamentos, os mesmos deverão ser de primeira qualidade, de primeiro uso, transportados e acondicionados de maneira que garanta sua integridade, acompanhados de manual do usuário em português, na forma, quantidade e prazos previstos neste Termo de Referência;

7.1.7. O horário de entrega de bens será das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h em dias úteis, conforme horário de Brasília. Não serão recebidos produtos fora deste horário, salvo prévio acordo;

7.1.8. Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega só serão examinados quando formulados à CONTRATANTE até o prazo limite de entrega;

7.1.9. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

7.1.10. Finalizada a etapa de instalação e configuração, os técnicos da CONTRATANTE efetuarão a validação da solução, após o qual será lavrado o Termo de Aceite da Solução. Estes testes se iniciarão em até 2 (dois) dias úteis após a comunicação formal, pela CONTRATADA, da disponibilidade da solução instalada e deverão ser concluídos em até 5 (cinco) dias úteis após o seu início;

7.1.11. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, prorrogável, conforme limites e condições previstos no Art. 107 da Lei 14.133/2021.

7.1.12. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme previsto no Art. 106, III da Lei 14.133/2021

7.1.13. **Para fins de logística fica convencionado:**

7.1.14. Aceite de Entrega: Aceite por parte da CONTRATANTE da entrega e instalação física de todos os componentes;

7.1.15. Aceite da Solução: Aceite final por parte da CONTRATANTE de toda solução, incluindo-se todas as atividades de inicialização e configuração.

7.1.16. Caso o item entregue não corresponda às especificações deste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá providenciar sua substituição, sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da respectiva notificação pela Fiscalização Contratual, sem prejuízo da incidência das sanções administrativas cabíveis;

7.1.17. O Termo de Recebimento Definitivo será emitido pela Fiscalização Contratual após obtida avaliação satisfatória dos itens;

7.1.18. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios e desconformidades com as especificações técnicas exigidas no Edital de Licitação e Termo de Referência, ainda que verificados posteriormente.

7.1.19. **7.1.17. As instalações deverão ser efetuadas conforme especificações abaixo:**

7.1.19.1. Todos os equipamentos e sistemas devem ser entregues e instalados nos locais indicados pela CONTRATANTE

7.1.19.2. Todas as configurações dos equipamentos e sistemas deverão seguir o padrão determinado pela CONTRATANTE.

7.1.19.3. Todas as configurações dos equipamentos e sistemas deverão ser previamente testadas e aprovadas pela CONTRATANTE.

7.1.19.4. A Contratada deverá promover a instalação dos links por demanda nos endereços indicados nas Tabelas do ANEXO I (74201348) sempre que solicitado. Na hipótese de inexistência de infraestrutura da operadora responsável para atendimento dos circuitos de reserva técnica, será permitida a subcontratação de outra prestadora de serviço, desde que observados os mesmos requisitos técnicos e contratuais estabelecidos.

7.1.19.5. A Contratante poderá, a qualquer tempo e sem ônus adicional, solicitar a alteração do endereço de instalação do link, desde que o novo local esteja situado dentro do mesmo município do endereço originalmente contratado.

7.2. **Requisitos de segurança:**

7.2.1. Os equipamentos só deverão ser colocados em produção após a preparação do ambiente, de forma a evitar paradas nos sistemas e/ou perda de informações. A instalação do produto sem o acompanhamento poderá ocasionar paradas nos sistemas da contratante.

7.2.2. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante todo o Contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação de penalidades previstas, caso os prazos, indicadores e condições não sejam cumpridas.

7.2.3. A CONTRATADA deverá tratar como confidenciais e zelar pelo sigilo de todos os dados, informações ou documentos que tomar conhecimento em decorrência da prestação dos serviços objeto desta contratação, bem como deverá submeter-se às normas e políticas de segurança da DPE-GO, devendo orientar seus empregados e/ou prepostos nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

7.2.4. A CONTRATADA deverá assumir responsabilidade sobre todos os possíveis danos físicos e/ou materiais causados ao Órgão, ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança;

7.2.5. A CONTRATADA estará sujeita às penalidades administrativas, civis e penais pelo descumprimento da obrigação assumida.

7.3. **Critérios de Recebimento**

7.3.1. O recebimento provisório dos itens será realizado pelo Gestor e/ou Fiscal Técnico do Contrato, ou Comissão de Recebimento de Materiais, quando da entrega do objeto constante na Ordem de Fornecimento/Serviço, da seguinte forma:

7.3.1.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os itens, com a finalidade de verificar a adequação e constatar as correções que se fizerem necessárias;

7.3.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à Fiscalização do contrato não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório;

7.3.1.3. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à Fiscalização do contrato não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório;

7.3.1.4. No prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada Fiscal ou a equipe de Fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao Gestor do contrato para recebimento definitivo;

7.3.1.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do Relatório Circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.3.1.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo;

7.3.1.7. O Gestor do contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução do objeto, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.3.1.7.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela Fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.1.7.2. Emitir Termo de Aceite para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.3.1.7.3. Comunicar a CONTRATADA para emitir a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela Fiscalização.

7.3.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n.º 10.406, de 2002 e alterações);

7.3.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ART.9º, INCISO V DA IN 81/2022): OS SERVIÇOS DEVERÃO SER PRESTADOS/ENTREGUES CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO:

8.1. A CONTRATADA deverá iniciar a implantação dos links a partir da solicitação por demanda, conforme especificações técnicas deste Termo de Referência, proposta comercial, preços e demais condições estipuladas no edital e seus anexos;

8.2. Todos os serviços, produtos e aquisições deverão ser implantados em até 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação da CONTRATANTE por meio de Ordem de Serviço. Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa prévia da CONTRATADA, a ser apresentada à CONTRATANTE antes do término do prazo inicial, ficando a prorrogação sujeita à sua aprovação.

8.3. O recebimento dos serviços ficará a cargo de servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto conforme as especificações contidas neste Termo de Referência;

8.4. Caso a CONTRATADA necessite de acesso físico a local sob a responsabilidade da CONTRATANTE para a realização de reparos ou disponibilização de qualquer serviço, e o referido local se encontre fechado, o prazo para reparação e/ou disponibilização do serviço ficará suspenso até que o acesso seja providenciado pela CONTRATANTE, sendo o prazo retomado a partir desse momento.

8.5. A CONTRATANTE poderá requisitar o cancelamento de acessos que julgar não serem mais necessários, mediante aviso à CONTRATADA com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos. Havendo restrição à continuidade dos serviços e existindo a disponibilidade de novas tecnologias que possam oferecer, no mínimo, o mesmo nível de serviço dos acessos atuais, a CONTRATADA compromete-se a realizar a alteração tecnológica sem qualquer custo adicional. Os serviços somente serão considerados aceitos mediante emissão e assinatura do Termo de Recebimento de Serviço.

8.6. Durante a vigência dos contratos, os produtos e serviços poderão ser solicitados sob demanda, conforme a necessidade e critério da CONTRATANTE.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART.9º, INCISO VI DA IN 81/2022)

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.2. Da fiscalização:

9.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.3. **Fiscalização Técnica:**

9.3.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.3.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.3.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.3.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.3.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

9.4. **Fiscalização Administrativa:**

9.4.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.4.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.5. **Gestor do Contrato:**

9.5.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.5.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.5.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.5.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.5.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.5.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.5.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “F” DA LEI N.º 14.133/21)

10.1. **Obrigações da Contratada**

10.1.1. Entregar os serviços contratados nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

10.1.2. Promover a instalação dos links nos endereços indicados no ANEXO I (74201348), sempre que solicitado, observando os prazos estabelecidos no item 7 deste Termo de Referência.

10.1.3. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato.

10.1.4. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual.

10.1.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa, ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização, ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE.

10.1.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária.

10.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação, prestando os serviços objeto deste Termo de Referência nos prazos e condições estabelecidos.

10.1.8. Manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação pretendida nesta contratação.

10.1.9. Apresentar comprovantes das especificações técnicas do serviço constante neste Termo de Referência, durante a execução do contrato, após solicitado pelo gestor do contrato.

10.1.10. Obedecer, rigorosamente, às condições deste Termo de Referência, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente por escrito pela CONTRATANTE.

10.1.11. Não propalar informações sigilosas ou as de uso restrito da CONTRATANTE que tenha acesso na execução dos serviços contratados.

10.1.12. Regularizar, sem quaisquer ônus e quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de ser declarada inidônea ou sofrer demais penalidades, as possíveis irregularidades observadas no decorrer da entrega ou quando do funcionamento irregular de algum dos serviços prestados.

10.2. **Obrigações da Contratante**

10.2.1. Acompanhar e fiscalizar o contrato por intermédio da atuação do gestor e fiscais técnicos formalmente designados.

10.2.2. Encaminhar as demandas formalmente, preferencialmente por meio de Ordens de Serviço ou Chamados Técnicos, conforme as regras estabelecidas neste termo de referência.

10.2.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, consoante as especificações contidas neste termo de referência.

10.2.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis ao contrato e conforme previsto neste termo de referência.

10.2.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato.

10.2.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação.

10.2.7. Notificar à CONTRATADA sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

10.2.8. Permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para entrega, instalação e manutenção, respeitando as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações.

10.3. **Fiscalização e Controle da Execução dos Serviços.**

10.3.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

10.4. **Sanções e Infrações administrativas**

10.4.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos, ou ao interesse coletivo.
- c) der causa à inexecução total do contrato.
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.4.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei).
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei).
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- d) Multa:
 - e) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
 - f) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

10.4.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º).

10.4.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

10.4.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto.
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE.
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.4.11. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.4.12. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

10.4.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “G” DA LEI N.º 14.133/21)

11.0.1. O pagamento ocorrerá no prazo de até 30 dias corridos contados após o recebimento da nota fiscal, por meio de crédito em conta bancária e/ou boletos bancários, após efetiva emissão das notas fiscais e comprovação quanto à manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, condicionado ao atesto do responsável pela fiscalização da execução do objeto;

11.0.2. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na nota de empenho, vinculado a conta-corrente do fornecedor registrado;

11.0.3. A CONTRATADA reserva-se ao direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento, caso os dados constantes desta estiverem em desacordo com os dados da CONTRATANTE, ou ainda, se os serviços prestados não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Instrumento, ficando o pagamento suspenso até a regularização;

11.0.4. Para a execução da despesa poderá ser formalizado contrato de prestação de serviço, cabendo à empresa vencedora do certame a assinatura do referido instrumento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com base nas disposições da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações;

11.0.5. O pagamento da instalação será pago apenas uma vez, quando forem instalados os equipamentos necessários para a prestação dos serviços descritos nesse Termo de Referência.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “H” DA LEI N.º 14.133/21)

12.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, preferencialmente eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

12.1.2. Os documentos referentes a habilitação e comprovação econômico financeira do licitante será tratado no Edital.

12.2. Qualificação Técnica do fornecedor

12.2.1. Atestado de Capacidade de Entrega - Apresentar Atestado de Capacidade Técnica para link dedicado de internet na velocidade a ser contratada ou superior, com especificação técnica: da disponibilidade, da latência e da garantia de tráfego dos pacotes IPv4 e IPv6 e serviços de DDoS.

12.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária, especificada no contrato social vigente.

12.2.3. A LICITANTE disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados.

12.2.4. A LICITANTE deverá emitir declaração que cumpre todos os requisitos técnicos do edital, se responsabilizando por isso, sendo que os requisitos técnicos serão validados pela equipe técnica de homologação.

12.2.5. Caso a LICITANTE não comprove as exigências previstas neste Termo de Referência por meio das documentações requeridas, será desclassificada

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “I” DA LEI N.º 14.133/21)

13.1. Informa-se que as pesquisas de mercado que fundamentam a estimativa de preços da contratação encontram-se devidamente consolidadas na planilha de estimativa de custos elaborada pelo departamento técnico responsável, com validação posterior pelo Departamento de Compras.

13.2. Ressalta-se que a referida estimativa atende aos parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 002 – GABINETE/DPG/2021, contendo os preços unitários referenciais, as memórias de cálculo e os documentos que lhes dão suporte, bem como os critérios utilizados para obtenção dos valores e para os respectivos cálculos.

13.3. Tais informações foram organizadas em documento apartado e classificado, conforme dispõe o art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133/2021, o qual exige, para fins de adequada instrução processual, a apresentação das estimativas do valor da contratação acompanhadas dos elementos técnicos que lhe conferem respaldo e fundamentação.

14. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

14.1. LOTES 01 e 02 – FIBRA APAGADA (INTERLIGAÇÃO DE DATA CENTERS)

14.1.1. Descrição do Serviço

14.1.1.1. A prestação de serviço consiste na disponibilização de um canal de comunicação por fibra óptica apagada, interligando os endereços especificados no ANEXO I (74201348) deste Termo de Referência, conforme definido pela CONTRATANTE (FA 1, FA 2 e FA 3). O serviço inclui o fornecimento e instalação de cabos, bastidores, equipamentos e acessórios necessários para a solução, bem como cabos de ligação aos equipamentos e cabos de manobras. Além disso, compreende a ativação do canal de comunicação, suporte técnico especializado e a execução de manutenção preventiva e corretiva;

14.1.1.2. Com o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços, a segurança institucional e a alta disponibilidade da infraestrutura tecnológica da Defensoria Pública do Estado de Goiás, estabelece-se que cada lote destinado ao fornecimento de Link de Fibra Apagada deverá ser contratado, obrigatoriamente, com empresas distintas.

14.1.1.3. A exigência decorre da necessidade de mitigar riscos operacionais, garantindo que, em caso de falhas técnicas, indisponibilidade ou interrupções por parte de uma das contratadas, a prestação do serviço não seja prejudicada, permanecendo ativa por meio da empresa responsável pelo outro lote. Tal medida visa resguardar o princípio da continuidade do serviço público, assegurando eficiência, confiabilidade e disponibilidade da conectividade essencial às atividades da Instituição.

14.1.1.4. Adicionalmente, as empresas contratadas deverão utilizar pontos de abordagem e rotas físicas independentes para a passagem dos cabos, de forma a eliminar potenciais pontos únicos de falha e reforçar a redundância necessária. Com isso, busca-se assegurar a efetiva segregação dos fornecimentos, conferindo maior robustez à infraestrutura e minimizando o risco de indisponibilidade simultânea.

14.1.1.5. Caso uma mesma licitante seja classificada em primeiro lugar em ambos os lotes, será considerada vencedora apenas no lote de maior valor global estimado.

14.1.1.6. O lote remanescente será adjudicado à empresa subsequente na ordem de classificação, desde que atendidos todos os requisitos de habilitação e mantida a proposta dentro do preço máximo estimado pela Administração.

14.2. Especificações Técnicas

- 14.2.1. A CONTRATADA deverá prover Interligação remota de redes, através de fibra óptica apagada, com distâncias de até 40 km, na cidade de Goiânia e Aparecida de Goiânia, portanto deverão suportar qualquer tipo de padrão na camada de enlace, por exemplo Ethernet e FC (SAN);
- 14.2.2. O serviço de Fibra Apagada deverá ser capaz de estabelecer ao menos dois enlaces;
- 14.2.3. Os enlaces poderão ser Ethernet e Fibre Channel, podendo inclusive serem híbridos, ou seja, um enlace Ethernet e outro Fibre Channel;
- 14.2.4. Durante a vigência do contrato a Contratante poderá solicitar à Contratada a alteração das velocidades e tecnologias dos enlaces, esta última que deverá proceder com alteração em até 60 dias corridos, sem custos adicionais à Contratante;
- 14.2.5. A velocidade Mínima de cada enlace deverá ser de 10Gbps Ethernet e 16 Gbps Fibre Channel, devendo ser capaz de atingir até 40Gbps Ethernet e 32Gbps Fibre Channel;
- 14.2.6. Os enlaces poderão ser implantados das seguintes formas:
- 14.2.7. Ethernet 20Gbps: a) PONTA A = 2 conectores SFP+ 10Gbps (LAG) ; b) PONTA B = 2 conectores SFP+ 10Gbps (LAG).
- 14.2.8. Ethernet 80Gbps: a) PONTA A = 2 conectores QSFP 40Gbps (LAG); b) PONTA B = 2 conectores QSFP 40Gbps (LAG).
- 14.2.9. Fibre Channel 32Gbps: a) PONTA A = 2 conectores QSFP 40Gbps (LAG); b) PONTA B = 2 conectores SFP Fibre Channel 16Gbps (FC-LAG).
- 14.2.10. Fibre Channel 64Gbps: a) PONTA A = 2 conectores SFP Fibre Channel 32Gbps (FC-LAG); b) PONTA B = 2 conectores SFP Fibre Channel 32Gbps (FC-LAG).
- 14.2.11. Fibre Channel 16Gbps + Ethernet 10Gbps: a) PONTA A = 1 Conector SFP Fibre Channel 16Gbps + 1 conector SFP+ Ethernet 10Gbps; b) PONTA B = 1 Conector SFP Fibre Channel 16Gbps + 1 conector SFP+ Ethernet 10Gbps.
- 14.2.12. Fibre Channel 32Gbps + Ethernet 10Gbps: a) PONTA A = 1 Conector SFP Fibre Channel 32Gbps + 1 conector SFP+ Ethernet 10Gbps; b) PONTA B = 1 Conector SFP Fibre Channel 32Gbps + 1 conector SFP+ Ethernet 10Gbps.
- 14.2.13. Fibre Channel 16Gbps + Ethernet 40Gbps: a) PONTA A = 1 conector SFP Fibre Channel 16Gbps + 1 conector QSFP 40Gbps; b) PONTA B = 1 conector SFP Fibre Channel 16Gbps + 1 conector QSFP 40Gbps.
- 14.2.14. Fibre Channel 32Gbps + Ethernet 40Gbps: a) PONTA A = 1 conector SFP Fibre Channel 32Gbps + 1 conector QSFP 40Gbps; b) PONTA B = 1 conector SFP Fibre Channel 32Gbps + 1 conector QSFP 40Gbps.
- 14.2.15. Eventuais falhas na interface óptica da rede da CONTRATADA devem ser propagadas sensibilizando os equipamentos de rede da CONTRATANTE, ou seja, quando houver interrupção da conectividade fim a fim no canal, deverá haver sinalização correspondente (status down) nas interfaces físicas ou lógicas dos equipamentos associados a este circuito, tanto na ponta A quanto na ponta B;
- 14.2.16. Cada canal ou link deverá ser entregue como uma solução pronta para uso, composta por par de fibras ópticas, devidamente conectadas, acompanhadas de todos os equipamentos e componentes necessários ao pleno funcionamento do enlace, conectados diretamente aos equipamentos da CONTRATANTE em ambas as pontas;
- 14.2.17. Para a implementação da conexão mencionada, a CONTRATADA deverá fornecer todos os cordões ópticos necessários para as interligações internas e externas, nas especificações de comprimento e tipo de conector que forem indicadas pela CONTRATANTE;
- 14.2.18. A CONTRATADA será responsável pela instalação, organização e adequação dos cordões ópticos nos racks e DIOS, garantindo a identificação adequada em ambas as extremidades, bem como pelo teste de continuidade e certificação óptica de todos os enlaces instalados, cujos relatórios deverão ser apresentados à CONTRATANTE para validação e aceite;
- 14.2.19. Caso haja necessidade de instalação de equipamentos elétricos para a disponibilização do serviço estes devem operar com tensão de fornecimento entre 100-240 VAC, deverá ser fornecido fonte redundante. Também devem ser fornecidas interfaces apropriadas, de modo que os equipamentos do CONTRATANTE mantenham suas funcionalidades normais, incluindo o fornecimento de cabos, adaptadores e demais acessórios da solução e as manutenções preventivas e corretivas necessárias;
- 14.2.20. A CONTRATADA deverá fornecer os módulos transceptores ópticos (transceivers) compatíveis com os equipamentos da CONTRATANTE e adequados às taxas de transmissão exigidas, com conectores ópticos apropriados para utilização com fibra óptica. As especificações técnicas exatas dos transceivers, incluindo tipo, taxa de transmissão, distância e requisitos de compatibilidade, serão informadas pela CONTRATANTE previamente à ativação do canal, cabendo à CONTRATADA garantir total compatibilidade com os equipamentos existentes da CONTRATANTE;
- 14.2.21. O CONTRATANTE poderá a qualquer momento efetuar auditoria da rede CONTRATADA para verificação do atendimento dos requisitos estabelecidos por este termo de referência;
- 14.2.22. Requisitos para o Projeto de Interligação
- 14.2.22.1. O projeto de interligação deverá ser apresentado em até **20 (vinte) dias corridos** após a emissão da ordem de fornecimento. Este documento técnico detalhará todas as características necessárias para a conectividade entre as localidades, e deverá incluir os seguintes elementos:
- **Relatório Gráfico (Visão de Satélite):** Apresentação visual da rota da fibra óptica, com destaque para o percurso e os pontos de abordagem em cada localidade.
 - **Planta Baixa Detalhada:** Representação em escala da rota da fibra óptica, indicando o traçado e os pontos de abordagem em cada localidade.

- **Especificações Técnicas dos Equipamentos de Transmissão e Recepção (quando aplicável):** Detalhamento do fabricante, modelo, comprimentos de onda empregados, dimensões, consumo elétrico, dissipação térmica, entre outras características pertinentes.
- **Levantamento de Infraestrutura:** Identificação dos cabos, conectores, espaço físico disponível e disposição dos racks essenciais para a prestação dos serviços de comunicação de dados.
- **Cronograma de Entrega dos Equipamentos de Transmissão e Recepção.**
- **Cronograma de Ativação dos Canais de Comunicação;**

14.2.22.2. A instalação somente será iniciada após a **aprovação formal do projeto**;

14.2.22.3. Quaisquer correções necessárias no projeto apresentado deverão ser implementadas prontamente.

14.3. **Suporte Técnico**

14.3.1. O suporte técnico deverá ser prestado durante toda a vigência do contrato, a partir do recebimento definitivo do serviço contratado.

14.3.2. O suporte técnico deverá abranger manutenções corretivas e evolutivas da solução, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

14.3.3. Considera-se “manutenção corretiva” o conjunto de procedimentos destinados a restabelecer o pleno funcionamento da solução, eliminando permanentemente eventuais falhas.

14.3.4. Considera-se “manutenção evolutiva” refere-se a adequações ou modernizações necessárias na infraestrutura, que permitam o uso de tecnologias de transmissão mais avançadas ou o aumento da capacidade de dados ao longo da vigência do contrato.

14.3.5. O suporte técnico deverá ser formalizado por meio da abertura de chamados técnicos, visando à resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas relacionadas a aspectos funcionais e técnicos, incluindo instalação, configuração, alterações de configuração, customização e utilização da solução.

14.3.6. O suporte técnico deverá ser prestado por **telefone (0800 ou número de custo local na capital do estado da CONTRATANTE)**, por meio de **sistema web/e-mail** ou **presencialmente (on-site)** nas dependências da CONTRATANTE. A presença de um técnico especializado será requerida sempre que a natureza do serviço exigir ou quando solicitado pelo Gestor do Contrato (ou outro servidor autorizado).

14.3.7. O suporte técnico prestado pela CONTRATADA deverá ser realizado em idioma português do Brasil, via telefone ou e-mail.

14.3.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, 10 (dez) identificadores e respectivas senhas de acesso para usuários autorizados a abrir e acompanhar chamados de suporte técnico.

14.3.9. O suporte técnico deverá estar disponível de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

14.3.10. A CONTRATADA deverá garantir que a CONTRATANTE possa abrir um número ilimitado de chamados de suporte técnico durante toda a vigência do contrato, sem custos adicionais.

14.3.11. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma base de conhecimento contendo documentos técnicos e registros de soluções para problemas relacionados à rede.

14.3.12. Os chamados de suporte técnico poderão ser abertos sempre que a Equipe Técnica da CONTRATANTE identificar qualquer problema que afete o pleno funcionamento da solução, incluindo questões relacionadas à instalação, configuração, otimização e atualização.

14.3.13. O prazo máximo para a recuperação de um circuito inoperante será de até 2 (duas) horas, contadas a partir da abertura do primeiro chamado referente ao incidente.

14.3.14. A data e a hora de abertura do chamado de reparo serão determinadas pelo primeiro registro do incidente, seja por notificação automática da ferramenta de monitoramento ou por notificação encaminhada pelo Gestor do Contrato, prevalecendo a que ocorrer primeiro.

14.3.15. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá fornecer um número de controle (protocolo) e manter um histórico detalhado das ações e atividades realizadas, contendo, no mínimo:

- Data e hora de abertura do chamado;
- Responsável pelo chamado na CONTRATADA;
- Responsável pelo chamado na CONTRATANTE;
- Nível de severidade atribuído ao problema;
- Descrição detalhada do problema;
- Histórico de atendimentos e ações realizadas;
- Data e hora do encerramento do chamado;
- Responsável pelo encerramento;
- Solução adotada para a resolução do problema.

14.3.16. O número de identificação do chamado técnico deverá ser fornecido à CONTRATANTE no momento de sua abertura.

14.4. **LINK DE ACESSO À INTERNET TIPO IP DEDICADO (LOTES 3 E 4)**

14.4.1. **CARACTERÍSTICAS GERAIS PARA LINK DE ACESSO À INTERNET TIPO IP DEDICADO**

14.4.1.1. Prestação de serviço de link de acesso à Internet do tipo IP Dedicado, com proteção Anti-DDoS, nas velocidades de 1 Gbps, 400 Mbps, 200 Mbps e 50 Mbps, incluindo o fornecimento de roteadores, garantindo operação interrupta 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive em feriados. O serviço deverá ser disponibilizado por meio da implantação de links dedicados, a serem instalados nos endereços especificados no ANEXO I deste Termo de Referência, utilizando infraestrutura de fibra óptica para a conexão entre as instalações do CONTRATANTE e da CONTRATADA. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos necessários para a execução do serviço, bem como pelo suporte técnico correspondente às velocidades contratadas;

14.4.1.2. Os links devem ter portas IP exclusivas como fornecimento total de conectividade IP (Internet Protocol) com suporte às aplicações TCP/IP.

14.4.1.3. A CONTRATADA se responsabilizará pelo fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço, inclusive os equipamentos específicos, assumindo todos os custos dessa instalação;

14.4.1.4. As interligações devem ser em conexão permanente, dedicada e exclusiva, desde as dependências do CONTRATANTE até a conexão à infraestrutura de comunicação da CONTRATADA, obedecendo às recomendações elaboradas pela EIA/TIA (Electronic Industries Alliance / Telecommunications Industry Association), pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e demais normas, quando couber;

14.4.1.5. Em virtude dos requisitos de segurança e disponibilidade, cada um dos lotes destinados ao Link de acesso à Internet tipo IP Dedicado deverá ser fornecido por CONTRATADAS distintas, utilizando pontos de abordagem e rotas diferentes para passagem dos cabos, para que não haja ponto de falha em comum e de modo a garantir a alta disponibilidade do serviço de acesso à Internet. Tal exigência decorre da necessidade de mitigar riscos operacionais, garantindo que, em caso de falhas técnicas, indisponibilidade ou interrupções por parte de uma das contratadas, a prestação do serviço não seja prejudicada, permanecendo ativa por meio da empresa responsável pelo outro lote. Tal medida visa resguardar o princípio da continuidade do serviço público, assegurando eficiência, confiabilidade e disponibilidade da conectividade essencial às atividades da Instituição

14.4.1.6. Caso uma mesma licitante seja classificada em primeiro lugar em ambos os lotes, será considerada vencedora apenas no lote de maior valor global estimado.

14.4.1.7. O lote remanescente será adjudicado à empresa subsequente na ordem de classificação, desde que atendidos todos os requisitos de habilitação e mantida a proposta dentro do preço máximo estimado pela Administração.

14.4.1.8. Deverá prover uma conectividade à Internet em full duplex, isto é, a taxa de transmissão fornecida deverá ser simétrica suportando as mesmas velocidades, tanto na entrada de dados quanto na saída, simultaneamente;

14.4.1.9. A taxa de transmissão contratada deve incluir a taxa de overhead de protocolos até a camada 2 do modelo OSI;

14.4.1.10. A taxa de transmissão deverá sempre estar disponível na totalidade do fluxo contratado, não sendo permitido rate limit ou qualquer outra tecnologia que limite a taxa de transmissão para níveis abaixo daqueles contratados. Também não será permitida nenhuma restrição quanto a protocolos IPv4 e IPv6, portas ou quantidade de conexões simultâneas;

14.4.1.11. Os circuitos Internet devem possuir proteção contra ataques de negação de serviços volumétrico, evitando assim a saturação da banda de Internet e indisponibilidade dos serviços em momentos de ataques DoS e DDoS;

14.4.1.12. A CONTRATADA deverá prover o acesso direto à Internet, de forma não compartilhada, devendo estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 07 (sete) dias da semana, e constituir-se de acessos permanentes, dedicados, e com total conectividade IP, interligando a CONTRATADA à Internet, através de canais privativos que possuam redundância de rota;

14.4.1.13. O Backbone da CONTRATADA deverá ter garantia de desempenho e suporte a diversos protocolos e permitir a utilização de endereçamento IP público;

14.4.1.14. A CONTRATADA deverá oferecer ferramentas para a emissão de relatórios diários sobre o tráfego transportado pela rede com suas séries históricas, de forma que a CONTRATANTE possa analisar o desempenho e as tendências de utilização de recursos de rede utilizados. O acesso aos relatórios deverá ser disponibilizado via Internet e utilizar "browser" padrões de mercado;

14.4.1.15. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma solução de Gerência de Rede e Serviços abrangendo todo o serviço prestado e contemplando as áreas funcionais de gerência de Falhas, Desempenho, Configuração e de Nível de Serviço, conforme descrito no item 14.5. SISTEMA DE GERENCIAMENTO E MONITORAÇÃO WAN para uso dos links Internet.

14.4.1.16. A CONTRATADA deverá prover gerência proativa dos links Internet, que consiste em monitorar a porta do roteador da CONTRATANTE, efetuando a verificação automática da disponibilidade do link de, no máximo, a cada 05 (cinco) minutos, caso o roteador da CONTRATANTE não responda após 03 (três) tentativas, deverá ser disparado procedimentos de correção e a CONTRATANTE deverá ser avisada em até 20 minutos.

14.4.1.17. A CONTRATADA deverá prover e manter, o meio físico e os equipamentos necessários (fibra ótica e roteador) para a interligação do seu backbone Internet, incluindo as interfaces físicas, com o backbone da rede da CONTRATANTE.

14.4.1.18. A instalação de ponto de acesso físico deverá ser entregue na sala destinada para esse fim, nas dependências da CONTRATANTE.

14.4.1.19. O padrão de transporte entre o roteador da CONTRATANTE e o roteador do backbone da CONTRATADA deverá ser Ethernet de forma dedicada, exclusiva e não compartilhada.

14.4.1.20. A CONTRATADA deverá oferecer transição facilitada para o serviço de IP hoje disponível na CONTRATANTE, visto que esta nova contratação poderá, ou não, resultar na manutenção do direcionamento dos Servidores de DNS hoje existentes, atrelados

ao endereço IP classe C junto à FAPESP.

14.4.1.21. A CONTRATADA deverá fornecer o serviço de DNS secundário, para uso por parte da CONTRATANTE.

14.4.1.22. A CONTRATADA deverá oferecer conexão através de interface física tipo Gigabit Ethernet, através de roteador próprio cabendo-lhe a responsabilidade pela configuração e manutenção do referido equipamento.

14.4.1.23. A CONTRATADA deverá garantir os índices de desempenho usados como referência para garantia de nível de serviço (SLA) tomando como base a latência média mensal de 40ms, perda de pacotes média mensal de 1% e disponibilidade média mensal de 99,9% em seu backbone.

14.4.1.24. A CONTRATADA deverá garantir um tempo médio de desempenho mensal de latência, no núcleo da rede, de no máximo 40ms (milissegundos), comprovados através de relatórios estatísticos de acompanhamento via portal Web. A latência é o tempo que um pacote IP leva para ir e voltar (round-trip) de um ponto a outra da Rede.

14.4.1.25. A Média Mensal de Perda de Pacotes no núcleo da rede da LICITANTE, não deverá ultrapassar ao valor máximo de 1%, comprovados através de relatórios estatísticos de acompanhamento diário via portal Web.

14.4.1.26. A Disponibilidade Média Mensal no núcleo da rede da CONTRATADA deverá ser igual ou superior a 99,9%, comprovados através de relatórios estatísticos de acompanhamento diário via portal Web. Entende-se por Disponibilidade Média Mensal do núcleo da rede o índice que mede o tempo que uma rede esteve operacional para transmissão e recepção de pacotes IP.

14.4.1.27. No cálculo da disponibilidade, serão consideradas todas as interrupções, exceto as programadas.

14.4.1.28. A CONTRATADA deverá prover gerência proativa da rede WAN, que consiste em monitorar a porta do roteador da CONTRATANTE, efetuando a verificação automática da disponibilidade do link de, no máximo, a cada 05 (cinco) minutos, caso o roteador da CONTRATANTE não responda após 03 (três) tentativas, deverá ser disparado procedimentos de correção e a CONTRATANTE deverá ser avisada em até 20 minutos.

14.4.1.29. À CONTRATADA caberá fornecer os equipamentos necessários a prestação do serviço como modem, roteadores para integração à rede local da CONTRATANTE, acesso em fibra óptica sendo responsável pela devida instalação e manutenção, a fim de garantir o pleno funcionamento da rede.

14.4.1.30. A CONTRATADA será responsável pelo dimensionamento dos equipamentos, instalação, configuração, manutenção dos roteadores e equipamentos, por ela alocados, a fim de garantir o pleno funcionamento da conectividade com a rede Internet.

14.4.1.31. A CONTRATADA deve possuir centro de Roteamento Internet (roteador de Backbone) na cidade de Goiânia/GO com saída de backbone terrestre desta capital para o backbone nacional da rede Internet com no mínimo, o somatório de banda de 10Gbps com equipe técnica baseada nesta capital para suporte a CONTRATANTE.

14.4.1.32. A CONTRATADA deverá seguir as determinações do órgão regulador de Internet brasileiro no que tange a implementação e uso do protocolo IPV6, sendo obrigatório a implementação deste protocolo no momento que o órgão regulador determinar seu uso.

14.4.1.33. A CONTRATADA deverá estar preparada para fornecer conectividade IPV6, conforme plano de migração da CONTRATANTE, obedecendo prazos acordados previamente entre as partes e sem ônus de qualquer natureza.

14.4.1.34. A CONTRATADA deverá atribuir à rede da CONTRATANTE, para link de 1Gbps deverá fornecer um bloco de 14 Endereços IPv4 válidos com máscara /28, para uso exclusivo da CONTRATANTE, conforme solicitação e para os links de 400Mbps, 200Mbps, 50Mbps, a CONTRATADA deverá fornecer um bloco de endereços IPv4 válidos com máscara /30 para cada velocidade de conexão de (uma) classe tipo C válidos na Internet, derivados do bloco CIDR (Classe less Inter- Domain Routing) alocado ao seu backbone. Esta atribuição deverá seguir as orientações do IAB (Internet Activities Board).

14.4.2. **Serviço de Anti- DDOS Volumétrico**

14.4.2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar em seu backbone proteção contra-ataques de negação de serviços volumétricos, evitando assim a saturação da banda da Internet e indisponibilidade dos serviços em momentos de ataques DOS e DDOS de acordo considerando os requisitos mínimos a seguir:

14.4.2.2. A CONTRATADA deverá fornecer o serviço de ANTI-DDoS Volumétrico com mitigação contra-ataques de no mínimo 1Gbps para ataques nacionais e 10Gb contra-ataques internacionais para cada link compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação.

14.4.2.3. Serviços deverão ter pró-atividade para solução e prevenção de incidentes e ataques;

14.4.2.4. Monitorar disponibilidade e performance de todos os links de dados existentes nesse termo de referência em regime 24x7 utilizando profissionais de forma dedicada;

14.4.2.5. Tomar todas as providências necessárias para recompor a disponibilidade do link em caso de incidentes de ataques de DDos, recuperando o pleno funcionamento do mesmo pela LICITANTE.

14.4.2.6. A solução deve suportar a mitigação automática de ataques, utilizando múltiplas técnicas como White Lists, Black Lists, limitação de taxa, bloqueio por localização geográfica de endereços IP, dentre outras.

14.4.2.7. A solução deve implementar mecanismos capazes de detectar e mitigar ataques que façam o uso não autorizado de recursos de rede, tanto para IPV4 como para IPV6, incluindo, mas não se restringindo aos seguintes:

a) Ataques de inundação (Bandwidth Flood), incluindo Flood de UDP e ICMP;

b) Ataques à pilha TCP, incluindo mal-uso das Flags TCP, ataques de RST e FIN, SYN Flood e TCP Idle Resets;

c) Ataques que utilizam Fragmentação de pacotes, incluindo pacotes IP, TCP e UDP;

d) Ataques de Botnets, Worms e ataques que utilizam falsificação de endereços IP origem (IP Spoofing);

14.4.3. A solução deve manter uma lista dinâmica de endereços IP bloqueados, retirando dessa lista os endereços que não enviarem mais requisições maliciosas após um período de tempo considerado seguro pela LICITANTE.

14.4.4. A CONTRATADA deve possuir centro de limpeza nacional com capacidade de mitigação de no mínimo 20Gb e centro de limpeza internacional com capacidade de mitigação de 50Gb.

14.4.5. A CONTRATADA deve mitigar ataques por 3 horas, caso o ataque ultrapasse o SLA de mitigação contratado.

14.4.6. Caso o volume de tráfego do ataque ultrapasse as capacidades de mitigação especificadas ou sature as conexões do AS devem ser tomadas contramedidas tais como aquelas que permitam o bloqueio seletivo por blocos de IP de origem no AS pelo qual o ataque esteja ocorrendo, utilizando técnicas como Remote Triggered Black Hole.

14.4.7. A CONTRATADA deve disponibilizar um Centro Operacional de Segurança (ou SOC – Security Operations Center) no Brasil, com equipe especializada em monitoramento, detecção e mitigação de ataques, com opção de atendimento através de telefone 0800, correio eletrônico, em idioma português brasileiro, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual.

14.4.8. A mitigação de ataques deve ser baseada em arquitetura na qual há o desvio de tráfego suspeito comandado pelo equipamento de monitoramento, por meio de alterações do plano de roteamento.

14.4.9. Em momentos de ataques DOS e DDOS, todo tráfego limpo deve ser reinjetado na infraestrutura da contratante através de túneis GRE (Generic Routing Encapsulation), configurado entre a plataforma de DOS e DDOS da CONTRATADA e o CPE do contratante.

14.4.10. As funcionalidades de monitoramento, detecção e mitigação de ataques devem ser mantidas em operação ininterrupta durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual.

14.4.11. Em nenhum caso será aceito bloqueio de ataques de DOS e DDOS por ACLs em roteadores de bordas da LICITANTE.

14.4.12. A CONTRATADA deve possuir um contrato de 15 minutos para iniciar a mitigação de ataques de DDOS.

14.4.13. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma Solução de Monitoração de acompanhamento contra-ataques DDoS.

14.4.14. O Portal de monitoração da CONTRATADA deverá possuir uma interface única para acesso às suas funcionalidades.

14.4.15. O Portal de Gerência deverá permitir o acesso simultâneo a, pelo menos, um administrador de rede da CONTRATANTE.

14.5. **SISTEMA DE GERENCIAMENTO E MONITORAÇÃO WAN**

14.5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma solução de Gerência de Rede e Serviços abrangendo todo o serviço prestado e contemplando as áreas funcionais de gerência de Falhas, Desempenho, Configuração e de Nível de Serviço que deverá fornecer, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

a) Visualização de informações on-line, de forma gráfica, da rede.

b) Geração e emissão de relatórios gerenciais que permitam o acompanhamento da qualidade dos serviços, dos níveis de serviços contratados (SLA) e dos chamados técnicos.

c) A Gerência de Rede e Serviços da CONTRATADA deverá abranger todos os seus roteadores CPE, necessários para a prestação dos serviços de rede.

d) A Gerência de Rede e Serviços será de responsabilidade da CONTRATADA que deverá atuar de forma pró-ativa, antecipando-se aos problemas na rede e garantindo a qualidade do serviço estabelecida no Acordo de Nível de Serviço (SLA), realizando abertura automática de chamados, com respectivo acompanhamento e fechamento, relacionados com indisponibilidade e desempenho nos serviços de rede e gerenciamento de rede, operando em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano.

e) A visualização das informações de gerenciamento e a emissão dos relatórios deverão ser feitas através de um Portal de Gerência, via interface web, o qual deverá permitir o uso de senhas para controle do acesso às informações de gerência.

f) O Portal de Gerência da CONTRATADA deverá possuir uma interface única para acesso às suas funcionalidades, independentemente dos equipamentos ou tecnologias empregadas para a prestação dos serviços.

g) O Portal de Gerência deverá permitir o acesso simultâneo a, pelo menos, dois administradores de rede da CONTRATANTE.

14.5.2. A CONTRATADA é responsável por fornecer, dimensionar e configurar os equipamentos, sistemas e ferramentas necessárias para provimento da solução de Gerenciamento de Rede e Serviços.

14.5.3. As manutenções preventivas e corretivas e a atualização da infraestrutura de gerenciamento, bem como o suporte técnico deverão ser de responsabilidade e despesas da LICITANTE.

14.5.4. A CONTRATANTE reservar-se-á o direito de designar preposto(s) para atuar em seu nome para o acompanhamento da gerência da rede, podendo este(s) preposto(s) cumprir(em) as obrigações da CONTRATANTE para este fim, sob supervisão da CONTRATANTE, incluindo, mas não limitado a recebimento de dados relativos ao gerenciamento da rede, realização de auditoria, apuração dos indicadores, validação de faturas e gerenciamento dos contratos de prestação de serviços.

14.5.5. A CONTRATADA deverá armazenar sob o mesmo software SGBD todos os dados e informações (brutos, coletados nos elementos gerenciados, sumarizados para confecção de relatórios, de abertura e acompanhamento de chamados, de acompanhamento da qualidade do serviço, de acompanhamento do SLA, histórico/inventário, eventos gerados pelas ferramentas de

gerência, dentre outros) coletados e/ou gerados durante a vigência do contrato, relativos ao serviço da Gerência de Rede e Serviços pelo período dos últimos doze meses.

14.5.6. Os dados e informações armazenados, conjuntamente com o modelo de dados poderão ser solicitados pela CONTRATANTE, a qualquer tempo, à CONTRATADA que deverá disponibilizá-los no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, em meio definido pela CONTRATANTE e/ou na base de dados da solução de gerência (carga dos dados extraídos e removidos).

14.5.7. Os dados e informações deverão estar armazenados e disponibilizados para acesso on-line, através do Portal de Gerência, pelos últimos 12 meses, contados a partir de sua coleta e/ou geração.

14.5.8. A CONTRATADA deverá prover um sistema de monitoração e gerenciamento de rede de dados em tempo real, através de um sistema de coleta de dados (SNMP e ICMP), que permita assegurar qualidade e disponibilidade da rede da CONTRATANTE.

14.5.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar o acesso ao sistema de monitoração e gerenciamento através da rede Internet mediante um portal Web que permita utilizar "browser" padrões de mercado, como Internet Explorer, Chrome, FireFox, etc. O acesso ao portal deve ser feito por login e senha que serão fornecidos pela LICITANTE.

14.5.10. A CONTRATADA deverá prover um sistema de pró-atividade que permita a identificação e tratamento de falha de modo automático visando garantir alto índice de disponibilidade do serviço.

14.5.11. O sistema de monitoração e gerenciamento deve possuir as seguintes características básicas:

- a) Monitoração pró-ativa dos links e roteadores.
- b) Abertura automática da reclamação (Trouble-ticket).
- c) Alarme Visual.
- d) Consulta aos dados de configuração (links, designações, etc.) e inventário.
- e) Relatório de desempenho periódico de forma gráfica e on-line.
- f) Acompanhamento dos chamados (consulta via Portal e e-mail).

14.5.12. O gerenciamento da rede deve ser feito pelo centro de gerência da CONTRATADA que deverá estar disponível, 24 horas por dia, 07 dias por semana, 365 dias ao ano.

14.6. **EQUIPAMENTOS CPE**

14.6.1. Os roteadores deverão ser dimensionados, fornecidos, instalados, configurados, mantidos, gerenciados e operados pela CONTRATADA e deverá ser garantido o desempenho e os níveis de serviços contratados.

14.6.2. Todas as atualizações e correções (patches) de softwares necessários para o cumprimento dos requisitos exigidos neste Termo de Referência deverá ser realizado sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.

14.6.3. Os roteadores deverão ser da mesma marca, pertencendo ao mesmo fabricante para atendimento de toda a rede de Internet.

14.6.4. Os roteadores deverão ser fornecidos com todos os componentes, cabos, módulos e acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento.

14.6.5. A CONTRATADA deverá habilitar em todos os roteadores o protocolo SNMP, com uma comunidade de leitura para acesso da CONTRATANTE ou seu preposto, com senha específica, e permitir o envio de "traps" SNMP à CONTRATANTE ou seu preposto.

14.6.6. A CONTRATADA deverá permitir acesso à leitura da configuração dos roteadores, pela CONTRATANTE ou seu preposto, através de usuário e senha específicos.

14.6.7. A configuração lógica dos roteadores será definida pela CONTRATADA com a aprovação da CONTRATANTE.

14.6.8. CONTRATADA será responsável pela devida instalação, configuração e manutenção, suporte técnico dos roteadores, por ela alocados, a fim de garantir o pleno funcionamento da rede.

14.6.8.1. **Os roteadores a serem disponibilizado pela CONTRATADA para o site central (IP Dedicado) deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:**

- 1) Os CPE devem possuir no mínimo 2 (duas) interfaces LAN: IEEE 802.3, 802.3u e 802.3ab – Especificação 10/100/1000BASE-T (Full Duplex) RJ-45 para a interconexão com a rede local da CONTRATANTE;
- 2) Suportar o padrão IEEE 802.1q, de forma a permitir a conectividade de diversas LANs a partir de um único roteador CPE;
- 3) Implementar os protocolos de roteamento com autenticação: RIPv2 (RFC 2453), OSPF (RFC 1583);
- 4) Implementar o protocolo BGPv4 conforme RFCs 1771;
- 5) Suportar mecanismos de escalonamento de filas que permitam a reserva de largura de banda mínima para cada fila. Deverá ser suportado um valor mínimo de 24 filas;
- 6) Suportar capacidade de filtros de pacotes (por protocolo, endereço IP de origem, endereço IP de destino, porta de UDP/TCP de origem, porta de UDP/TCP de destino);
- 7) Suportar capacidade de gerenciamento através de SNMP compatível com versões V.2 e V.3.
- 8) Suportar MIB-II e RMON;
- 9) Suportar servidor DHCP conforme a RFC 2131 (Dynamic Host Configuration Protocol) permitindo a atribuição de endereços IP as estações a partir do roteador e permitindo definir o endereço IP de acordo com o MAC address de cada equipamento;

- 10) Suportar "BOOTP relay agents" conforme a RFC 2131 (Dynamic Host Configuration Protocol) permitindo a atribuição de endereços IP a estações localizadas na rede local a partir de um servidor DHCP localizado em uma rede remota;
- 11) Implementar sincronismo via protocolo NTP (Network Time Protocol) com autenticação (RFC 1305);
- 12) LACP ativo e passivo para negociação dinâmica dos links;
- 13) Capacidade de tráfego mínimo de 1 Gbps agregado via LACP;
- 14) Deve operar com switches e firewalls que utilizam LACP para garantir integração à rede existente.

14.6.8.2. Os roteadores a serem disponibilizados pela CONTRATADA para os sites remotos devem atender aos seguintes requisitos mínimos:

- 1) Os roteadores devem possuir no mínimo 2 (duas) interfaces LAN: IEEE 802.3 e 802.3u – Especificação 10BASE-T e 100BASE-Tx (Full Duplex), com conector do tipo RJ-45;
- 2) Suportar o padrão IEEE 802.1q, de forma a permitir a conectividade de diversas LANs a partir de um único roteador CPE;
- 3) Implementar os protocolos de roteamento: RIPv2 (RFC 12453) e OSPF (RFC 1583);
- 4) Suportar mecanismos de escalonamento de filas que permitam a reserva de largura de banda mínima para cada fila. Deverá ser suportado um valor mínimo de 12 filas;
- 5) Suportar capacidade de filtros de pacotes (por protocolo, endereço IP de origem, endereço IP de destino, porta de UDP/TCP de origem, porta de UDP/TCP de destino);
- 6) Suportar capacidade de gerenciamento através de SNMP compatível com versões V2 e V3;
- 7) Suportar MIB-II e RMON;
- 8) Suportar servidor DHCP segundo a RFC 2131 (Dynamic Host Configuration Protocol) permitindo a atribuição de endereços IP as estações a partir do roteador e permitindo definir o endereço IP de acordo com o MAC address de cada equipamento;
- 9) Suportar "BOOTP relay agents" consoante a RFC 2131 (Dynamic Host Configuration Protocol) permitindo a atribuição de endereços IP a estações localizadas na rede local a partir de um servidor DHCP localizado em uma rede remota;
- 10) Implementar sincronismo via protocolo NTP (Network Time Protocol) com autenticação (RFC 1305).
- 11) LACP ativo e passivo para negociação dinâmica dos links;
- 12) Capacidade de tráfego mínimo de 1 Gbps agregado via LACP;
- 13) Deve operar com switches e firewalls que utilizam LACP para garantir integração à rede existente.

14.6.8.3. Todos os roteadores CPE a serem disponibilizados pela CONTRATADA devem suportar QoS e atender aos seguintes requisitos mínimos:

- 1) Suportar classificação de tráfego de acordo com diversos critérios (interface, IP origem/destino, portas TCP/UDP, dentre outros) em cada interface física e lógica (sub- interfaces);
- 2) Implementar QoS conforme arquitetura "Differentiated Services" (RFCs 2474, 2475);
- 3) Implementar LFI (Link Fragmentation and Interleaving) nas interfaces seriais com encapsulamento PPP;
- 4) Implementar MLPPP (multilink PPP) nas interfaces seriais;
- 5) "Traffic Shaping" genérico (independente da tecnologia de transporte nível 2);
- 6) Permitir métodos de priorização de tráfego (QoS) por tipo de protocolo e por serviços da pilha TCP/IP além de "Traffic Policing" e "Traffic Shaping": Priority Queuing, Class Based Queuing (CBQ), Generic Traffic Shaping (GTS);
- 7) Implementar classificação, marcação e priorização de tráfego com base em endereço IP de origem/destino, portas TCP/UDP de origem e destino, DSCP (Differentiated Services Code Point);
- 8) Implementar WRED (Weighted Random Early Detection);
- 9) Possibilidades de definição de classes de serviço e alocação de banda por classes nas interfaces do equipamento. Para os pacotes que excederem a especificação de banda deve ser possível configurar pelo menos as seguintes ações: transmissão do pacote sem modificação, transmissão com remarcação do valor de DSCP, descarte do pacote. Deve ser possível criar uma classe com prioridade absoluta sobre as demais dentro da quantidade de banda que lhe foi alocada;
- 10) Deve implementar os seguintes recursos de QoS: Policy Routing, WFQ (Weighted Fair Queuing), LLQ (Low Latency Queue), GTS (Generic traffic shaping), e DSCP (Differentiated services control point);
- 11) Classificação e marcação de tráfego baseadas no campo CoS ("Class of Service") de frames Ethernet, conforme definição do padrão IEEE 802.1p;

14.6.8.4. Gerência/administração:

- 1) Protocolo TACACS com suporte integral à arquitetura AAA (Authentication, Authorization, Accounting), sendo possível especificar os grupos de comandos de configuração/monitorização permitidos a cada grupo de usuários. Devem ficar registradas no servidor AAA todos os comandos executados pelos usuários autorizados assim como todas as tentativas não autorizadas de execução de comandos nos equipamentos;
- 2) Acesso SSH com algoritmo de criptografia com chave de pelo menos 168 bits (3 DES);
- 3) SNMPv1, SNMPv2 e SNMPv3, com possibilidades de definição da interface de origem dos pacotes SNMP.

- 4) Pelo menos 02 grupos de RMON (eventos e alarmes);
- 5) NTP (Network Time Protocol) com autenticação entre os peers (RFC 1305), possibilidade de definição da interface de origem dos pacotes NTP e NTP por VRF.

14.6.8.5. **Segurança:**

- 1) Disponibilizar, no mínimo, 02 (dois) níveis de senha de acesso com privilégios de leitura;
- 2) Disponibilizar controle das sessões telnet – possibilidade de filtrar os endereços IP específicos autorizados a executar sessão telnet com o roteador (configuração de login);
- 3) Implementar criptografia 3DES (ou superior) para os acessos SSH;
- 4) Deve construir registro de fluxos de dados relativos a cada sessão iniciada, armazenando para cada uma destas sessões informações tais como endereços de origem e destino dos pacotes, portas TCP (e UDP) de origem e destino, bem como números de sequência dos pacotes TCP (e UDP), status dos flags “ACK”, “SYN” e “FIN”;
- 5) Deve suportar mecanismo de tunelamento VPN com IPSec, GRE, L2TP e L2F;

14.6.8.6. **Suporte Técnico**

14.6.8.7. O suporte técnico deverá ser prestado durante toda a vigência do contrato, a partir do recebimento definitivo do serviço contratado.

14.6.8.8. O suporte técnico deverá abranger manutenções corretivas e evolutivas da solução, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

14.6.8.9. Considera-se "manutenção corretiva" o conjunto de procedimentos destinados a restabelecer o pleno funcionamento da solução, eliminando permanentemente eventuais falhas.

14.6.8.10. Considera-se "manutenção evolutiva" o fornecimento de novas versões e/ou releases corretivas e/ou evolutivas de firmware e software que compõem a solução, lançadas durante a vigência do contrato.

14.6.8.11. O suporte técnico deverá ser formalizado por meio da abertura de chamados técnicos, visando à resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas relacionadas a aspectos funcionais e técnicos, incluindo instalação, configuração, alterações de configuração, customização e utilização da solução.

14.6.8.12. O suporte técnico deverá ser prestado por telefone (0800 ou número de custo local na capital do estado da CONTRATANTE), por meio de sistema web/e-mail e acesso remoto, ou presencialmente (on-site) nas dependências da CONTRATANTE, sempre que a natureza do serviço exigir a presença de um técnico especializado ou quando solicitado pelo Gestor do Contrato (ou outro servidor autorizado).

14.6.8.13. O suporte técnico prestado pela CONTRATADA deverá ser realizado em idioma português do Brasil, via telefone ou e-mail.

14.6.8.14. A CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, 10 (dez) identificadores e respectivas senhas de acesso para usuários autorizados a abrir e acompanhar chamados de suporte técnico.

14.6.8.15. O suporte técnico deverá estar disponível de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

14.6.8.16. A CONTRATADA deverá garantir que a CONTRATANTE possa abrir um número ilimitado de chamados de suporte técnico durante toda a vigência do contrato, sem custos adicionais.

14.6.8.17. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma base de conhecimento contendo documentos técnicos e registros de soluções para problemas relacionados à rede.

14.6.8.18. Os chamados de suporte técnico poderão ser abertos sempre que a Equipe Técnica da CONTRATANTE identificar qualquer problema que afete o pleno funcionamento da solução, incluindo questões relacionadas à instalação, configuração, otimização e atualização.

14.6.8.19. O prazo máximo para a recuperação de um circuito inoperante será de até 2 (duas) horas, contadas a partir da abertura do primeiro chamado referente ao incidente.

14.6.8.20. A data e a hora de abertura do chamado de reparo serão determinadas pelo primeiro registro do incidente, seja por notificação automática da ferramenta de monitoramento ou por notificação encaminhada pelo Gestor do Contrato, prevalecendo a que ocorrer primeiro.

14.6.8.21. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá fornecer um número de controle (protocolo) e manter um histórico detalhado das ações e atividades realizadas, contendo, no mínimo:

- Data e hora de abertura do chamado;
- Responsável pelo chamado na CONTRATADA;
- Responsável pelo chamado na CONTRATANTE;
- Nível de severidade atribuído ao problema;
- Descrição detalhada do problema;
- Histórico de atendimentos e ações realizadas;
- Data e hora do encerramento do chamado;

- Responsável pelo encerramento;
- Solução adotada para a resolução do problema.

14.6.8.22. O número de identificação do chamado técnico deverá ser fornecido à CONTRATANTE no momento de sua abertura.

14.7. **LOTE 05 – FIREWALLS DE PRÓXIMA GERAÇÃO (NGFW)**

14.7.1. **Características Gerais para Firewalls de Próxima Geração Tipos 01 a 03**

14.7.1.1. A solução deve consistir em plataforma de proteção e balanceamento inteligente de rede baseada em appliance com funcionalidades de Next Generation Firewall (NGFW), console de gerência e monitoração.

14.7.1.2. Por funcionalidades de NGFW entende-se: reconhecimento de aplicações, prevenção de ameaças, identificação de usuários e controle granular de permissões;

14.7.1.3. Os equipamentos devem ser novos, ou seja, de primeiro uso, de um mesmo fabricante. Na data da proposta, nenhum dos modelos ofertados poderão estar listados no site do fabricante em listas de end-of-life e end-of-sale;

14.7.1.4. Não serão aceitas soluções baseadas em PCs de uso geral. Todos os equipamentos a serem fornecidos deverão ser do mesmo fabricante para assegurar a padronização e compatibilidade funcional de todos os recursos;

14.7.1.5. As funcionalidades de proteção de rede que compõe a solução de segurança, podem funcionar em múltiplos appliances desde que atendam a todos os requisitos desta especificação;

14.7.1.6. O fornecedor deverá comprovar que é representante, revenda autorizada ou distribuidor devidamente registrado no Brasil e autorizado pelo fabricante para ofertar, fornecer e prestar serviços especializados nos produtos.

14.7.1.7. Deverá possuir e estar licenciado pelo período de 60 (sessenta) meses com as seguintes funcionalidades: **Firewall, IPS, Threat Prevention, DNS Security, análise e prevenção de malware avançado, URL Filtering, AntiMalware, Anti-bot, AntiSpam, detecção e prevenção de intrusos (IPS), VPN IPsec e SSL, Controle de Aplicações, SD-WAN, Failover e Balanceamento de Carga** como parte integrante dos produtos.

14.7.1.8. Os desempenhos solicitados para cada tipo de NGFW deverão ser comprovados por documento de domínio público do fabricante. Não serão aceitas declarações ou cartas de fabricantes como comprovação destes itens de desempenho.

14.7.1.9. Todos os equipamentos e licenças fornecidos deverão ser novos, atuais, de primeiro uso e não constar de listas de End of Life (EOL) ou End of Support (EOS) do fabricante.

14.7.1.10. Todos os equipamentos deverão ser homologados pela ANATEL.

14.8. **Funcionalidades de Rede e Firewall**

14.8.1. O gerenciamento da solução deve suportar acesso via SSH, WEB (HTTPS) e API aberta;

14.8.2. Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a Vlans;

14.8.3. Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a DHCP Cliente, Server e Relay;

14.8.4. Os dispositivos de proteção de rede devem suportar sub-interfaces ethernet logicas;

14.8.5. Deve possuir a funcionalidade de tradução de endereços estáticos - NAT (Network Address Translation), um para um (1-to-1), N-para-um (N-to-1), vários para um, NAT64, NAT66 e PAT;

14.8.6. Deve implementar Network Prefix Translation (NPTv6) ou NAT66, prevenindo problemas de roteamento assimétrico;

14.8.7. Deverá suportar sFlow ou Netflow;

14.8.8. Deve implementar o protocolo ECMP;

14.8.9. Deve permitir monitorar via SNMP o uso de CPU, memória, espaço em disco, VPN, situação do cluster e violações de segurança;

14.8.10. Enviar log para sistemas de monitoração externos;

14.8.11. Deve haver a opção de enviar logs para os sistemas de monitoração externos via protocolo SSL;

14.8.12. Deve possuir mecanismos de proteção anti-spoofing;

14.8.13. Para IPv4, deve suportar roteamento estático e dinâmico (RIPv2, BGP4 e OSPFv2);

14.8.14. Para IPv6, deve suportar roteamento estático e dinâmico (OSPFv3);

14.8.15. Suportar OSPF graceful restart;

14.8.16. Deve suportar Modo Sniffer, para inspeção via porta espelhada do tráfego de dados da rede;

14.8.17. Deve suportar Modo Camada - 2 (L2), para inspeção de dados em linha e visibilidade do tráfego;

14.8.18. Deve suportar Modo Camada - 3 (L3), para inspeção de dados em linha e visibilidade do tráfego;

14.8.19. Suporte a configuração de alta disponibilidade Ativo/Passivo ou Ativo/Ativo;

14.8.20. A configuração em alta disponibilidade deve sincronizar: Sessões, Configurações, incluindo, mas não limitado as políticas de Firewall, NAT, QOS e objetos de rede, Associações de Segurança das VPNs e Tabelas FIB;

- 14.8.21. Deverá possuir alta disponibilidade (HA), trabalhando no esquema de redundância do tipo Ativo- Passivo ou Ativo-Ativo, com todas as licenças de software habilitadas para tal sem perda de conexões;
- 14.8.22. O modo de Alta-Disponibilidade (HA) deve possibilitar monitoração de falha de link;
- 14.8.23. Deve possuir recursos de automação, com a finalidade de facilitar a operação diária dos firewalls. Suportar, pelo menos, envio de logs por e-mail para diferentes destinatários ou agendamentos de regras;
- 14.8.24. Deverá possuir integração com tokens para autenticação de 02 (dois) fatores;
- 14.8.25. Deverá suportar controle por zonas de segurança;
- 14.8.26. Deverá suportar controles de políticas por porta e protocolo;
- 14.8.27. Deverá suportar controles de políticas por aplicações, grupos estáticos de aplicações e grupos dinâmicos de aplicações;
- 14.8.28. Controle de políticas por usuários, grupos de usuários, IPs, redes e zonas de segurança;
- 14.8.29. Deverá suportar controles de políticas por aplicações e grupos de aplicações;
- 14.8.30. Controle, inspeção e descryptografia de SSL por política para tráfego de saída (Outbound);
- 14.8.31. Deve descryptografar tráfego outbound em conexões negociadas com TLS 1.2 e TLS 1.3;
- 14.8.32. Deve permitir o bloqueio de arquivo por sua extensão e possibilitar a correta identificação do arquivo por seu tipo mesmo quando sua extensão for renomeada;
- 14.8.33. Suporte a objetos e regras IPV6;
- 14.8.34. Suporte a objetos e regras multicast;
- 14.8.35. Suportar a atribuição de agendamento das políticas com o objetivo de habilitar e desabilitar políticas em horários pré-definidos automaticamente;
- 14.9. **Funcionalidade de Controle de Aplicações**
- 14.9.1. Os dispositivos de proteção de rede deverão possuir a capacidade de reconhecer aplicações, independente de porta e protocolo;
- 14.9.2. Deve ser possível a liberação e bloqueio somente de aplicações sem a necessidade de liberação de portas e protocolos;
- 14.9.3. Reconhecer aplicações diferentes, incluindo, mas não limitado: a tráfego relacionado a peer-to-peer, redes sociais, acesso remoto, update de software, protocolos de rede, VoIP, áudio, vídeo, proxy, mensageiros instantâneos, compartilhamento de arquivos, e-mail;
- 14.9.4. Deverá possuir, pelo menos, 15 (quinze) categorias para classificação de aplicações;
- 14.9.5. Reconhecer pelo menos as seguintes aplicações: bittorrent,, Skype, Facebook, linked-in, X (twitter), Citrix, logmein, TeamViewer, vnc, Gmail, YouTube, http-proxy, http-tunnel, WhatsApp, 4shared, Dropbox, Google drive, MySQL, Oracle, kerberos, ldap, radius, iTunes, dhcp, ftp, DNS, msrpc, ntp, snmp, Evernote;
- 14.9.6. Deve inspecionar o payload de pacote de dados com o objetivo de detectar assinaturas de aplicações conhecidas pelo fabricante independente de porta e protocolo;
- 14.9.7. Deve ter a capacidade e controlar a utilização da rede Tor;
- 14.9.8. Para tráfego criptografado SSL, deve decryptografar pacotes a fim de possibilitar a leitura de payload para checagem de assinaturas de aplicações conhecidas pelo fabricante;
- 14.9.9. Deve realizar decodificação de protocolos com o objetivo de detectar aplicações encapsuladas dentro do protocolo e validar se o tráfego corresponde com a especificação do protocolo. A decodificação de protocolo também deve identificar funcionalidades específicas em uma aplicação;
- 14.9.10. Identificar o uso de táticas evasivas via comunicações criptografadas;
- 14.9.11. Atualizar a base de assinaturas de aplicações automaticamente;
- 14.9.12. Os dispositivos de proteção de rede devem possuir a capacidade de identificar o usuário de rede com integração ao Microsoft Active Directory, sem a necessidade de instalação de agente no Domain Controller, nem nas estações dos usuários;
- 14.9.13. Deve ser possível adicionar controle de aplicações em múltiplas regras de segurança do dispositivo, ou seja, não se limitando somente a possibilidade de habilitar controle de aplicações em algumas regras;
- 14.9.14. Deve suportar vários métodos de identificação e classificação das aplicações, por pelo menos checagem de assinaturas e decodificação de protocolos;
- 14.9.15. Deve alertar o usuário quando uma aplicação for bloqueada;
- 14.9.16. Deve possibilitar a diferenciação de tráfegos Peer2Peer (Bittorrent, emule, etc) possuindo granularidade de controle/políticas para os mesmos;
- 14.9.17. Deve possibilitar a diferenciação de tráfegos de Instant Messaging (AIM, Hangouts, Facebook Chat, etc) possuindo granularidade de controle/políticas para os mesmos;
- 14.9.18. Deve possibilitar a diferenciação e controle de partes das aplicações como por exemplo permitir o YouTube e, ao mesmo tempo, bloquear o streaming em HD;

14.9.19. Deve possibilitar a diferenciação de aplicações Proxies (psiphon, freegate, etc) possuindo granularidade de controle/políticas para os mesmos;

14.9.20. Deve ser possível a criação de grupos dinâmicos de aplicações baseados em características das aplicações como: tecnologia utilizada nas aplicações (Client-Server, Browse Based, Network Protocol, etc);

14.9.21. Deve ser possível a criação de grupos dinâmicos de aplicações baseados em características das aplicações como: nível de risco da aplicação, tecnologia, fabricante e popularidade;

14.9.22. Deve ser possível a criação de grupos estáticos de aplicações baseados em características das aplicações como: Categoria da aplicação;

14.9.23. Deve permitir forçar o uso de portas específicas para determinadas aplicações;

14.10. **Funcionalidade de Prevenção de Intrusão e Ameaças**

14.10.1. Para proteção do ambiente contra-ataques, os dispositivos de proteção devem possuir módulo de IPS, Antivírus e Anti-Spyware integrados no próprio appliance de firewall;

14.10.2. Deve incluir assinaturas de prevenção de intrusão (IPS) e bloqueio de arquivos maliciosos (Antivírus e Anti-Spyware);

14.10.3. Deve sincronizar as assinaturas de IPS, Antivírus, Anti-Spyware quando implementado em alta disponibilidade;

14.10.4. Deve implementar os seguintes tipos de ações para ameaças detectadas pelo IPS: permitir, permitir e gerar log, bloquear;

14.10.5. As assinaturas devem poder ser ativadas ou desativadas, ou ainda habilitadas apenas em modo de monitoração;

14.10.6. Deve ser possível a criação de políticas por usuários, grupos de usuários, IPs, redes ou zonas de segurança;

14.10.7. Exceções por IP de origem ou de destino devem ser possíveis nas regras, ou assinatura a assinatura;

14.10.8. Deve suportar granularidade nas políticas de IPS, Antivírus e Anti-Spyware, possibilitando a criação de diferentes políticas por zona de segurança, endereço de origem, endereço de destino, serviço e a combinação de todos esses itens;

14.10.9. Deve permitir o bloqueio de vulnerabilidades;

14.10.10. Deve permitir o bloqueio de exploits conhecidos;

14.10.11. Deve incluir proteção contra-ataques de negação de serviços;

14.10.12. Ser imune e capaz de impedir ataques básicos como: Syn flood, ICMP flood, UDP flood, etc;

14.10.13. Detectar e bloquear a origem de portscans;

14.10.14. Bloquear ataques efetuados por worms conhecidos;

14.10.15. Possuir assinaturas específicas para a mitigação de ataques DoS e DDoS;

14.10.16. Possuir assinaturas para bloqueio de ataques de buffer overflow;

14.10.17. Deverá possibilitar a criação de assinaturas customizadas pela interface gráfica do produto;

14.10.18. Deve permitir usar operadores de negação na criação de assinaturas customizadas de IPS ou anti-spyware, permitindo a criação de exceções com granularidade nas configurações;

14.10.19. Permitir o bloqueio de vírus e spywares em, pelo menos, os seguintes protocolos: HTTP, FTP, SMB, SMTP e POP3;

14.10.20. Identificar e bloquear comunicação com botnets;

14.10.21. Registrar na console de monitoração as seguintes informações sobre ameaças identificadas: o nome da assinatura ou do ataque, aplicação, usuário, origem e o destino da comunicação, além da ação tomada pelo dispositivo;

14.10.22. Os eventos devem identificar o país de onde partiu a ameaça;

14.10.23. Deve incluir proteção contra vírus em conteúdo HTML e javascript, software espião (spyware) e worms;

14.10.24. Possuir proteção contra downloads involuntários usando HTTP de arquivos executáveis e maliciosos;

14.10.25. Deve ser possível a configuração de diferentes políticas de controle de ameaças e ataques baseado em políticas do firewall considerando usuários, grupos de usuários, origem, destino, zonas de segurança, etc, ou seja, cada política de firewall poderá ter uma configuração diferente de IPS, sendo essas políticas por Usuários, Grupos de usuário, origem, destino, zonas de segurança.

14.10.26. A solução deve ter capacidade de enviar artefatos suspeitos para serem executados em ambiente controlado na nuvem do fabricante;

14.10.27. As funcionalidades de IPS, Antivírus e Anti-Spyware devem operar em caráter permanente, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado, mesmo que não subsista o direito de receber atualizações ou que não haja contrato de garantia de software com o fabricante e caso o licenciamento/funcionalidade não seja permanente, o fornecedor deverá prover as funcionalidades por mais 60 (sessenta) meses;

14.10.28. Deve suportar a captura de pacotes (PCAP), por assinatura de IPS ou controle de aplicação;

14.10.29. Deve permitir que na captura de pacotes por assinaturas de IPS seja definido o número de pacotes a serem capturados ou permitir capturar o pacote que deu origem ao alerta assim como seu contexto, facilitando a análise forense e identificação de falsos positivos;

14.11. **Funcionalidade de Filtro de Conteúdo Web e DNS**

- 14.11.1. Permite especificar política por tempo, ou seja, a definição de regras para um determinado horário ou período (dia, mês, ano, dia da semana e hora);
- 14.11.2. Deve ser possível a criação de políticas por grupos de usuários, IPs, redes ou zonas de segurança;
- 14.11.3. Deve possuir a capacidade de criação de políticas baseadas na visibilidade e controle de quem está utilizando quais URLs através da integração com serviços de diretório, Active Directory e base de dados local;
- 14.11.4. Deve permitir que os usuários sejam identificados através de consulta em uma base do Active Directory, permitindo que sua autenticação no domínio, não seja solicitada novamente para navegar através da solução;
- 14.11.5. Suportar a capacidade de criação de políticas baseadas no controle por URL e categoria de URL;
- 14.11.6. Deve possuir base ou cache de URLs local no appliance, ou em nuvem do próprio fabricante, evitando delay de comunicação/validação das URLs;
- 14.11.7. Possuir pelo menos 70 (setenta) categorias de URLs;
- 14.11.8. Deve possuir a função de exclusão de URLs do bloqueio;
- 14.11.9. Permitir a customização de página de bloqueio;
- 14.11.10. Permitir o controle de acesso ao conteúdo do YouTube, viabilizando políticas de restrição com base em categorias, palavras-chave, perfis de usuário ou grupos, e, quando tecnicamente possível, a restrição ou liberação de canais específicos;
- 14.11.11. Deve bloquear o acesso a conteúdo indevido ao utilizar a busca em sites como Google, Bing e Yahoo, independentemente de a opção Safe Search estar habilitada no navegador do usuário;
- 14.11.12. Deve possuir a função de proteção a resolução de endereços via DNS, identificando requisições de resolução de nome para domínios maliciosos e Comando e Controle (C&C) de botnets conhecidas;
- 14.11.13. Deve possuir filtro de domínio DNS baseado em categorias para inspecionar o tráfego DNS com classificação de domínios continuamente atualizado;
- 14.12. **Funcionalidade de Identificação de Usuários**
 - 14.12.1. Deve incluir a capacidade de criação de políticas baseadas na visibilidade e controle de quem está utilizando quais aplicações através da integração com serviços de diretório, autenticação via LDAP, Active Directory, eDirectory e base de dados local;
 - 14.12.2. Deve possuir integração e suporte a Microsoft Active Directory para o sistema operacional no mínimo Windows Server 2016 R2 ou superior;
 - 14.12.3. Deve possuir integração com Microsoft Active Directory para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em usuários e grupos de usuários, suportando single sign-on. Essa funcionalidade não deve possuir limites licenciados de usuários;
 - 14.12.4. Deve possuir integração com Radius para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em usuários e grupos de usuários;
 - 14.12.5. Deve possuir integração com LDAP para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em Usuários e Grupos de usuários;
 - 14.12.6. Deve permitir o controle, sem instalação de cliente de software, em equipamentos que solicitem saída a internet para que antes de iniciar a navegação, expanda-se um portal de autenticação residente no firewall (Captive Portal);
 - 14.12.7. Deve possuir suporte a identificação de múltiplos usuários conectados em um mesmo endereço IP em ambientes Microsoft Terminal Server, permitindo visibilidade e controle granular por usuário sobre o uso das aplicações que estão nestes serviços;
 - 14.12.8. Deve suportar o envio e recebimento de credenciais via RADIUS;
 - 14.12.9. Deve implementar a criação de grupos customizados de usuários no firewall, baseado em atributos do LDAP/AD;
- 14.13. **Funcionalidade de Filtro de Dados**
 - 14.13.1. Permitir identificar e prevenir opcionalmente a transferência de vários tipos de arquivos (MS Office, PDF, etc) identificados sobre aplicações (HTTP, FTP, SMTP);
 - 14.13.2. Suportar identificação de arquivos compactados ou a aplicação de políticas sobre o conteúdo desses tipos de arquivos;
 - 14.13.3. Suportar a identificação de arquivos criptografados e a aplicação de políticas sobre o conteúdo desses tipos de arquivos;
 - 14.13.4. Permitir identificar e prevenir opcionalmente a transferência de informações sensíveis, incluindo, mas não limitado a número de cartão de crédito, possibilitando a criação de novos tipos de dados via expressão regular.
- 14.14. **Funcionalidade de Geolocalização**
 - 14.14.1. Suportar a criação de políticas por geolocalização, permitindo o tráfego de determinado País/Países sejam bloqueados;
 - 14.14.2. Deve possibilitar a visualização dos países de origem e destino nos logs dos acessos;
- 14.15. **Funcionalidade de Vpn**
 - 14.15.1. Suportar VPN Site-to-Site e Cliente-To-Site;
 - 14.15.2. Suportar IPSec VPN;

- 14.15.3. Suportar SSL VPN;
- 14.15.4. A VPN IPSEC deve suportar 3DES;
- 14.15.5. A VPN IPSEC deve suportar Autenticação MD5 e SHA-1;
- 14.15.6. A VPN IPSEC deve suportar Diffie-Hellman Group 1, Group 2, Group 5 e Group 14;
- 14.15.7. A VPN IPSEC deve suportar Algoritmo Internet Key Exchange (IKEv1 e v2);
- 14.15.8. A VPN IPSEC deve suportar AES 128, 192 e 256 (Advanced Encryption Standard);
- 14.15.9. A VPN IPSEC deve suportar Autenticação via certificado IKE PKI
- 14.15.10. Deve possuir interoperabilidade com os seguintes fabricantes: Cisco, Check Point, Juniper, Palo Alto Networks, Fortinet, SonicWall;
- 14.15.11. Suportar VPN em IPv4 e IPv6, assim como tráfego IPv4 dentro de túneis IPSEC IPv6;
- 14.15.12. Deve permitir habilitar e desabilitar túneis de VPN IPSEC a partir da interface gráfica da solução, facilitando o processo de troubleshooting;
- 14.15.13. A VPN SSL deve suportar o usuário realizar a conexão por meio de cliente instalado no sistema operacional do equipamento ou por meio de interface WEB;
- 14.15.14. A funcionalidades de VPN SSL devem ser atendidas com ou sem o uso de agente;
- 14.15.15. Deve permitir que todo o tráfego dos usuários remotos de VPN seja escoado para o interior do túnel de VPN, impedindo comunicação direta com dispositivos locais como proxies;
- 14.15.16. Atribuição de DNS nos clientes remotos de VPN;
- 14.15.17. Dever permitir criar políticas de controle de aplicações, IPS, Antivírus, AntiSpyware e filtro de URL para tráfego dos clientes remotos conectados na VPN SSL;
- 14.15.18. Suportar autenticação via AD/LDAP, Secure id, certificado e base de usuários local;
- 14.15.19. Suportar leitura e verificação de CRL (Certificate Revocation List);
- 14.15.20. Permitir a aplicação de políticas de segurança e visibilidade para as aplicações que circulam dentro dos túneis SSL;
- 14.15.21. Deve permitir que a conexão com a VPN seja estabelecida das seguintes formas: Após autenticação do usuário na estação;
- 14.15.22. Deve permitir que a conexão com a VPN seja estabelecida das seguintes formas: Sob demanda do usuário;
- 14.15.23. Deverá manter uma conexão segura com o portal durante a sessão;
- 14.15.24. O agente de VPN SSL ou IPSEC client-to-site deve ser compatível com pelo menos: Windows 10 (32 e 64 bit), Windows 11 e MacOS (10.15 ou superior), CentOS Stream (9 ou superior), Redhat (8 ou superior), Fedora (37 ou superior), Ubuntu (20.04 ou superior), Debian (11.0 ou superior), Android (12 ou superior) e iOS (15 ou superior);
- 14.15.25. O agente de VPN SSL ou IPSEC deverá ser proprietário, possuir suporte equivalente ao restante da solução e estar licenciado para, no mínimo, 2.000 (dois mil) usuários.

14.16. Funcionalidade de QoS, Traffic Shaping e Priorização de Tráfego

- 14.16.1. Com a finalidade de controlar aplicações e tráfego cujo consumo possa ser excessivo, (como Youtube e redes sociais, etc) e ter um alto consumo de largura de banda, se requer que a solução, além de poder permitir ou negar esse tipo de aplicações, deve ter a capacidade de controlá-las por políticas de máximo de largura de banda quando forem solicitadas por diferentes usuários ou aplicações, tanto de áudio como de vídeo streaming;
- 14.16.2. Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping para os seguintes itens:
 - 14.16.2.1. Endereço de origem;
 - 14.16.2.2. Endereço de destino;
 - 14.16.2.3. Usuário e grupo;
 - 14.16.2.4. Por aplicações, incluindo, mas não limitado a Skype, Bittorrent, YouTube e Azureus;
 - 14.16.2.5. Por porta;
- 14.16.3. O QoS deve possibilitar a definição de tráfego com banda garantida. Ex: banda mínima disponível para aplicações de negócio;
- 14.16.4. O QoS deve possibilitar a definição de tráfego com banda máxima. Ex: banda máxima permitida para aplicações do tipo best-effort/não corporativas, tais como YouTube, Facebook, entre outros;
- 14.16.5. O QoS deve possibilitar a definição de fila de prioridade;
- 14.16.6. Suportar priorização em tempo real de protocolos de voz (VOIP) como H.323, SIP, SCCP, MGCP e aplicações como Skype;
- 14.16.7. Suportar marcação de pacotes Diffserv, inclusive por aplicação;
- 14.16.8. Suportar modificação de valores DSCP para o Diffserv;
- 14.16.9. Suportar priorização de tráfego usando informação de ToS (Type of Service);

- 14.16.10. Disponibilizar estatísticas em tempo real para classes de QoS ou Traffic Shaping;
- 14.16.11. Deve suportar QOS (Traffic-Shapping), em interface agregadas ou redundantes;
- 14.16.12. Deve possibilitar a definição de bandas distintas para download e upload;
- 14.17. **Funcionalidade de Balanceamento Inteligente de Links**
- 14.17.1. A solução deve prover recursos de roteamento inteligente, definindo, mediante regras pré-estabelecidas, o melhor caminho a ser tomado para uma aplicação;
- 14.17.2. A solução deve ser capaz de agregar vários links em uma interface virtual;
- 14.17.3. A solução deve ser possível criar políticas de roteamento inteligente, mediante regras pré-estabelecidas considerando a verificação das seguintes condições: Endereços de origem, Grupos de usuários, Endereços de destino, Serviços na Internet e Aplicações de camada 7 (O365 Exchange, AWS, Dropbox e etc);
- 14.17.4. A solução deve ser capaz de medir o status de qualidade do link baseando-se em critérios mínimos de latência, jitter e perda de pacotes, onde deve ser possível configurar um valor limite para cada um destes itens que será utilizado como gatilho para fator de decisão nas regras de tráfego de saída e balanceamento inteligente;
- 14.17.5. A solução deve ser capaz de refletir, de forma manual ou automatizada, suas políticas de balanceamento em condições em que a largura de banda é modificada;
- 14.17.6. A solução deverá ser capaz de monitorar a qualidade e identificar falhas nos links, realizando o envio de sinais por meio de cada link para servidores ou aplicações, permitindo, no mínimo, a utilização de protocolos como Ping, HTTP e TCP.
- 14.17.7. A solução deve possibilitar balanceamento de tráfego entre conexões WAN, de forma em que o algoritmo de balanceamento de carga utilizado possa ser configurado considerando os seguintes parâmetros: Sessões, Volume de tráfego, IP de origem e destino ou Transbordo de link (Spillover).
- 14.17.8. A solução deve possibilitar a criação de regras para seleção das interfaces e suas prioridades que serão utilizadas para encaminhar o tráfego de saída da rede, considerando os seguintes critérios:
 - 14.17.8.1. Manual: Deve permitir que as interfaces tenham as prioridades atribuídas manualmente.
 - 14.17.8.2. Melhor Qualidade: Deve permitir que as interfaces recebam uma prioridade com base na qualidade do link no qual a interface está conectada, considerando o monitoramento de um dos seguintes parâmetros com valores customizáveis: latência, jitter, perda de pacotes ou largura de banda;
 - 14.17.8.3. Menor Custo: Deve permitir que as interfaces recebam uma prioridade com base no custo atribuído a interface, considerando a satisfação dos parâmetros de qualidade do link no qual a interface está conectada;
 - 14.17.8.4. Balanceamento de Carga: Deve permitir que o tráfego seja distribuído entre todas as interfaces disponíveis com base em algoritmos de balanceamento de carga e satisfação dos parâmetros customizados de qualidade do link no qual a interface está conectada;
- 14.17.9. A solução de balanceamento inteligente deve suportar marcação de pacotes DSCP nas definições e regras para o tráfego balanceado;
- 14.17.10. A solução de balanceamento inteligente de links deve suportar Roteamento dinâmico (OSPFv2/v3, BGPv4/BGP4+);
- 14.17.11. A solução deve realizar o reconhecimento de aplicações, em camada 7, de pelo menos 3.000 (três mil) aplicações, incluindo Aplicações SaaS, em Nuvem e Multimídia (Vimeo, YouTube, Facebook, etc);
- 14.17.12. Deve possibilitar a agregação de túneis IPsec, realizando balanceamento por pacote entre os mesmos;
- 14.17.13. A solução deve possibilitar a criação e uso de túneis VPN de forma dinâmica entre unidades remotas, para aplicações sensíveis. Uma vez que as unidades trocam informações entre si, o tráfego deve ser encaminhado diretamente entre as unidades remotas sem passar pela unidade Sede;
- 14.17.14. A solução deverá possuir recursos que garantam a integridade e a continuidade do tráfego de dados em túneis VPN, por meio de mecanismos como detecção de falhas, failover e balanceamento. O recurso de Forward Error Correction (FEC) será considerado opcional;
- 14.17.15. A solução deve permitir a customização de intervalo de tempo em que é feita a verificação da situação de um link, assim como, permitir definir a quantidade de falhas encontradas no link antes de declará-lo inativo, com objetivo de identificar oscilações nos links, que possam impactar os serviços e a experiência dos usuários;
- 14.17.16. Deverá possibilitar a definição e o controle de larguras de banda distintas para download e upload nas interfaces de rede, seja por configuração direta na interface ou por meio de políticas de QoS;
- 14.17.17. A solução deve prover estatísticas em tempo real a respeito da utilização da largura de banda (upload e download) e nível de qualidade dos links (perda de pacote, jitter e latência);
- 14.17.18. Deve implementar balanceamento de link por peso. Nesta opção deve ser possível definir o percentual de tráfego que será escoado por cada um dos links. Deve suportar o balanceamento de, no mínimo, três links;
- 14.17.19. O appliance físico deve apresentar compatibilidade com modems USB (3G/4G), onde estes sejam capazes de funcionar como circuito ativo em relação à saída principal de Internet, e alternativamente funcionar como circuito Standby, onde apenas seja acionado na eventualidade de falha no link principal;
- 14.17.20. Deve ser possível extrair informações de desempenho das verificações de saúde mediante REST API, permitindo assim a consolidação de tais informações em alguma aplicação terceira.

14.17.21. A solução deve possuir garantia, suporte e atualizações ao software durante a vigência do contrato.

14.17.22. Quaisquer licenças e/ou softwares necessários para plena execução de todas as características descritas neste termo de referência deverão ser fornecidos;

14.18. **Serviços de Instalação e Configuração dos Equipamentos**

14.18.1. CONTRATADA deverá realizar a instalação física e configuração lógica dos produtos conforme quantitativo adquirido, sendo que cada item desse serviço corresponde a uma implantação de um appliance de firewall;

14.18.2. Correrá por conta da CONTRATADA toda e qualquer despesa, independentemente da sua natureza, decorrente dos serviços de instalação e configuração aqui mencionados, incluindo deslocamento e demais despesas de seus profissionais para às unidades onde as soluções serão instaladas;

14.18.3. Os serviços de implantação deverão ser executados presencialmente nas instalações da CONTRATANTE por técnico(s) da CONTRATADA capacitado(s) para tal;

14.18.4. Após o recebimento dos equipamentos e das licenças, a CONTRATANTE deverá definir, juntamente com a CONTRATADA, o cronograma de instalação e configuração dos mesmos, enviando a CONTRATADA, documento contendo informações de Data, Hora, Local, e soluções a serem instaladas;

14.18.5. As fases da implantação dos serviços devem contemplar:

- 1) **Planejamento:** nesta etapa a CONTRATADA deverá realizar o planejamento da solução a ser implementada, onde serão definidos os prazos por atividade, as pessoas, a estratégia de implantação do serviço, o plano testes, bem como quaisquer outros itens que sejam necessários para a implantação da respectiva solução. Deve-se considerar as janelas de manutenção da CONTRATANTE, plano de rollback e o escopo definido. Os responsáveis técnicos da CONTRATANTE acompanharão e aprovarão o planejamento;
- 2) **Implementação:** após a aprovação do planejamento deverá ser iniciado o processo de implantação, levando-se em consideração a disponibilidade das equipes envolvidas, cumprimento dos prazos pactuados e o foco principal do projeto visando tornar o ambiente mais seguro e controlado, quanto à confidencialidade, integridade e disponibilidade do ambiente.
- 3) **Etapa de Testes:** todos os controles implantados para a ativação dos serviços gerenciados de segurança deverão ser testados a cada etapa pré-definida no planejamento. Além disso, o plano de rollback deverá garantir o retorno exequível e ágil, caso ocorra alguma falha no processo de implantação dos controles necessários à prestação do serviço;
- 4) **Homologação:** Após a conclusão dos testes, a solução deverá ser formalmente homologada pela CONTRATANTE.
- 5) A CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da data de conclusão dos serviços de instalação e configuração dos serviços contratados, para emitir o relatório de homologação (aceite);
- 6) O serviço será aceito se, e somente se, houver comprovação de que todos os requisitos técnicos especificados neste Termo de Referência tenham sido atendidos. Essa comprovação será feita mediante observação direta das características dos equipamentos utilizados, consulta à documentação técnica fornecida e verificação dos serviços de instalação e configurações, comparadas aos itens deste Termo;

14.18.6. No cronograma de instalação poderão ser definidos períodos fora do horário comercial, assim como fins de semana e feriados;

14.18.7. O processo de instalação/configuração deverá ter início em no máximo 30 (trinta) dias após a entrega das soluções. Prazo este que poderá ser prorrogado de acordo com interesse da CONTRATANTE;

14.18.8. Mesmo ao final da Implantação, a CONTRATANTE poderá solicitar, dentro de um período de 30 (trinta) dias e sem qualquer ônus, apoio à CONTRATADA para sanar dúvidas em relação funcionamento da solução;

14.18.9. Para as unidades que contratarem o serviço de "Instalação para Equipamentos na capital e em localidades com distância até 200 km da Capital ou superior a 200 km da Capital" a entrega efetiva está condicionada a conclusão da instalação e configuração dos equipamentos;

14.18.10. A CONTRATANTE deve acompanhar toda a atividade a ser realizada na janela de implantação;

14.18.11. Após a conclusão dos serviços de instalação, o técnico da CONTRATADA deverá realizar o monitoramento da solução por pelo menos 04 (quatro) dias úteis, com acompanhamento da equipe da CONTRATANTE, a fim de identificar e sanar eventuais inconsistências;

14.18.12. Ao término da instalação, a CONTRATADA deverá entregar Caderno de Documentação "As Built" do Projeto, no qual conste todos os detalhes da instalação, tais como:

- 1) Descrição dos serviços implantados;
- 2) Descrição de topologia lógica e de topologia física de equipamentos após a ativação dos serviços;
- 3) Dados dos equipamentos e softwares, incluindo configurações, números de série e versões;
- 4) Parâmetros de configuração, operação, instalação, manutenção, atualização e correto funcionamento dos equipamentos e softwares;
- 5) Definição de responsabilidades;
- 6) Recursos de alta disponibilidade;
- 7) Procedimentos para abertura e atendimento a chamados;

- 8) Procedimentos de recuperação de equipamentos;
- 9) Rotinas de backup e restore dos equipamentos, softwares e configurações implantadas;
- 10) Documentação dos processos de trabalho associados ao item;
- 11) Desenho dos racks onde estão instalados os equipamentos (bayface);
- 12) Definição de padrões porventura existentes na solução (ex. padrão de nome de objetos);

14.18.13. Escopo dos Serviços de Implantação da Solução de Firewall:

- 1) Instalação das Soluções de Firewall, conforme contratado;
- 2) Configurar as Soluções de Firewall conforme segmentação de rede definida pela CONTRATANTE;
- 3) Atualização e aplicação de correções nas soluções de Firewall;
- 4) Implementação/migração de regras de Filtragem;
- 5) Implementação/migração de regras de NAT;
- 6) Implementação/migração de regras de QoS;
- 7) Implementação/migração de regras de Filtro de Conteúdo Web, IPS, Anti-malware, Controle de Aplicativos, e Proteção Contra Ameaças Avançadas;
- 8) Implementação de alta disponibilidade, quando aplicável;
- 9) Implementação de monitoramento de links, quando aplicável;
- 10) Integração com o Active Directory;
- 11) Tuning de configuração e regras de filtragem, removendo as regras inalcançáveis, adicionando uma descrição para cada regra implementada, remoção de elementos de rede não utilizados;
- 12) Testes gerais, validando o funcionamento das aplicações após a implementação dos Firewalls;
- 13) Registrar e associar todos os dispositivos de firewall a solução de gerenciamento;
- 14) Configuração de comunicação para permitir o tráfego entre a solução de gerenciamento e dispositivos firewalls;
- 15) Importar configurações existentes, quando aplicável;
- 16) Configuração de alertas e notificações para eventos críticos de segurança;
- 17) Definição de grupos de administração;

14.19. **ITEM 5.1 - CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS E PERFORMANCE DO FIREWALL DE PRÓXIMA GERAÇÃO (NGFW) - TIPO 01**

- 14.19.1. Deve suportar, no mínimo, 9 (nove) Gbps de performance de prevenção de ameaças, com as seguintes funcionalidades habilitadas simultaneamente, para todas as assinaturas que a plataforma de segurança possuir devidamente ativadas e atuantes: controle de aplicação, IPS, firewall e AntiMalware para tráfego IPv4 e IPv6;
- 14.19.2. Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a roteamento multicast (PIM-SM e PIM-DM);
- 14.19.3. Deve suportar, no mínimo, 7 (sete) milhões de conexões simultâneas;
- 14.19.4. Deve suportar, no mínimo, 240.000 (duzentos e quarenta mil) conexões por segundo;
- 14.19.5. Deve Suportar, no mínimo, 30 (trinta) Gbps de desempenho VPN IPSec;
- 14.19.6. Deve estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, no mínimo, 2000 (dois mil) túneis ou peers do protocolo IKE de VPN IPSEC Site-to-Site simultâneos;
- 14.19.7. Deve suportar, no mínimo, 10 (dez) Gbps de throughput de IPS;
- 14.19.8. Deve suportar, no mínimo, 5 (cinco) Gbps de throughput de Inspeção SSL;
- 14.19.9. Deve possuir latência de firewall menor que 4µs baseados na RFC 2544 em pacotes de 64 bytes em formato de protocolo UDP.
- 14.19.10. Deve possuir, no mínimo, 16 (doze) interfaces 1 GE RJ45.
- 14.19.11. Deve possuir, no mínimo, 8 (oito) interfaces 1 GE SFP;
- 14.19.12. Deve possuir, no mínimo, 4 (quatro) interfaces 10 GE SFP+;
- 14.19.13. Deve possuir 1 (uma) Interface Ethernet RJ45 10/100/1000 dedicada para gerenciamento;
- 14.19.14. Deve possuir 1 (uma) Interface Ethernet RJ45 10/100/1000 dedicada para Alta Disponibilidade;
- 14.19.15. Deve suportar, no mínimo, de 3000 (três mil) VLANs;
- 14.19.16. Deve possuir, pelo menos, 01 (uma) interface dedicada para gerenciamento segregada das interfaces de tráfego de dados da rede corporativa;
- 14.19.17. Deve possuir fonte de alimentação AC redundante e HotSwap;
- 14.19.18. Quaisquer licenças e/ou softwares necessários para plena execução de todas as características descritas neste termo de referência deverão ser fornecidos;

14.20. **ITEM 5.2 - CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS E PERFORMANCE DO FIREWALL DE PRÓXIMA GERAÇÃO (NGFW) - TIPO 02**

- 14.20.1. Deve suportar, no mínimo, 1 (um) Gbps de performance de prevenção de ameaças, com as seguintes funcionalidades habilitadas simultaneamente, para todas as assinaturas que a plataforma de segurança possuir devidamente ativadas e atuantes: controle de aplicação, IPS, firewall e AntiMalware para tráfego IPv4 e IPv6;
- 14.20.2. Deve suportar, no mínimo, 1.5 Milhão (um milhão e quinhentas mil) conexões simultâneas;
- 14.20.3. Deve suportar, no mínimo, 30.000 (trinta mil) novas conexões por segundo;
- 14.20.4. Deve Suportar, no mínimo, 05 (cinco) Gbps de throughput VPN IPSec;
- 14.20.5. Deve estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, no mínimo, 150 (cento e cinquenta) túneis ou peers do protocolo IKE de VPN IPSEC Site-to-Site simultâneos;
- 14.20.6. A solução de segurança deverá suportar, de forma nativa ou licenciada, no mínimo **400 (quatrocentos) túneis simultâneos de acesso remoto via VPN para clientes**, incluindo dispositivos móveis com sistemas operacionais iOS e Android. Caso o suporte a essa quantidade de conexões não seja nativo, **as licenças necessárias para garantir esse número mínimo de acessos simultâneos deverão ser fornecidas**;
- 14.20.7. Deve suportar, no mínimo, 1.5 (um ponto cinco) Gbps de throughput de IPS;
- 14.20.8. Deve suportar, no mínimo, 01 (um) Gbps de throughput de Inspeção SSL;
- 14.20.9. Deve possuir latência de firewall menores que 5µs baseados na RFC 2544 em pacotes de 64 bytes em formato de protocolo UDP.
- 14.20.10. Deve possuir, pelo menos, 8 (oito) interfaces Gigabit Ethernet 1000Base-T com conectores RJ-45;
- 14.20.11. Deve possuir, pelo menos, 02 (dois) interfaces Gigabit Ethernet com conectores SFP;
- 14.20.12. Deve suportar, no mínimo, de 256 (duzentos e cinquenta e seis) VLANs;
- 14.20.13. Quaisquer licenças e/ou softwares necessários para plena execução de todas as características descritas neste termo de referência deverão ser fornecidos.
- 14.21. **ITEM 5.3 - CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS E PERFORMANCE DO FIREWALL PRÓXIMA GERAÇÃO (NGFW) - TIPO 03**
- 14.21.1. Deve suportar, no mínimo, 700 (setecentos) Mbps de performance de prevenção de ameaças, com as seguintes funcionalidades habilitadas simultaneamente, para todas as assinaturas que a plataforma de segurança possuir devidamente ativadas e atuantes: controle de aplicação, IPS, firewall e Anti-Malware para tráfego IPv4 e IPv6;
- 14.21.2. Deve suportar, no mínimo, 500.000 (quinhentos mil) conexões simultâneas;
- 14.21.3. Deve suportar, no mínimo, 25.000 (vinte e cinco mil) novas conexões por segundo;
- 14.21.4. Deve Suportar, no mínimo, 1 (um) Gbps de throughput VPN IPSec;
- 14.21.5. Deve estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, no mínimo, 100 (cem) túneis ou peers do protocolo IKE de VPN IPSEC Site-to-Site simultâneos;
- 14.21.6. Deve estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, no mínimo, 200 (duzentos) túneis de clientes SSL VPN/IPSEC VPN simultâneos, caso não estejam incluídas as licenças, devem ser fornecidas licenças para acesso de dispositivos móveis iOS e Android para VPN para a quantidade total;
- 14.21.7. Deve suportar, no mínimo, 01 (um) Gbps de throughput de IPS;
- 14.21.8. Deve suportar, no mínimo, 500 (quinhentos) Mbps de throughput de Inspeção SSL;
- 14.21.9. Deve possuir latência de firewall menores que 5µs baseados na RFC 2544 em pacotes de 64 bytes em formato de protocolo UDP.
- 14.21.10. Deve possuir, pelo menos, 5 (cinco) interfaces Gigabit Ethernet 1000Base-T com conectores RJ-45;
- 14.21.11. Deve suportar, no mínimo, de 256 (duzentos e cinquenta e seis) VLANs;
- 14.21.12. Quaisquer licenças e/ou softwares necessários para plena execução de todas as características descritas neste termo de referência deverão ser fornecidos.
- 14.22. **ITEM 5.4 - GERENCIAMENTO DE CONFIGURAÇÃO CENTRALIZADO**
- 14.22.1. A solução deve estar dimensionada e licenciada para gerenciar até 18 (dezoito) Firewalls de Próxima Geração (NGFW), considerando os modelos ofertados neste processo e atendendo aos requisitos deste item.
- 14.22.2. A solução de gerenciamento centralizado poderá ser fornecida na forma de appliance físico, appliance virtual on-premises ou hospedada em nuvem. Na hipótese de oferta em formato virtual, caberá à Contratante a responsabilidade pela disponibilização dos recursos de hardware e software (hypervisor) necessários à operação adequada da solução.
- 14.22.3. Caso a solução seja entregue em appliance virtual on-premises, deverá ser compatível com os seguintes hypervisors:
- VMware ESXi 6.5
 - Microsoft Hyper-V 2012 / 2016 / 2019
 - KVM no RedHat 7.1
- 14.22.4. Caso a solução seja entregue em appliance virtual, não deverá possuir limite na quantidade de múltiplas vCPUs.

- 14.22.5. Caso a solução seja entregue em appliance virtual, não deverá possuir limite para suporte à expansão de memória RAM.
- 14.22.6. Caso a solução seja ofertada em appliance físico, este deverá ser em hardware do próprio fabricante.
- 14.22.7. A solução deverá estar devidamente licenciada e contar com suporte durante toda a vigência do contrato.
- 14.22.8. A solução deve possibilitar a criação e administração de políticas de:
- Firewall
 - Controle de Aplicação
 - Sistema de Prevenção a Intrusão (IPS - Intrusion Prevention System)
 - Antivírus
 - Filtro de Conteúdo e URL
 - Balanceamento inteligente de links (SD-WAN)
- 14.22.9. Como parte da visibilidade dos dispositivos gerenciados centralmente, a solução deve fornecer informações sobre:
- Verificações de saúde do link
 - Desempenho da aplicação
 - Utilização da largura de banda
 - Conformidade com o nível de serviço definido
- 14.22.10. A solução deve permitir o provisionamento de comunidades VPN e monitoramento das conexões VPN de todos os dispositivos gerenciados a partir de uma única console, além de exibir sua localização geográfica em um mapa.
- 14.22.11. Deve permitir a criação de templates de configuração dos dispositivos com informações de:
- DNS
 - SNMP
 - Configurações de LOG
 - Administração
- 14.22.12. Deve suportar o conceito de multi-tenancy, permitindo a gestão de ambientes independentes a partir da mesma solução.
- 14.22.13. A solução deve permitir o uso de APIs RESTful para interação com portais personalizados na configuração de objetos e políticas de segurança.
- 14.22.14. Deve permitir acesso concorrente de administradores e definir uma cadeia de aprovação para alterações realizadas.
- 14.22.15. Deve possibilitar a definição de perfis de acesso a console, com permissões granulares, tais como:
- Acesso de escrita
 - Acesso de leitura
 - Criação de usuários
 - Alteração de configurações
- 14.22.16. Deve permitir o uso de palavras-chave ou cores para facilitar a identificação de regras.
- 14.22.17. Deve possibilitar a localização de objetos (ex.: computadores, serviços, etc.) nas regras configuradas.
- 14.22.18. Deve atribuir sequencialmente um número a cada regra de:
- Firewall
 - NAT
- 14.22.19. Deve permitir a criação de regras que fiquem ativas somente em horários definidos.
- 14.22.20. Deve permitir a criação de regras com data de expiração.
- 14.22.21. Deve possibilitar a realização de backup das configurações para permitir a restauração de uma configuração salva.
- 14.22.22. Deve possuir mecanismo de validação das políticas, alertando sobre regras conflitantes ou ofuscadas, ou garantir essa exigência por meio equivalente.
- 14.22.23. Deve gerar alertas automáticos via:
- E-mail
 - SNMP
 - Syslog

- 14.22.24. Deverá permitir ao administrador transferir backups para um servidor externo por meio dos protocolos FTP, SCP ou SFTP ou e-mail, em caso de gerenciamento centralizado em nuvem, possibilitar o download seguro dos backups por meio de interface web (HTTPS).
- 14.22.25. Deverá permitir a realização de backup das configurações e o rollback para o último backup de configuração salvo.
- 14.22.26. Deve possibilitar a visualização e comparação entre configurações atuais e anteriores.
- 14.22.27. Deve possuir um sistema de backup/restauração de todas as configurações da solução de gerenciamento e permitir ao administrador agendar backups para um dia e horário determinados.
- 14.22.28. Deve suportar a distribuição e instalação remota de novas versões de software dos equipamentos, de forma remota e centralizada.
- 14.22.29. Deve permitir a criação de objetos utilizados nas políticas de forma centralizada.
- 14.22.30. Deverá suportar a autenticação de administradores em base local e, para o gerenciamento direto do firewall, remotamente por meio de RADIUS, LDAP, TACACS+ e PKI. Para o gerenciamento centralizado em nuvem, será aceita a autenticação em base local do sistema, bem como a integração via SAML, visando à aderência às práticas modernas de segurança.
- 14.22.31. A solução deve incluir uma ferramenta para gerenciamento centralizado das licenças de todos os appliances controlados, permitindo ao administrador atualizar licenças diretamente através dessa ferramenta.
- 14.22.32. Deve possibilitar a distribuição e instalação remota, de maneira centralizada, de novas versões de software dos appliances.
- 14.22.33. A solução deve possuir garantia, suporte e atualizações de software durante a vigência do contrato.
- 14.22.34. Quaisquer licenças e/ou softwares necessários para plena execução de todas as características descritas neste termo de referência deverão ser fornecidos.
- 14.23. **Gerenciamento de Logs e Relatórios Centralizado**
- 14.23.1. Deve suportar o acesso via SSH ou WEB (HTTPS) para gerenciamento da solução;
- 14.23.2. A solução deve suportar receber, no mínimo, 5 (cinco) GB de logs diários;
- 14.23.3. A solução de gerenciamento centralizado poderá ser ofertada em formato de appliance físico ou appliance virtual, ou em nuvem, e caso ofertado em formato virtual, será responsabilidade da contratante a disponibilização dos recursos de hardware e software (hypervisor) necessário para funcionamento da solução;
- 14.23.4. Caso a solução seja entregue em appliance virtual, deverá ser compatível com Hypervisors: VMware ESXi 6.5, Microsoft Hyper-V 2012 / 2016/ 2019 e KVM no Redhat 7.1;
- 14.23.5. Caso a solução seja entregue em appliance virtual, não deve possuir limite na quantidade de múltiplas vCPU;
- 14.23.6. Caso a solução seja entregue em appliance virtual, não deve possuir limite para suporte a expansão de memória RAM;
- 14.23.7. Caso a solução seja ofertada em appliance físico, deverá ser em hardware do próprio fabricante;
- 14.23.8. A solução deverá estar devidamente licenciada com suporte durante todo o tempo de contrato;
- 14.23.9. A solução deverá ser capaz de armazenar logs por no mínimo 12 (doze) meses;
- 14.23.10. Permitir acesso simultâneo à administração, bem como criar pelo menos 2 (dois) perfis para administração e monitoramento;
- 14.23.11. Possuir suporte para SNMP versão 2 e 3, exceto para gerenciamento centralizado hospedado em nuvem;
- 14.23.12. Permitir a virtualização do gerenciamento e administração dos dispositivos, onde cada administrador tem acesso apenas aos equipamentos autorizados;
- 14.23.13. Deve permitir a criação de um administrador geral, que tenha acesso geral a todas as instâncias de virtualização da solução;
- 14.23.14. Suporte a definição de perfis de acesso ao console com permissão granular, como: acesso de gravação, acesso de leitura, criação de novos usuários e alterações nas configurações gerais;
- 14.23.15. Suporte a autenticação de usuários de acesso à plataforma via LDAP, Radius ou TACACS+, exceto para gerenciamento centralizado hospedado em nuvem;
- 14.23.16. 14.23.16. Deve ser implantado em alta disponibilidade, podendo ser Master / Slave e em ao menos duas zonas de disponibilidade, no caso de gerenciamento centralizado hospedado em nuvem;
- 14.23.17. Deve permitir gerar alertas de eventos a partir de logs recebidos;
- 14.23.18. A solução deve ter relatórios predefinidos;
- 14.23.19. Permitir importação e exportação de relatórios
- 14.23.20. Suporte a geração de relatórios de tráfego em tempo real, em formato de mapa geográfico;
- 14.23.21. Deverá oferecer suporte à geração de relatórios de tráfego em tempo real, disponibilizando diferentes formatos de visualização, tais como gráficos de barras, linhas, pizza, bolhas e tabelas;
- 14.23.22. Suporte a geração de relatórios de tráfego em tempo real, em formato de tabela gráfica;
- 14.23.23. Deve ter a capacidade de personalizar gráficos em relatórios, como barras, linhas e tabelas;

- 14.23.24. Deve ter a capacidade de personalizar a capa dos relatórios obtidos;
- 14.23.25. Deve ter a capacidade de gerar e enviar relatórios periódicos automaticamente;
- 14.23.26. Deve ter a capacidade de criar relatórios no formato HTML, CSV, XML e PDF;
- 14.23.27. Deve conter um assistente gráfico para adicionar novos dispositivos;
- 14.23.28. Deve ser possível ver a quantidade de logs enviados de cada dispositivo monitorado;
- 14.23.29. Deve possuir mecanismos de remoção automática para logs antigos;
- 14.23.30. Deve ter um mecanismo de “pesquisa detalhada” ou “Drill-Down” para navegar pelos relatórios em tempo real;
- 14.23.31. Permitir a personalização de qualquer relatório pré-estabelecido pela solução, exclusivamente pelo Administrador, para adaptá-lo de acordo com suas necessidades;
- 14.23.32. Permitir o envio por e-mail relatórios automaticamente;
- 14.23.33. Deve permitir que o relatório seja enviado por E-mail para o destinatário específico;
- 14.23.34. Permitir a programação da geração de relatórios, conforme calendário definido pelo administrador;
- 14.23.35. Permitir a exibição graficamente e em tempo real da taxa de geração de logs para cada dispositivo gerenciado;
- 14.23.36. Deve permitir o uso de filtros nos relatórios;
- 14.23.37. Deve permitir definir o design dos relatórios, incluir gráficos, adicionar texto e imagens, alinhamento, quebras de página, fontes, cores, entre outros;
- 14.23.38. Permitir a definição do idioma dos relatórios criados conforme o idioma configurado na interface do usuário ou do portal;
- 14.23.39. A solução deve ser capaz de gerar alertas automáticos com base em eventos específicos registrados em log, considerando critérios como gravidade, tipo de evento, entre outros, e enviar tais alertas por meio de e-mail, SNMP, Syslog, ou permitir a integração via SNMP ou API para sistemas de monitoramento externos;
- 14.23.40. Deve permitir o envio automático de relatórios para um servidor SFTP ou FTP externo ou por E-mail;
- 14.23.41. Deverá permitir o envio automático dos logs para um servidor FTP externo à solução. No caso de gerenciamento centralizado hospedado em nuvem, os logs deverão ser disponibilizados para exportação por meio de download ou acesso via API;
- 14.23.42. Deve permitir exportar os logs no formato CSV;
- 14.23.43. Deve permitir que os arquivos de log sejam baixados da plataforma para uso externo;
- 14.23.44. Deve permitir a geração de logs de auditoria, com detalhes da configuração efetuada, o administrador que efetuou a alteração e seu horário;
- 14.23.45. Os logs gerados pelos dispositivos gerenciados devem ser centralizados nos servidores da plataforma, mas a solução também deve oferecer a possibilidade de usar um servidor Syslog externo ou similar;
- 14.23.46. Deve ser capaz de criar consultas SQL ou similares nos bancos de dados de logs, para uso em gráficos e tabelas nos relatórios;
- 14.23.47. Possibilidade de exibir nos relatórios da GUI as informações do sistema, como licenças, memória, disco rígido, uso da CPU, taxa de log por segundo recebido, total de logs diários recebidos, alertas do sistema, entre outros;
- 14.23.48. Deve fornecer as informações da quantidade de logs armazenados e as estatísticas do tempo restante armazenado;
- 14.23.49. Deve permitir aplicar políticas para o uso de senhas para administradores da plataforma, como tamanho mínimo e caracteres permitidos;
- 14.23.50. Deve permitir visualizar em tempo real os logs recebidos;
- 14.23.51. Deverá permitir o encaminhamento de logs nos formatos Syslog e CEF (Common Event Format). Caso a solução não possua suporte nativo ao formato CEF, deverá ser implementado recurso de transformação dos logs para o formato requerido;
- 14.23.52. Deve permitir centralmente a exibição de logs recebidos por um ou mais dispositivos, incluindo a capacidade de usar filtros para facilitar a pesquisa nos logs;
- 14.23.53. Os logs de auditoria das regras e alterações na configuração do objeto devem ser exibidos em uma lista diferente dos logs relacionados ao tráfego de dados;
- 14.23.54. Deve possuir um painel de operações que monitore as principais ameaças à segurança da rede;
- 14.23.55. Deve possuir um painel de operações que monitore o envolvimento do usuário e o uso suspeito da web na rede;
- 14.23.56. Deve possuir um painel de operações que monitore o tráfego da rede, aplicativos e sites web;
- 14.23.57. Deve possuir um painel de operações que monitore a atividade da VPN na rede;
- 14.23.58. Deve possuir um painel de operações que monitore o desempenho dos recursos locais da solução (CPU, Memória);
- 14.23.59. Deve permitir a criação de painéis personalizados para monitorar operações de segurança e rede;
- 14.23.60. Deve possuir relatório de uso de aplicações e mídias sociais;
- 14.23.61. Deve possuir relatório de prevenção de perda de dados (DLP);

- 14.23.62. Deve possuir relatório de VPN, Prevenção de Intrusão (IPS) e análise de ameaças cibernéticas;
- 14.23.63. Deve possuir relatório diário resumido de eventos e incidentes de segurança;
- 14.23.64. Deve possuir um relatório de tráfego DNS e e-mail;
- 14.23.65. Deve possuir relatório das 10 principais aplicações utilizadas na rede;
- 14.23.66. Deve possuir relatório dos 10 principais sites web utilizados na rede;
- 14.23.67. Deve possibilitar a visibilidade da utilização do balanceamento inteligente de links (SD-WAN);
- 14.23.68. Deve suportar análise de tráfego para identificar computadores potencialmente comprometidos;
- 14.23.69. Deve suportar automação (playbooks) para mitigar riscos;
- 14.23.70. Deve permitir a correlação de eventos e criação de painéis personalizados.

14.24. **ITEM 5.5 - TREINAMENTO DAS SOLUÇÕES CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS TREINAMENTOS**

- 14.24.1. O objetivo do serviço de treinamento é habilitar os participantes a configurar, operar e administrar/gerenciar os produtos especificados neste documento;
- 14.24.2. Treinamento com material oficial das soluções fornecidas.
- 14.24.3. Deverá ser abordado conceitos teóricos e atividades práticas de laboratório;
- 14.24.4. Todos os treinamentos deverão ser realizados de forma online, por meio de plataforma de videoconferência ou ambiente virtual de aprendizagem;
- 14.24.5. O idioma das aulas deverá ser em português;
- 14.24.6. Deverá ser entregue material didático composto de apostila em formato digital ou impresso. O material didático poderá ser em português.
- 14.24.7. Ao final do treinamento deverá ser emitido certificado de conclusão a cada participante, devidamente assinado pela empresa promotora, especificando conteúdo programático completo do curso, corpo docente e carga horária.
- 14.24.8. O treinamento pode ser separado conforme o produto a ser instalado no ambiente da Contratante, contendo ao menos os seguintes módulos:
- 14.24.9. Descrição e configuração de todas as funcionalidades contratadas da solução;
- 14.24.10. Resolução de problemas – troubleshooting;
- 14.24.11. Melhores práticas utilizadas no mercado para aproveitamento dos hardwares e softwares e suas funcionalidades.
- 14.24.12. O treinamento terá um total de oito (8) participantes definidos pela Contratante;
- 14.24.13. O material didático fornecido deve abordar todos os tópicos do curso;
- 14.24.14. A CONTRATADA deverá fornecer apostilas em formato digital que incluam o conteúdo referente ao produto;
- 14.24.15. O treinamento à distância ou remoto deve atender a todos os requisitos solicitados neste item e obrigatoriamente deve ser ministrado com a presença online do instrutor e do treinando.
- 14.24.16. Deverá ser fornecido certificado de participação, após cada treinamento, para cada participante que obtiver presença mínima de 90% (noventa por cento);
- 14.24.17. Após a conclusão, o serviço de treinamento deverá ser formalmente homologado pela Contratante, o qual possuirá o prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados a partir da data de conclusão do treinamento contratado, para emitir o relatório de homologação (aceite).

14.25. **CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO TREINAMENTO DA SOLUÇÃO DE FIREWALLS DE PRÓXIMA GERAÇÃO**

- 14.25.1. A carga horária mínima será de 36 (trinta e seis) horas.
- 14.25.2. Conteúdo mínimo a ser abordado:
 - 14.25.2.1. Configurações iniciais e avançadas;
 - 14.25.2.2. VLANs, LACP, DHCP e tipos de NAT;
 - 14.25.2.3. Políticas de segurança, prevenção de ameaças, anti-malware, filtro de URL e controle de aplicações;
 - 14.25.2.4. Identificação de usuários, QoS e regras por aplicação;
 - 14.25.2.5. Filtro de dados, VPN Site-to-Site e Client-to-Site;
 - 14.25.2.6. ZTNA e análise de malwares modernos;
 - 14.25.2.7. Alta disponibilidade;
 - 14.25.2.8. Gerenciamento centralizado e relatórios;
 - 14.25.2.9. Boas práticas de mercado;
 - 14.25.2.10. Otimização de políticas de firewall;
 - 14.25.2.11. Configuração de BGP e protocolos de roteamento dinâmico;
 - 14.25.2.12. Criação e manipulação de rotas estáticas e dinâmicas;

- 14.25.2.13. Controle de banda, QoS avançado e políticas de *traffic shaping*;
- 14.25.2.14. Configuração e utilização de interfaces loopback para identificação lógica e roteamento resiliente;
- 14.25.2.15. Implementação de IPs virtuais (VIPs) para balanceamento, redundância e serviços internos;
- 14.25.2.16. Conceitos e configuração de SD-WAN: políticas de roteamento inteligente, critérios de transporte e alta disponibilidade geográfica;
- 14.25.2.17. Criação e gerenciamento de zonas de segurança: segmentação lógica, aplicação de políticas interzonais e isolamento de tráfego.

14.26. **Características Específicas do Treinamento da Solução de Gerenciamento Centralizado de Configuração**

- 14.26.1. A carga horária mínima do treinamento deverá ser de 20 (vinte) horas.
- 14.26.2. O conteúdo programático deverá abranger, no mínimo, os seguintes tópicos:
 - 14.26.2.1. Apresentação da arquitetura da solução de gerenciamento centralizado: componentes, funcionalidades e topologias recomendadas;
 - 14.26.2.2. Configurações iniciais e avançadas da controladora, incluindo configuração de acesso, autenticação de administradores e integração com serviços de diretório (LDAP, RADIUS, TACACS+);
 - 14.26.2.3. Instalação, provisionamento e gerenciamento centralizado de dispositivos de segurança: descoberta automática, vinculação de dispositivos e sincronização de políticas;
 - 14.26.2.4. Criação, edição e aplicação de políticas de segurança, objetos de rede, serviços e perfis de inspeção (IPS, antivírus, aplicação, web filter etc.);
 - 14.26.2.5. Gerenciamento de múltiplos tenants e domínios administrativos, com controle granular de permissões e isolamento entre instâncias;
 - 14.26.2.6. Criação e administração de instâncias de virtualização (VDMs ou similares), incluindo alocação de recursos, segmentação e delegação;
 - 14.26.2.7. Diagnóstico, resolução de problemas e auditoria: logs, eventos, syslog, SNMP, alarmes e notificações;
 - 14.26.2.8. Geração de relatórios personalizados e programados: utilização de recursos, eventos de segurança, compliance e SLA;
 - 14.26.2.9. Backup, restauração e versionamento de configurações, com controle de mudanças e auditoria de alterações;
 - 14.26.2.10. Atualização de firmware e templates de configuração em múltiplos dispositivos, com uso de políticas automatizadas;
 - 14.26.2.11. Integração com soluções de automação e APIs RESTful para provisionamento e controle programático da infraestrutura.

15. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "J" DA LEI Nº 14.133/21)**

- 15.1. A despesa decorrente deste termo ocorrerá conforme demonstrado no quadro abaixo.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
850 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS				
DESCRITIVO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	GRUPO	FONTE
Programa	4200	Gestão e Manutenção		
Ação	4242	Gestão e Manutenção das Atividades da DPEGO	3	27530138
Programa	4200	Gestão e Manutenção		
Ação	4242	Gestão e Manutenção das Atividades da DPEGO	4	27530138

16. **DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (CONFORME A LEI N.º 14.133/21)**

- 16.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- 16.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 16.3. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 16.4. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 16.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 16.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- 16.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;
- 16.9. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 16.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 16.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 16.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 16.13. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/21 as seguintes sanções:
- 16.13.1. Advertência;
- 16.13.2. Multa;
- 16.13.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 16.13.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 16.14. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 16.14.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.14.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 16.14.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.14.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
17. **RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Piero Barbosa Mota
Chefe Departamento de Comunicação de Dados e voz

Sanau Baltazar da Costa
Chefe Departamento de Prospecção e Monitoramento em Tecnologia da Informação

Vinicius Alexandre da Silva Machado
Chefe do Departamento de Compras



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS ALEXANDRE DA SILVA MACHADO, Chefe de Departamento**, em 23/12/2025, às 16:19, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **SANAU BALTAZAR DA COSTA, Chefe de Departamento**, em 23/12/2025, às 16:52, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **PIERO BARBOSA MOTA, Chefe de Departamento**, em 13/01/2026, às 10:47, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **84391660** e o código CRC **646110B1**.

DEPARTAMENTO DE PROSPECÇÃO E MONITORAMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO -DPE/GO
ALAMEDA CEL. JOAQUIM DE BASTOS 282 Qd.217 Lt.14, 3ª ANDAR - Bairro MARISTA - GOIANIA - GO - CEP
74175-150 - (62)3157-1085.



Referência: Processo nº 202410892011337



SEI 84391660



ANEXO

Endereços de Instalação das Fibras Apagadas e Links

LOTE 01 – FIBRA APAGADA (INTERLIGAÇÃO DE DATA CENTERS)			
ITEM	DESCRIÇÃO	ENDEREÇO PONTA A	ENDEREÇO PONTA B
1.1	Fibra Apagada (FA1)	Unidade Marista Alameda Cel. Joaquim de Bastos, 282, Setor Marista, Goiânia, GO, 74175-150	Unidade Aparecida de Goiânia Av. de Furnas, Setor Araguaia, Aparecida de Goiânia, GO, 74981-145
	Fibra Apagada (FA2)	Unidade Aparecida de Goiânia Av. de Furnas, Setor Araguaia, Aparecida de Goiânia, GO, 74981-145	Secretaria da Economia Av. Ver. José Monteiro, 2233 – Nova Vila, Goiânia - GO, 74653-900

Tabela 1

LOTE 02 – FIBRA APAGADA (INTERLIGAÇÃO DE DATA CENTERS)			
ITEM	DESCRIÇÃO	ENDEREÇO PONTA A	ENDEREÇO PONTA B
2.1	Fibra Apagada (FA3)	Unidade Marista Alameda Cel. Joaquim de Bastos, 282, Setor Marista, Goiânia, GO, 74175-150	Secretaria da Economia Av. Ver. José Monteiro, 2233 – Nova Vila, Goiânia - GO, 74653-900

Tabela 2

LOTE 03 – CIRCUITOS IP DEDICADOS PRINCIPAIS (INTERNET 1)			
ITEM	DESCRIÇÃO	VELOCID. (Mbps)	ENDEREÇO
3.1	Circuito IP Dedicado (CP1)	1024	Unidade Marista Alameda Cel. Joaquim de Bastos, 282, Setor Marista, Goiânia, GO, 74175-150 https://maps.app.goo.gl/r1bjqJJE47qPVAqW6
	Circuito IP Dedicado (CP2)	1024	Unidade Aparecida de Goiânia Av. de Furnas, Setor Araguaia, Aparecida de Goiânia, GO, 74981-145 https://maps.app.goo.gl/EPT6XyMGqp5sU5vj6
3.2	Circuito IP Dedicado (CP3)	400	Unidade Jardim Goiás R. 72, Esquina com Rua 14 Q. C-16 L. 12/15, Jardim Goiás, Goiânia, GO, 74805-480 https://maps.app.goo.gl/qaYCeapiCu7c7Vxy8
	Circuito IP Dedicado (CP4)	400	Unidade Sul Av. Cora Coralina, Setor Sul, Goiânia, GO, 74080-445 https://maps.app.goo.gl/mb5ufkaTf3FPcnFc8
	Circuito IP Dedicado (CP5)	400	Unidade Lozandes Av. Olinda, Esquina com Rua PL-03 Qd.G Lt. 04, Park Lozandes, Goiânia, GO, 74884-120 https://maps.app.goo.gl/KCeuwfxHFcISRL16

	Circuito IP Dedicado (CP6)	400	Unidade Trindade Praça Constantino Xavier, Centro, Trindade, GO, 75380-000 https://maps.app.goo.gl/zidhdg67uEFjjkMP8
	Circuito IP Dedicado (CP7)	400	Unidade Inhumas Rua Tóquio, Qd. 1, Lt. 13, Residencial Watanabe, Inhumas, GO, 75400-000 https://maps.app.goo.gl/KsbsmGi6fz9fhx2k6
	Circuito IP Dedicado (CP8)	400	Unidade Anápolis Av. Pinheiro Chagas, Quadra 11, Lote 49, nº 43, Jundiá, Anápolis, GO, 75110-580 https://maps.app.goo.gl/1ZWYnqaJijq3VnVn9
	Circuito IP Dedicado (CP9)	400	Unidade Valparaíso Q 55, Av. Alemanha, esq. c/ a Rua Grécia, Lt 1, 1º andar, Parque Esplanada III, Valparaíso de Goiás, GO, 72876-355 https://maps.app.goo.gl/hqynb93asT316kVJ7
	Circuito IP Dedicado (CP10)	400	Unidade Luziânia R. Florentino Chaves, QD 73 LT 30, 159, Centro, Luziânia, GO, 72800-520 https://maps.app.goo.gl/5RJdR3d9JotC7PL8A
	Circuito IP Dedicado (CP11)	400	Reserva Técnica Nova Unidade 01 Endereço não definido no Estado de Goiás
	Circuito IP Dedicado (CP12)	400	Reserva Técnica Nova Unidade 02 Endereço não definido no Estado de Goiás
	Circuito IP Dedicado (CP13)	400	Reserva Técnica Nova Unidade 03 Endereço não definido no Estado de Goiás
3.3	Circuito IP Dedicado (CP14)	50	Sala de Apoio na CPP Via Eixo Viário, 1264-1290 - Distrito Agro Industrial de Aparecida de Goiânia, Aparecida de Goiânia - GO, 74993-590 https://maps.app.goo.gl/QPdsKtF3SwsQeyq7
	Circuito IP Dedicado (CP15)	50	Sala de Apoio na POG BR-153, Km 1292, Via Primária Um - Daiag, Aparecida de Goiânia - GO, 74923-650 https://maps.app.goo.gl/LhdUg2ZwQJWcEZ5d6
	Circuito IP Dedicado (CP16)	50	Sala de Apoio no Fórum Garavelo Av. Atlântica, Quadra 23 - Lote 12 - Jardim Boa Esperança, Aparecida de Goiânia - GO, 74946-480 https://maps.app.goo.gl/HkDNGiB1yHPgJ7ra6
	Circuito IP Dedicado (CP17)	50	Sala de Apoio no Fórum de Trindade Rua E, QD. 5, LT.03, S/n Setor Recanto do Lago, Trindade - GO, 75380-000 https://maps.app.goo.gl/zidhdg67uEFjjkMP8
	Circuito IP Dedicado (CP18)	50	Mercadão Cidadania em Águas Lindas de Goiás R. 36, 519 - Jardim Brasília, Águas Lindas de Goiás - GO, 72910-000 https://maps.app.goo.gl/QgLmw1MRbVqhX1AY9
	Circuito IP Dedicado (CP19)	50	Faculdade de Direito da UFG em Goiânia Praça Universitária - Setor Leste Universitário, Goiânia - GO, 74605-220 https://maps.app.goo.gl/eYUrrosPswqztHly6
	Circuito IP Dedicado (CP20)	50	Sala de Apoio no Núcleo de Custódia no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia. COMPLEXO PRISIONAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA - BR 153, KM 611 - Area Industrial, Aparecida de Goiânia - GO, 74993-440 https://maps.app.goo.gl/ABsfRExVvyPTz6Z9X9
	Circuito IP Dedicado (CP21)	50	Sala de Apoio na Unidade Prisional de Trindade Unnamed Road, Trindade - GO, 75380-000 https://maps.app.goo.gl/dJ5XdX9saGHSgWUr7

	Circuito IP Dedicado (CP22)	50	Sala de Apoio na Unidade Prisional de Anápolis BR-414, 7 - Anápolis, GO, 75149-899 https://maps.app.goo.gl/ShopV24eMLDCTs3w8
	Circuito IP Dedicado (CP23)	50	Reserva Técnica Nova Sala de Apoio 01 Endereço não definido no Estado de Goiás
	Circuito IP Dedicado (CP24)	50	Reserva Técnica Nova Sala de Apoio 02 Endereço não definido no Estado de Goiás

Tabela 3

LOTE 04 – CIRCUITOS IP DEDICADOS SECUNDÁRIOS (INTERNET 2)			
ITEM	DESCRIÇÃO	VELOCID. (Mbps)	ENDEREÇO
4.1	Circuito IP Dedicado (CS1)	1024	Unidade Marista Alameda Cel. Joaquim de Bastos, 282, Setor Marista, Goiânia, GO, 74175-150 https://maps.app.goo.gl/r1bjqJJE47qPVAqW6
	Circuito IP Dedicado (CS2)	1024	Unidade Aparecida de Goiânia Av. de Furnas, Setor Araguaia, Aparecida de Goiânia, GO, 74981-145 https://maps.app.goo.gl/EPT6XyMGqp5sU5vj6
4.2	Circuito IP Dedicado (CS3)	200	Unidade Jardim Goiás R. 72, Esquina com Rua 14 Q. C-16 L. 12/15, Jardim Goiás, Goiânia, GO, 74805-480 https://maps.app.goo.gl/qaYCeapiCu7c7Vxy8
	Circuito IP Dedicado (CS4)	200	Unidade Sul Av. Cora Coralina, Setor Sul, Goiânia, GO, 74080-445 https://maps.app.goo.gl/mb5ufkaTf3FPcnFc8
	Circuito IP Dedicado (CS5)	200	Unidade Lozandes Av. Olinda, Esquina com Rua PL-03 Qd. G Lt. 04, Park Lozandes, Goiânia, GO, 74884-120 https://maps.app.goo.gl/KCeufxHFcSRLL16
	Circuito IP Dedicado (CS6)	200	Unidade Trindade Praça Constantino Xavier, Centro, Trindade, GO, 75380-000 https://maps.app.goo.gl/zidhdg67uEFjjkMP8
	Circuito IP Dedicado (CS7)	200	Unidade Inhumas Rua Tóquio, Qd. 1, Lt. 13, Residencial Watanabe, Inhumas, GO, 75400-000 https://maps.app.goo.gl/KsbsmGi6fz9fhx2k6
	Circuito IP Dedicado (CS8)	200	Unidade Anápolis Av. Pinheiro Chagas, Quadra 11, Lote 49, nº 43, Jundiá, Anápolis, GO, 75110-580 https://maps.app.goo.gl/1ZWYnqaJijq3VnVn9
	Circuito IP Dedicado (CS9)	200	Unidade Valparaíso Q. 55, Av. Alemanha, eq. c/ a Rua Grécia, Lt 1, 1º andar, Parque Esplanada III, Valparaíso de Goiás, GO, 72876-355 https://maps.app.goo.gl/hqynb93asT316kVJ7
	Circuito IP Dedicado (CS10)	200	Unidade Luziânia R. Florentino Chaves, QD 73 LT 30, 159, Centro, Luziânia, GO, 72800-520 https://maps.app.goo.gl/S2jPzYDdw2qYTjgf8
	Circuito IP Dedicado (CS11)	200	Mercadão Cidadania em Águas Lindas de Goiás R. 36, 519 - Jardim Brasília, Águas Lindas de Goiás - GO, 72910-000 https://maps.app.goo.gl/QgLmw1MRbVqhX1AY9
	Circuito IP Dedicado (CS12)	200	Faculdade de Direito da UFG em Goiânia Praça Universitária - Setor Leste Universitário, Goiânia - GO, 74605-220 https://maps.app.goo.gl/eYUrrosPswqztHly6

	Circuito IP Dedicado (CS13)	200	Reserva Técnica Nova Unidade 01 Endereço não definido no Estado de Goiás
	Circuito IP Dedicado (CS14)	200	Reserva Técnica Nova Unidade 02 Endereço não definido no Estado de Goiás
	Circuito IP Dedicado (CS15)	200	Reserva Técnica Nova Unidade 03 Endereço não definido no Estado de Goiás

Tabela 4

GOIANIA, aos 08 dias do mês de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **SANAU BALTAZAR DA COSTA, Chefe de Departamento**, em 30/07/2025, às 17:17, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **74201348** e o código CRC **8EB89A5E**.

DEPARTAMENTO DE PROSPECÇÃO E MONITORAMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO -
DPE/GO
ALAMEDA CEL. JOAQUIM DE BASTOS 282 Qd.217 Lt.14, 3ª ANDAR - Bairro MARISTA - GOIANIA -
GO - CEP 74175-150 - (62)3157-1085.



Referência: Processo nº 202410892011337



SEI 74201348

ANEXO B
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Nome da empresa:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Banco:

Agência:

Conta corrente nº:

Nome do responsável legal para assinatura do contrato:

CPF do responsável legal:

LOTE 01 – FIBRA APAGADA - PRINCIPAL (INTERLIGAÇÃO DOS DATA CENTERS DAS SEGUINTE UNIDADES) MARISTA -> APARECIDA APARECIDA -> SECRETARIA DA ECONOMIA									
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 60 MESES	
1.1	26506	Fibra Apagada - Principal	UNIDADE	2					
Total Lote 01									
LOTE 02 – FIBRA APAGADA - SECUNDÁRIA (INTERLIGAÇÃO DO DATA CENTER DAS SEGUINTE UNIDADES) MARISTA -> SECRETARIA DA ECONOMIA									
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 60 MESES	
2.1	26506	Fibra Apagada - Secundária	UNIDADE	1					
Total Lote 02									
LOTE 03 – CIRCUITOS IP DEDICADOS PRINCIPAIS (INTERNET 1)									
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	VELOCIDADE (Mbps)	METRICA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 60 MESES
3.1	26484	Circuito IP Dedicado - Principal	1024	UNIDADE	2				
3.2		Circuito IP Dedicado - Principal	400	UNIDADE	11				
3.3		Circuito IP Dedicado - Principal	50	UNIDADE	11				
Total Lote 03									
LOTE 04 – CIRCUITOS IP DEDICADOS SECUNDÁRIOS (INTERNET 2)									
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	VELOCIDADE (Mbps)	MÉTRICA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 60 MESES
4.1	26484	Circuito IP Dedicado - Secundário	1024	UNIDADE	2				
4.2		Circuito IP Dedicado - Secundário	200	UNIDADE	13				
Total Lote 04									
Lote 05 – FIREWALLS NGFW									
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	METRICA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL 60 MESES			
5.1	618979	Firewall de Próxima Geração (NGFW) - Tipo 01	Unidade	3					
5.2		Firewall de Próxima Geração (NGFW) - Tipo 02	Unidade	11					
5.3		Firewall de Próxima Geração (NGFW) - Tipo 03	Unidade	11					
5.4		Solução de Gerenciamento e Análise (SG1) (HA)	Unidade	1					
5.5		Treinamento de utilização dos Firewalls e Softwares de Gerência e Análise (TN1)	Serviço	1					
Total Lote 05									

1. O valor total da contratação é de R\$0,00 (xxxxxx).

2. O licitante deverá atender a todas as especificações descritas no Termo de Referência – Anexo I do Edital, sob pena de desclassificação.
3. Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica a plena aceitação das condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos.

(LOCAL E DATA)

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL COM NOME COMPLETO)

(NOME DA EMPRESA)

ANEXO C

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2025

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE
GOIÁS E A EMPRESA _____.**

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, no exercício de sua autonomia administrativa (art. 134, §2º da CRFB/88, e art. 120, §3º da Constituição Estadual), inscrita no CNPJ sob o nº 13.635.973/0001-49, com sede à Alameda Coronel Joaquim de Bastos, nº 282, Quadra 217, Lote 14, Setor Marista, CEP 74.175--150, Goiânia-GO, ora representada pelo seu Defensor Público-Geral, **Dr. TIAGO GREGÓRIO FERNANDES**, nomeado por Decreto, publicado no Suplemento do Diário Oficial do Estado de Goiás nº 24.411 do dia 11/11/2024, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.982.621-XX, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, Goiânia-GO, neste ato representada por _____, inscrito no CPF sob o nº XXX.000.000-XX doravante denominada **CONTRATADA**, conforme consta do Processo nº **202410892011337**, resolvem firmar o presente contrato para a contratação de empresa especializada no fornecimento, instalação e manutenção de circuitos IP dedicados para as Unidades e Salas de Apoio da Defensoria Pública do Estado de Goiás, fornecimento, instalação e manutenção de enlaces de fibra óptica (fibra apagada) para interligação da Unidade Marista, Unidade Aparecida de Goiânia e o Data Center Corporativo do Estado de Goiás, e fornecimento, instalação e suporte técnico de solução de firewall de próxima geração (NGFW), todos com vigência de 60 (sessenta) meses, conforme quantitativos, condições e especificações técnicas do edital e seus anexos, resultante do **Pregão Eletrônico nº 90000/2025**, estando as partes sujeitas aos preceitos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Parágrafo 1º - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresas especializadas no fornecimento, instalação e manutenção de circuitos IP dedicados para as Unidades e Salas de Apoio da Defensoria Pública do Estado de Goiás, fornecimento, instalação e manutenção de enlaces de fibra óptica (fibra apagada) para interligação da Unidade Marista, Unidade Aparecida de Goiânia e o Data Center Corporativo do Estado de Goiás, e fornecimento, instalação e suporte técnico de solução de firewall de próxima geração (NGFW), todos com vigência de 60 (sessenta) meses, conforme quantitativos, condições e especificações técnicas do edital e seus anexos.

Parágrafo 2º – A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo 3º – Integram este Contrato:

I – Anexo A – Termo de Referência

II – Anexo I – Endereços de Instalação

III – Anexo B – Proposta de Preços da Contratada

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

As ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS constam no Termo de Referência – Anexo A do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

As regras sobre a DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO constam no Termo de Referência – Anexo A do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO constam no Termo de Referência – Anexo A do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO consta no Termo de Referência – Anexo A do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS, LOCAIS, FORMA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

Os PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA, bem como a FORMA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO do objeto constam no Termo de Referência – Anexo A do Edital, e no Anexo I do Termo de Referência – Endereços de Instalação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO consta no Termo de Referência – Anexo A do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

A CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão cumprir integralmente as obrigações estabelecidas no Termo de Referência – Anexo A do Edital.

CLÁUSULA NONA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Parágrafo 1º – O pagamento será efetuado sob demanda, após a prestação do serviço e mediante Nota Fiscal ou Fatura.

Parágrafo 2º – A Contratada deverá protocolizar a nota fiscal até o quinto dia útil após a entrega do objeto licitado.

Parágrafo 3º – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento definitivo do produto e aprovado os termos das Notas Fiscais.

Parágrafo 4º – A Contratada deverá entregar ao GESTOR DO CONTRATO, servidor da Defensoria Pública do Estado de Goiás, os seguintes documentos:

I - Nota Fiscal relativa ao fornecimento do objeto, devidamente atestada pelo setor competente da Defensoria Pública;

II - Certidão Negativa de Débitos Municipais;

III - Certidão Negativa de Débitos inscritos em Dívida Ativa da Fazenda Pública do Estado de Goiás;

IV - Certidão Negativa de Débitos Inscrito em Dívida Ativa Estadual do domicílio ou sede da licitante;

V- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos e a Dívida Ativa da União;

VI - Certificado de Regularidade do FGTS;

VII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo 5º - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no parágrafo 2º acima, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Parágrafo 6º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto perdurar pendência correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo 7º - Ocorrendo atraso no pagamento em que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, a CONTRATADA fará jus a compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

EM = N x Vp x (I / 365) onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

Parágrafo 1º – Este Contrato terá vigência de **60 (sessenta) meses**, contados a partir de sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado nos moldes do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo 2º - A gestão deste contrato ficará a cargo de servidor a ser designado pelo Defensor

Público-Geral do Estado de Goiás.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR, DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DO REAJUSTE

Parágrafo 1º – O valor total do presente contrato de acordo com a Proposta de Preços da Contratada é de R\$ _____ (_____).

Parágrafo 2º – Os preços contratados, de acordo com a Proposta de Preços da Contratada, são:

LOTE 01 – FIBRA APAGADA - PRINCIPAL (INTERLIGAÇÃO DOS DATA CENTERS DAS SEGUINTE UNIDADES) MARISTA -> APARECIDA APARECIDA -> SECRETARIA DA ECONOMIA									
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 60 MESES	
1.1	26506	Fibra Apagada - Principal	UNIDADE	2					
Total Lote 01									
LOTE 02 – FIBRA APAGADA - SECUNDÁRIA (INTERLIGAÇÃO DO DATA CENTER DAS SEGUINTE UNIDADES) MARISTA -> SECRETARIA DA ECONOMIA									
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 60 MESES	
2.1	26506	Fibra Apagada - Secundária	UNIDADE	1					
Total Lote 02									
LOTE 03 – CIRCUITOS IP DEDICADOS PRINCIPAIS (INTERNET 1)									
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	VELOCIDADE (Mbps)	METRICA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 60 MESES
3.1	26484	Circuito IP Dedicado - Principal	1024	UNIDADE	2				
3.2		Circuito IP Dedicado - Principal	400	UNIDADE	11				
3.3		Circuito IP Dedicado - Principal	50	UNIDADE	11				
Total Lote 03									
LOTE 04 – CIRCUITOS IP DEDICADOS SECUNDÁRIOS (INTERNET 2)									
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	VELOCIDADE (Mbps)	MÉTRICA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 60 MESES
4.1	26484	Circuito IP Dedicado - Secundário	1024	UNIDADE	2				
4.2		Circuito IP Dedicado - Secundário	200	UNIDADE	13				
Total Lote 04									
Lote 05 – FIREWALLS NGFW									
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	METRICA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL 60 MESES			
5.1	618979	Firewall de Próxima Geração (NGFW) - Tipo 01	Unidade	3					
5.2		Firewall de Próxima Geração (NGFW) - Tipo 02	Unidade	11					
5.3		Firewall de Próxima Geração (NGFW) - Tipo 03	Unidade	11					
5.4		Solução de Gerenciamento e Análise (SG1) (HA)	Unidade	1					
5.5		Treinamento de utilização dos Firewalls e Softwares de Gerência e Análise (TN1)	Serviço	1					
Total Lote 05									

Parágrafo 3º – As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta da Dotação Orçamentária 2025.850.03.92.4200.4242.03 e 2025.850.03.92.4200.4242.04 – Fonte

27530138, do vigente orçamento estadual, conforme Nota de Empenho, emitida pelo Setor Competente da Defensoria Pública do Estado de Goiás.

Parágrafo 4º – Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da apresentação da proposta. Após este período, será utilizado o IPC-A (IBGE) como índice de reajustamento.

Parágrafo 5º – A Contratante deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção.

Parágrafo 6º – A contratante terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Parágrafo 7º - § 1º A extinção mencionada no parágrafo anterior ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS serão as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo A do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO

O presente contrato poderá ser extinto nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA - DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, para dirimir quaisquer dúvidas fundadas no presente instrumento.

E assim, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente, depois de conferido, que será assinado pelas partes contratantes.

Goiânia, ____ de _____ de 2025.

TIAGO GREGÓRIO FERNANDES
Defensor Público-Geral do Estado de Goiás
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA**

ANEXO D

DECLARAÇÕES

(NOME DA EMPRESA) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada (endereço completo) _____, por meio de seu representante legal (nome) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, DECLARA:

1. Para fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

2. Para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não possui em seus quadros de empregados e em seu corpo acionário cônjuge, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de membros da Administração Superior da Defensoria Pública do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual.

3. Sob as penas da lei, que até a presente data, inexistiu fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4. Sob as penas da lei, em especial o artigo 299 do Código Penal Brasileiro (Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante) que:

- a) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico quanto a participar ou não da referida licitação;

- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido ou recebido de qualquer integrante desta administração antes da abertura oficial do procedimento, sendo ele presencial ou eletrônico; e
- e) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações técnicas e jurídicas para firmá-la.
- f) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

5. Para fins legais, ser microempresa/empresa de pequeno porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, não estando incurso nas exclusões do § 4º do citado artigo. (SOMENTE CASO SEJA ME/EPP).

Local e Data

Representante Legal (com carimbo da empresa)